

LITIGÂNCIA CLIMÁTICA: ABORDAGEM JURÍDICA PARA RESPONSABILIZAÇÃO GOVERNAMENTAL NAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO DAS INUNDAÇÕES

Adriel Mafra Limas, Ricardo Stanziola Vieira

Direito - Teoria do Direito

A presente pesquisa teve como propósito analisar os impactos das inundações na sociedade e sua relação com o aquecimento global, apontando a litigância climática como um instrumento hábil para compelir a administração pública a adotar políticas públicas climáticas capazes de minimizar os impactos decorrentes desses eventos climáticos extremos. Inicialmente, foi apresentado o contexto do aquecimento global e dos eventos climáticos extremos, ressaltando o impacto global relacionado às mudanças climáticas, com uma análise da responsabilidade das nações pelas emissões de gases de efeito estufa. Em seguida, abordou-se a relação de causalidade entre o aquecimento global e as inundações, enfatizando os efeitos negativos concretos resultantes desses desastres hidrológicos, que vão desde impactos econômicos até a perda de vidas humanas. No terceiro tópico, procedeu-se à análise do direito dos desastres e ao papel crucial da administração pública na implementação de políticas públicas capazes de mitigar os riscos associados aos eventos climáticos extremos. A abordagem desse campo do direito destacou a responsabilidade do Estado em proteger a população e adotar medidas preventivas e de resposta eficazes para reduzir os impactos ambientais. Posteriormente, foi analisado o fenômeno da litigância climática, que emergiu como uma ferramenta para pressionar os governos a implementar políticas públicas climáticas adequadas por meio do Poder Judiciário, considerando os desafios inerentes à temática das mudanças climáticas. Foram investigadas suas origens e os argumentos utilizados para lastrear estas demandas jurídico-climáticas no Brasil. Ressaltou-se, contudo, a escassez de lides climáticas em trâmite no judiciário brasileiro, indicando, conseqüentemente, a necessidade dos atores públicos e privados litigantes de se socorrerem da vasta construção jurisprudencial internacional, incentivando, como corolário, o diálogo das cortes e o transjudicialismo. Portanto, este estudo contribuiu para uma análise aprofundada dos desafios jurídicos e sociais relacionados ao aquecimento global, às inundações e à litigância climática, dando ênfase à importância da atuação do Estado e do Judiciário na busca por soluções que conciliem a proteção ambiental e os direitos fundamentais da população em um cenário de constantes mudanças climáticas. Ao final, salientou-se que a pesquisa exige maior aprofundamento temático, uma vez que as Cortes de Justiça ainda receiam em adotar posturas proativas na tutela climática, mormente em razão da dificuldade de demonstração de nexo causal entre as emissões de gases de efeito estufa e as suas implicações diretas e indiretas aos direitos humanos, além do receio em invadir competências próprias dos Poderes Legislativo e Executivo, ferindo o princípio da separação dos poderes, bem como o princípio da reserva do financeiramente possível, que preceitua a discricionariedade do Poder Executivo para alocar o orçamento público e formular de políticas ambientais. Para realização da pesquisa, foram acionadas as técnicas do fichamento, do referente, da categoria, dos conceitos operacionais.

Palavras-chave: Aquecimento global; Inundações; Litigância Climática

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI

IMAGEM DA PAISAGEM DO ENOTURISMO: A PERCEPÇÃO DO TURISTA NA REGIÃO DE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DE VINHOS FINOS DA SERRA CATARINENSE

Alan Elysson de França Araújo, Luiz Carlos da Silva Flores

Turismo - Turismo

A imagem do destino turístico é um fator importante para a gestão e sustentabilidade do local, talvez por isso, nos últimos anos os estudos e pesquisas sobre o tema tenham crescido vertiginosamente. A Serra Catarinense em meados de 2021 recebeu o selo de Indicação de Procedência de Vinhos Finos e São Joaquim/SC é principal produtor de vitivinícola, contando com vinícolas com a atividade de receptivo, promovendo o enoturismo na região e no estado de Santa Catarina. Essa pesquisa teve como objetivo analisar a imagem da região de destino turístico de vinho da Serra Catarinense na percepção dos enoturistas. Para isso foi descrito o perfil do turista do vinho e avaliados indicadores da imagem da marca dos vinhos, a imagem do destino e o valor agregado da marca, segundo modelo do Bruwer e Lesschave (2012). O referencial teórico contempla os temas do enoturismo e da imagem de destinos turísticos. A pesquisa se caracteriza como exploratória-descritiva, com corte transversal, delineamento quantitativo e procedimentos de levantamento. Foram aplicados questionários eletrônicos com recursos do Google Forms, a uma amostra de turistas que visitaram o destino com o objetivo do turismo de vinho, e para isso tivemos uma pergunta filtro - você visitou pelo menos vinícola da região nos últimos três anos? Para a análise dos dados foram utilizados testes de análise de confiabilidade, estatística descritiva, análise de correlação, com base no SPSS v.21. Como resultados, primeiro foram descritos o perfil dos turistas, sendo predominantemente formado por pessoas da Geração X, do sexo feminino, casados, empregados e com alta renda familiar. Conheceram o destino turístico através da internet e mídias sociais, moram em Santa Catarina e viajam de carro. Afirmam que os vinhos da produzidos representam o terroir da região. Quanto a avaliação da imagem dos vinhos, verificou-se uma média geral da dimensão de 5,306, uma média alta considerando a nota máxima de 7,0. Dessa média, os indicadores que puxaram a nota para cima foram “os vinhos de qualidade” e a “marca atraente”. Já a imagem do destino turístico obteve a avaliação de 5,419, sendo que os indicadores que elaram a média foram a “variedade de atrativos naturais” (6,14) e “os parques naturais apresentam belas paisagens (6,63). E os indicadores melhores avaliados quanto ao valor agregado a experiência foram “é um local que se pode aproveitar e curtir” (5,75) e “é um lugar que recomendo” (5,87). Com essas avaliações dos visitantes, pode-se concluir que o destino de enoturismo da Serra Catarinense possui bons vinhos, oferece belas paisagens em espaço rural, é relaxante e agradável. Os visitantes consideram que o destino tem um bom nome, é um local que se pode aproveitar e recomendam para outras pessoas. Porém, tem itens a melhorar como a infraestrutura, hospedagem e gastronomia. Os resultados apurados com a análise descritiva permitem aos gestores do destino, da associação dos produtores de vinho, das vinícolas e de outras organizações trade turístico desenvolverem ações para melhorar o posicionamento do destino no segmento do enoturismo bem como oferecer uma experiência enoturística memorável. Estudos futuros podem ser realizados com esses dados como análise de correspondência entre os fatores, correlação e modelagem.

Palavras-chave: Enoturismo; Imagem de destinos turísticos; Percepção dos visitantes; Enoturista

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



O DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES TRANSACIONAIS DE CORRUPÇÃO AMBIENTAL

Alecsandra Regina Souza Duarte, Marcio Ricardo Staffen

Direito - Direito Público

A presente pesquisa tem como objetivo trabalhar e estudar as mais diversas formas de corrupções ambientais que acontecem no Brasil. Através disto, relatar como e quais são as brechas que as permitem. Ou seja, toda forma facilitada ou dificultada decorrida das burocracias existentes para obtenções de licenças ambientais ilegais que resultam em danos ambientais severos a curto e também a longo prazo. Dentro da pesquisa observar-se-á as demais formas de como se iniciou a corrupção no Brasil, nota-se que é algo intrínseco na história, e que é levado até os dias atuais. Apesar de que, atualmente, é dada mais importância a assuntos relacionados à Meio-Ambiente devido a grande relevância que tem obtido no Mundo. Ainda indaga-se se na esfera criminal há devidas sanções para o cometimento desses crimes ambientais em proporção a que são cometidos e se realmente, seus infratores são punidos da forma correta e legal. A maior motivação da presente pesquisa é para trazer a tona fatos e fundamentos relevantes para a sociedade analisar onde, quando e por quais motivos determinadas situações relacionadas ao meio ambiente são "aprovadas" e executadas mesmo estando em desacordo com as normas legais vigentes. O processo metodológico inclui pesquisa bibliográfica e metodológica. Nesse sentido, Vergara (2005, p. 49) afirma que as pesquisas "não são mutuamente exclusivas". Portanto, observou-se que o presente estudo teve dois tipos de abordagens. A pesquisa pode ser categorizada como pesquisa bibliográfica por se basear em teorias encontradas em publicações como livros, artigos científicos nacionais e internacionais. Além disso, trata-se de um estudo metodológico, pois instrumentos reais foram capturados e manipulados. Chega-se a conclusão de que a política ambiental ainda tem muito o que desenvolver para combater as corrupções ocultas no meio ambiente, tais melhorias devem ter como foco os arranjos institucionais do país, que devem implementar ações de fiscalização para melhor controlar os danos ambientais causados pelas organizações. Em casos de prevenção e combate à corrupção, bem como promover ferramentas de transparência, liderado pela Transparência Internacional. Cabe, portanto, às autoridades públicas nacionais introduzir uma filtragem substancial nas admissões indicadores relevantes em suas políticas públicas. Ou seja, a maior forma de combater corrupção é a transparência para a população interessada, desta forma, além da fiscalização interna política, poder-se-á contar com a fiscalização da sociedade.

Palavras-chave: Corrupção; meio ambiente; crimes ambientais; Estado

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

DIREITO CONSUETUDINÁRIO: RELAÇÃO ENTRE CULTURA E REGRAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Alice Helena Paes Pereira, Tarcisio Vilton Meneghetti

Direito - Direito Público

O Direito Consuetudinário corresponde ao conjunto de práticas costumeiras e lícitas desenvolvidas e criadas por um determinado povo. O intuito de descrever conceitos, requisitos e exemplos do Direito Consuetudinário enfatiza a sua importância, pois é uma forma mais antiga de se criar normas jurídicas, originadas de comportamentos e tradições de uma sociedade, passadas adiante por meio da oralidade. Discutir a ideia de direito consuetudinário presentes nas Comunidades Tradicionais é estabelecer um contraponto com o direito positivo presente na sociedade, pois há a adaptabilidade às várias formas inovadoras de pensar em uma sociedade atual. O objetivo deste trabalho é compreender as características e requisitos do Direito Consuetudinário nas comunidades tradicionais. Justifica-se este estudo pela importância de compreensão da cultura, aspectos étnicos e religiosos, tradições e comportamentos de uma determinada sociedade. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, de método exploratório, de abordagem qualitativa, utilizando-se de artigos, obras e dissertações já publicadas como referência textual. Foram desenvolvidas atividades de pesquisa de referencial bibliográfico e fichamento das informações encontradas com o intuito de fornecer informações e orientações sobre a importância do Direito Consuetudinário relacionado a cultura e regras das comunidades tradicionais. Os resultados de pesquisa foram satisfatórios e os objetivos alcançados, uma vez que foram destacadas as definições do Direito Consuetudinário, a compreensão do surgimento do Direito Consuetudinário e suas particularidades, como o funcionamento de suas normas jurídicas internacionalmente, seus elementos primordiais e sua prática jurídica no Brasil, principalmente contextualizando-o como parte essencial do sistema econômico e social como modo de vida existente, na qual transmite costumes e valores para as gerações futuras e suas diferenças praticadas internacionalmente. A construção deste artigo trouxe a formação do conhecimento prático científico sobre as normas para evidências de pesquisa e desenvolvimento metodológico, sendo de extrema importância para a carreira profissional evidenciada. Evidenciar a promoção da compreensão do que realmente cabe ao Direito Consuetudinário é traçar novos paradigmas para o entendimento dos Direitos estabelecidos para um determinado povo, sendo ainda necessário evidenciar que, o direito consuetudinário possui a mesma importância do direito previsto em lei, e pode ser um sistema jurídico dominado pelo status quo, quando ocorre a dominação pelo Estado e suas instituições oficiais.

Palavras-chave: Direito Consuetudinário; Cultura; Comunidades Tradicionais

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



O DIREITO À ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA AOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE SANTA CATARINA PORTADORES DE MOLÉSTIA GRAVE

Alice Peixoto da Silva, Mell Mota Cardoso Conte

Direito - Direito Público

A Previdência Social é de suma importância aos cidadãos, pois concede diversos benefícios, especialmente aposentadorias e pensões. O problema da presente pesquisa é analisar se há a possibilidade de aplicação da isenção prevista no artigo 61, caput, da Lei Complementar n. 412/2008 aos servidores militares do Estado de Santa Catarina que sejam aposentados e portadores de moléstia grave. Para tanto, a pesquisa será realizada através da análise da legislação e da jurisprudência referente ao assunto. O objetivo da pesquisa é entender se deve ser aplicada a Lei Complementar n. 412/2008 ou a Lei n. 13.954/2019 e quais os fundamentos nos casos do conflito do benefício em favor dos servidores militares estaduais. A metodologia inclui a técnica da pesquisa bibliográfica exploratória, sendo que o método científico a ser utilizado na fase de investigação será o indutivo e na fase de desenvolvimento será o dedutivo. A Lei Complementar n. 412/2008 prevê em seu art. 61, caput, que os servidores aposentados possuem direito à isenção da contribuição previdenciária, bem como do imposto de renda, desde que portadores de moléstia grave. Nesse sentido, as doenças que se enquadram para a concessão da isenção, encontram-se no art. 6º, XIV, Lei n. 7.713/88. Todavia, existe uma discussão acerca dessa isenção, pois a Lei n. 13.954/2019 trouxe alterações ao Decreto-Lei n. 667/1969 e inseriu o art. 24-C, o qual afirma que “incide contribuição sobre a totalidade da remuneração dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, ativos ou inativos”. Assim, há evidente divergência entre as normas, de modo que é necessário analisar alguns critérios fundamentais. Inicialmente, deve ser verificada a competência prevista no art. 22, XXI, CRFB/1988, em que dispõe competir privativamente à União legislar sobre “normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares”. Assim, remanesce aos Estados a competência suplementar. Ainda, observa-se que o art. 149, §1º, CRFB/1988 prevê que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social”. Dessa forma, a interpretação desses dois artigos permite concluir que os Estados possuem a competência para estabelecer a alíquota e a base de cálculo das contribuições previdenciárias dos inativos militares e dos respectivos pensionistas. Além disso, destaca-se que a lei não pode retroceder para prejudicar direito social, consoante o Princípio da Vedação ao Retrocesso, nem pode haver a redução do valor dos benefícios (art. 194, parágrafo único, IV, CRFB/1988), especialmente por se tratar de direito adquirido (art. 5º, caput, CRFB/1988) pelos militares estaduais de Santa Catarina. Como se não bastasse, revogar a isenção também viola o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, CRFB/1988), bem como o direito à vida (art. 5º, caput, CRFB/1988), à saúde (art. 6º, caput, CRFB/1988) e à segurança jurídica. Por outro lado, através de consulta a processos judiciais, percebe-se que há uma discussão sobre a diferença entre os servidores militares e civis. Porém, o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina é de que não pode haver distinção dos regimes para suprimir um benefício que é direito dos militares estaduais. Ainda, é necessário ressaltar que os militares estaduais estão incluídos no Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina (art. 4º, I, LC 412/2008). Portanto, diante o exposto, entende-se pela competência exclusiva dos Estados para legislar sobre contribuições previdenciárias, devendo ser mantida a eficácia da isenção da contribuição previdenciária e do imposto de renda prevista no art. 61, caput, LC n. 412/2008 aos servidores militares estaduais aposentados e portadores de moléstia grave.

Palavras-chave: Contribuição previdenciária; Isenção; Servidor militar



A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM CUIDADOS PALIATIVOS NA REDE DE ATENÇÃO AO PACIENTE ONCOLÓGICO

Alisson dos Santos, Carla Tháís Teles Leite, Jamir Joao Sarda Junior

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Cuidados Paliativos é uma abordagem que busca a melhora da qualidade de vida de pacientes e seus familiares que enfrentam problemas associados a doença com risco de vida, prevenindo e aliviando o sofrimento por meio da identificação precoce, tratamento correto e manejo de problemas físicos, psicossociais ou espirituais. Por se tratar de uma abordagem multidisciplinar, faz-se necessário compreender a atuação e limitação de cada profissional dentro da equipe. Diante disto o objetivo deste estudo foi compreender a atuação do psicólogo em Cuidados Paliativos, identificar as demandas dos pacientes e familiares e os desafios existentes. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestrutura realizada de forma remota pela plataforma Zoom, mediante o aceite do termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE. Os participantes foram selecionados através de amostragem por conveniência, com contato estabelecido via whatsapp ou e-mail. Optou-se por utilizar a análise de conteúdo de Bardin para analisar os resultados. Participaram da pesquisa onze mulheres e um homem, com idade média de 37 anos. Seis destes profissionais atuavam em hospitais públicos, dois em Hospital Privado, dois em clínica particular, três no CEPON e dois com atendimento domiciliar privado. A partir da análise de conteúdo, encontrou-se as seguintes categorias: (I) Rotina de trabalho e atuação, (II) Demandas, (III) Características profissionais e (IV) Desafios. A rotina de trabalho e atuação, consiste de escuta qualificada e acolhimento, triagens visando identificar a necessidade de intervenções, realização de psicoeducação, discussões clínicas multiprofissionais para elaboração de plano de cuidado e estabelecimento de prognóstico, mediação da comunicação entre equipe-paciente-família e resolução de conflitos. As atividades concernentes ao acompanhamento no pós-óbito ficam limitadas a protocolos instituídos e quantidade de funcionários para tal prática. As demandas provenientes dos pacientes e familiares são abordadas a partir do conceito de dor total da Saunders, que considera as dimensões fisiológica, mental, social e espiritual da dor. As demandas em grande parte não se relacionam diretamente a doença oncológica. Quando questionados acerca das características do profissional, as habilidades de comunicação e saber trabalhar em equipe foram as principais apontadas seguidas pela prática de autocuidado e autoconhecimento constante. Por fim, os desafios da atuação apontados, são a necessidade de desconstrução do pensamento de obstinação terapêutica, os encaminhamentos tardios à equipe de Cuidados Paliativos, a falta de exclusividade do psicólogo ao setor e a quantidade insuficiente de profissionais da psicologia. A presente pesquisa conclui que há necessidade de maiores estudos acerca da atuação do psicólogo em cuidados paliativos, buscando compreender como os aspectos estruturais e institucionais interferem na atuação do psicólogo. Ao se propor pensar a atuação em cuidados paliativos se faz necessário discutir o processo de formação dos psicólogos a nível de graduação e especializações, uma vez que se observou um déficit de formação na profissional e desconhecimento dos princípios que norteiam esta área de atuação. Por ser uma área em desenvolvimento, o aumento da produção científica na área pode incentivar mais profissionais a atuarem neste contexto. É importante refletir criticamente sobre a práxis e limitações, afim, de potencializar os serviços e prestar atendimentos baseados nos princípios da clínica ampliada, compreensão biopsicosocioespiritual e interdisciplinar dos pacientes e familiares.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Oncologia; Atuação do Psicólogo



LEI, EDUCAÇÃO E VALORES NA CONCEPÇÃO DE REPÚBLICA DE MAQUIAVEL: O MODO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE POLÍTICA REPUBLICANA

Ana Júlia Erbs de Melo, Rafael Padilha dos Santos

Direito - Teoria do Direito

Nicolau Maquiavel foi um filósofo político da época do Renascimento. Sua obra mais popular é seu livro “O príncipe”, que ocasionou grandes contribuições para os governantes de principados da época, e impacta a vida política da sociedade até hoje. Maquiavel analisa os ordenamentos republicanos, considerando os conflitos políticos dentro da sociedade, formas para a sua solução, valores a serem realizados pela comunidade política e o papel do direito e da moral. Maquiavel defende que não é nem por um determinismo naturalista de matriz polibiana e nem por um rei filósofo que surgiram os bons ordenamentos de que a Roma republicana legou, pois estes advieram de legisladores coletivos. A República é uma forma de governo que apresenta grande influência no pensamento de Maquiavel, merecendo ser aprofundada em suas características, aplicações e modo de funcionamento. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa foi estudar a concepção de República de Maquiavel e suas contribuições, dentro do realismo político, para se pensar as características de uma sociedade política republicana, comparando e contrastando com a ideia de monarquia, e analisando pressupostos republicanos para o exercício do poder político. O problema de pesquisa é expresso na seguinte interrogação: Qual é a concepção republicana de Maquiavel e a sua correlação com uma sociedade justa e organizada política e juridicamente? Além disso, a pesquisa buscou elencar as contribuições de Maquiavel para a lei, educação e política. Para Maquiavel, a educação era a principal ponte para alcançar uma sociedade justa e organizada, visando o desenvolvimento político e cívico. Ele escreveu sobre a importância da educação pública e da formação dos cidadãos. Uma de suas teses enfatizou a necessidade de ensinar a história e a política para que as pessoas pudessem compreender as realidades do poder e tomar decisões fundamentadas. No que tange as contribuições legais, Maquiavel também foi revolucionário, já que baseou suas pesquisas em realismo e pragmatismo, ao contrário do pensamento da época, que era baseado em princípios éticos e morais. Para ele, os líderes precisavam tomar decisões difíceis, mesmo que diferente da praxe da época, e também deveriam se evoluir junto à sociedade. No âmbito político, Maquiavel defendia que os líderes precisavam priorizar a manutenção do poder, além da subsistência do estado, presando pelo bem comum mesmo que em afronta à suas crenças pessoais. O método utilizado se baseará em pesquisa bibliográfica, sendo que o relatório final será construído utilizando-se a base lógica indutiva.

Palavras-chave: Maquiavel; lei; educação

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



HOSPITALIDADE URBANA EM DESTINOS TURÍSTICOS - UM ENSAIO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO DA PRAIA CENTRAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC

Anderson de Oliveira, Ewerton Colsani, Lucas da Silva Amaro, Eduardo Baptista Lopes

Planejamento Urbano e Regional - Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional

Na contemporaneidade, o conceito de hospitalidade está atrelado à receptividade, acolhimento, bem estar, conforto e inclusão. Quando diz respeito à hospitalidade da cidade, ou seja, a hospitalidade urbana, entende-se que o rito da hospitalidade acontece no espaço público, que é palco para as interações sociais entre moradores e visitantes. A hospitalidade urbana remete a capacidade das cidades, turísticas ou não, de oferecer espaços urbanos de qualidade, para usufruto de seus moradores e turistas. Em contraponto às tendências atuais de urbanização das cidades, que indicam um crescimento disperso pelo território, faz-se necessário compreender o papel da cidade compacta como palco da hospitalidade, questionando os novos modelos de crescimento. No litoral de Santa Catarina, ao mesmo tempo que o processo de dispersão urbana vinculada ao desenvolvimento turístico avança, destinos compactos reinventam-se para receber melhor os turistas. Destaca-se Balneário Camboriú, que constantemente investe em infraestruturas públicas para acolher os visitantes, como é o caso do recente alargamento da faixa de areia da Praia Central. Essa pesquisa caracteriza-se como um Estudo de Caso, e tem como objetivo principal analisar a hospitalidade urbana da Praia Central de Balneário Camboriú. Desta forma, a pesquisa, de caráter exploratório, qualitativo e descritivo, analisa os parâmetros de hospitalidade urbana na Praia Central de Balneário Camboriú. Este processo se deu através de 03 etapas: (A) Contextualização do desenvolvimento turístico de Balneário Camboriú, processo dado através da pesquisa documental do desenvolvimento histórico do município, suas origens e processos; (B) Definição dos trechos para análise da hospitalidade urbana na Praia Central de Balneário Camboriú; (C) Mapeamento dos atributos de hospitalidade urbana nos diferentes trechos escolhidos. Nesta última etapa, utilizou-se como base as categorias de análise da hospitalidade urbana e suas aplicações em destinos turísticos: Diversidade, Permeabilidade, Legibilidade e Conforto, elencados por Ferraz (2013), Severini (2014) e Severini, Panosso Netto e Oliveira (2020). Balneário Camboriú está inserida em uma região turística em ascensão, consolidando-se nacionalmente com seu rápido e dinâmico crescimento urbano, impulsionado pela construção civil e especulação imobiliária, que implicaram em precoces e grandes transformações do espaço urbano, seja na paisagem natural, na mobilidade ou tecido urbano, observadas através do atual ordenamento espacial. Recentemente, passou por um processo de engordamento da faixa de areia na Praia Central. Foram escolhidos como trechos para análise da hospitalidade urbana o Calçadão da Avenida Central e o Beco do Brooklin, como forma de elucidar a contribuição positiva ou negativa das recentes intervenções urbanas no melhoramento destes espaços públicos. Através dos mapeamentos e análises dos atributos de hospitalidade urbana nos dois trechos de estudo, verificaram-se as diversas intervenções realizadas, que em curto prazo qualificaram os espaços, tornando-os espaços de qualidade, sobretudo para turistas. No Calçadão da Central, destacam-se os atributos de diversidade de usos, a permeabilidade física e visual, bem como o conforto, ainda que o movimento exacerbado de turistas possa ser incomodo para moradores da região. No Beco do Brooklin, antiga galeria esquecida, as intervenções arquitetônicas e artísticas implantadas trouxeram nova vida ao local, reforçando a permeabilidade física entre a praia e a Avenida Brasil, bem como oportunizando novas possibilidades de apropriação. Destaca-se, nesse último trecho, o aumento da sensação de segurança no local. Outrora, a carência de segurança e o enfraquecimento da diversidade de comércio ou uso, atrelado a satisfação e pertencimento dos mais diversos públicos nestes lugares, induziam o surgimento de espaços com características inóspitas. Verifica-se a contribuição desta pesquisa ao compreender os fatores determinantes que contribuem para a oferta de espaços públicos de qualidade e os atributos para melhoramentos destes, constituindo base para a confecção de diretrizes e aprimoramento das políticas de planejamento urbano e turístico do município de Balneário Camboriú.

Palavras-chave: Hospitalidade Urbana; Espaço Público; Urbanismo Social



Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

INCUBADORAS DE EMPRESAS COMO HABITATS PROMOTORES DA INOVAÇÃO: UM MAPEAMENTO HISTÓRICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Andre Moraes dos Santos, Cristhine Franzoi Feller, Maria Eduarda da Silva, Claudio Reis Goncalo, Gabriela Leal Monteiro, maria stella silvano fernandes, Louise dos Santos Alexis, Maria Antonia dos Santos Gazzana

Administração - Administração de Empresas

As organizações nascentes em ambientes dinâmicos e voláteis precisam de apoio em seus estágios iniciais para que possam aumentar suas chances de sobrevivência. Em ecossistemas de inovação, parte desse apoio pode ser proporcionado pelos habitats do tipo incubadoras de empresas. Por meio de seus mecanismos de suporte, as incubadoras de empresas desempenham um papel importante de capacitação e estabelecimento de relações entre empresas nascentes e o ecossistema de inovação. São elas, as incubadoras as responsáveis por - como o próprio nome sugere - proporcionar as empresas recém-formadas um ambiente favorável e com maiores possibilidades de desenvolvimento. Através de metodologias específicas e acesso a diversos recursos, as incubadoras dão suporte para que novas organizações possam enfrentar este ambiente complexo e dinâmico. Dada a importância das incubadoras para o ecossistema de inovação catarinense, o objetivo desse estudo foi resgatar o passado e mapear a origem e o desenvolvimento histórico das incubadoras tecnológicas do ecossistema catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Resgatar e registrar esta história exigiu um trabalho minucioso e sistemático para identificar as incubadoras existentes e aquelas que, em algum momento, não alcançaram a atualidade. A falta de um cadastro compulsório ou outro elemento formal e centralizado de registro exigiu uma abordagem multimétodos de identificação das incubadoras e coleta de dados como localização, atividades e características das entidades. As informações para este mapeamento foram coletadas entre agosto de 2022 a fevereiro de 2023 e permitiram identificar a criação de 37 incubadoras ao longo de quatro décadas. Estes agentes de desenvolvimento foram responsáveis por graduar mais de 815 empresas nascentes, gerando impacto positivo no ecossistema de inovação catarinense, na geração de emprego, renda e inovação. O mapeamento também permitiu evidenciar o desenvolvimento das incubadoras com a luz do modelo de tríplice hélice e do apoio de políticas catarinenses diretamente ligadas ao estímulo e apoio ao desenvolvimento das incubadoras.

Palavras-chave: Incubadoras; habitats de inovação; tríplice hélice (triple helix); ecossistemas de inovação

Apoio: CNPq; FAPESC; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



TIPOS DE CONHECIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES FRUGAIS: O CASO DE UM OSCILADOR ORAL DE ALTA FREQUÊNCIA

Andre Moraes dos Santos, Isadora Fritsche, Matheus Telles dos Santos, Evertom Waltrick da Silva

Administração - Administração de Empresas

O desenvolvimento de inovações tecnológicas adaptadas para populações de baixa renda em ambientes com restrições de recursos tem despertado o interesse de acadêmicos, empresas, governo e sociedade civil. Este tipo de inovação recebe o nome de inovação frugal e caracteriza-se por novos produtos, processos ou serviços, que sejam sustentáveis e apresentem uma redução de custo substancial, foco nas funcionalidades básicas e nível de desempenho otimizado, quando comparados às soluções já existentes ou potenciais. A saúde é uma das áreas potenciais onde a inovação frugal pode ser desenvolvida para oferecer soluções eficazes e acessíveis à toda a população. No contexto de ambientes de inovação, o desenvolvimento de uma inovação frugal pode exigir diferentes e complementares tipos de conhecimento. Neste estudo, o objetivo foi acompanhar o desenvolvimento de um oscilador de alta frequência como tratamento para pessoas pós-Covid, identificando os princípios de Inovação Frugal e tipos de conhecimento empregados. O método de desenvolvimento adotado foi o Design Science Research e pesquisa-ação. O artefato frugal analisado foi o oscilador de alta frequência, que tem como propósito fazer a higiene brônquica gerando vibrações endobrônquicas durante a expiração por meio de aparelho portátil. A maior demanda de pacientes com sequelas na voz, principalmente para a população sem recursos. O desenvolvimento durou doze meses e contou com a participação de acadêmicos e professores das áreas de administração, engenharia mecânica, ciência da computação e fonoaudiologia. A diversidade de áreas demonstra a necessidade da transdisciplinaridade para a solução de problemas. Também evidencia que inovações frugais, caracterizadas pela simplicidade da solução, não são necessariamente simples em suas bases de conhecimento. O shaker frugal teve diversas versões e protótipos. Os primeiros projetos, iniciados dentro da área de conhecimento da fonoaudiologia, não demonstraram êxito, exigindo a colaboração de outros pesquisadores, oriundos das áreas de engenharia e computação. Conhecimentos de comportamento oscilatório, dinâmica de fluidos e desenvolvimento e prototipagem rápida foram essenciais para obter-se uma segunda versão funcional. Neste processo foram pesquisados conhecimentos em bases científicas e tecnológicas (bases de patentes). Ao entrevistar os inventores, eles evidenciaram: “Isto permitiu acessar conhecimentos e fazer alguns ajustes como diminuir o cano para assim, fazer similar ao original e fazer com que a esfera não saia do eixo quando entra em movimento”. Outro inventor relatou: “Nesta fase, em nova busca na internet, descobriu-se outra iniciativa brasileira de desenvolvimento de um shaker frugal, incluindo testes específicos em laboratório. Isto ajudou a validar a ideia”. Ao final, observou-se que a inovação frugal desenvolvida, aparelho frugal do tipo shaker, é constituído por canos e conexões de PVC, comumente utilizadas na construção civil e uma bola de metal, facilmente encontrada no comércio ou obtida a partir do reaproveitamento de peças mecânicas. Considerando a aquisição de materiais novos, o custo médio não ultrapassa R\$9,00 reais, em valores de outubro de 2022. Comparado com a versão comercial, com preço médio de R\$ 100,00, a solução frugal representa uma redução drástica no custo, na ordem de 90%. As vantagens dessa solução frugal, além do custo, é a facilidade de obtenção dos materiais e facilidade de montagem, acessível a uma pessoa leiga. Com relação aos tipos de conhecimento, a pesquisa evidenciou que a complexidade tecnológica também está presente no desenvolvimento de soluções frugais e exige modelos transdisciplinares de pesquisa e desenvolvimento. Em ambientes e habitats de inovação, a diversidade de conhecimentos pode favorecer o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.

Palavras-chave: Inovação frugal; gestão do conhecimento; habitats de inovação; transdisciplinariedade

Apoio: CNPq; FAPESC; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA IDENTIFICAÇÃO INOVAÇÕES FRUGAIS

Andre Moraes dos Santos, Isadora Fritsche, Petterson Paulo dos Santos, Luiz Felipe Machado, Matheus Telles dos Santos

Administração - Administração de Empresas

O conhecimento é um dos elementos essenciais para o processo de inovação. Caracterizar os diferentes tipos de conhecimento em ambientes de inovação é importante para compreender a dinâmica e potencialidade dos novos serviços ou produtos propostos por empresas nascentes. Em ambientes de inovação de países emergentes, o conhecimento sobre inovações frugais pode contribuir para a solução de problemas típicos destes países. A inovação frugal caracteriza-se por novos produtos, processos ou serviços, que sejam sustentáveis e apresentem uma redução de custo substancial, foco nas funcionalidades básicas e nível de desempenho otimizado, quando comparados às soluções já existentes ou potenciais. Porém uma dificuldade é caracterizar e descobrir este tipo de conhecimento, principalmente a partir de bases não estruturadas e com grandes volumes de dados. Assim, este projeto teve como objetivo desenvolver um framework baseado na Inteligência artificial para identificação de conhecimentos de inovação frugal a partir de bases de dados não estruturadas. Como metodologia adotou-se o Design Science Research, um método adequado para o desenvolvimento tecnológico aplicado, que envolve controle rigoroso no processo de especificação, desenvolvimento e avaliação do artefato tecnológico desenvolvido. O framework foi testado em uma base com 400 projetos de startups do programa Centelha, um programa nacional de apoio a geração de novas empresas de base tecnológica. A base foi avaliada por especialistas e pela Inteligência Artificial para a comparação da eficiência da IA. Os resultados demonstraram a viabilidade de utilização da IA para identificação de conhecimentos com potencial de inovação frugal em grandes volumes de dados não estruturados. Com isso, espera-se obter uma ferramenta que apoie a prospecção de conhecimentos e potenciais inovações frugais em diferentes bases de dados, como bancos de teses, dissertações, trabalhos acadêmicos e bases tecnológicas, como patentes, revistas técnicas, entre outras possibilidades. Espera-se que a prospecção deste tipo de conhecimento contribua para maior transferência de conhecimento e disseminação inovações frugais entre e universidades, empresas, governo e sociedade, os principais atores de um ecossistema de inovação.

Palavras-chave: Conhecimento; inovação frugal; startups

Apoio: CNPq; FAPESC; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

O USO DO CHAT GPT NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES

André Santiago dos Santos, Luan Pereira Schneider, Lorenzo Forte, Donovan Filipe Massarolo, Siliana Dalla Costa

Educação - Ensino-Aprendizagem

Com o avanço das tecnologias, ferramentas facilitadoras para a pesquisa de conteúdos têm se tornado cada vez mais comuns. O público jovem, por sua vez, se destaca ao fazer uso frequente dessas tecnologias, visto que apresenta interesse natural por novos recursos. Neste contexto, as Inteligências Artificiais (I.A) surgem como fenômeno recorrente, tornando-se populares nos últimos anos. Esta pesquisa tem como foco o chat GPT, que é conhecido pela maioria dos jovens e utilizado por uma significativa quantidade de pessoas, principalmente uma extensão dele, o Scholar AI, que oferece pesquisas e resumos utilizando artigos já publicados como base, além de oferecer fontes do seu resumo para checagem. Considerando a escassez de pesquisas científicas envolvendo esta nova tecnologia faz-se necessário a investida em pesquisas aprofundadas sobre o assunto. Para isso, esta pesquisa tem o objetivo de entender como os estudantes do ensino médio da Escola Sesi de referência de Itajaí (SC) utilizam a Inteligência Artificial (Chat GPT), ademais compreender por que esses indivíduos utilizam esta IA e como eles a usam. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa que utiliza metodologia quantitativa/qualitativa, com coleta de dados utilizando a plataforma Google Forms. Os resultados apontam que 82,1% dos estudantes da escola Sesi de referência de Itajaí (SC) fazem uso da I.A, enquanto 17,9% não utilizam a ferramenta, pois acreditam que ela apresenta muitas falhas. Dos que usam, 100% costuma usá-la para fins educacionais, mas quando questionados de como fazem uso da ferramenta, estes indivíduos dizem que utilizam o chat GPT principalmente para realizar os trabalhos e pesquisas com cunho técnico, ou ainda para pesquisar assuntos letivos para ter mais compreensão dos conteúdos e aproveitar a velocidade do banco de dados da ferramenta, que oferece facilidade de busca e objetividade nas respostas de acordo com o método de pesquisa do usuário. Cada participante utiliza seu próprio método, o que gera uma grande variedade nos dados de saída, ou então não dá as respostas mais criativas e objetivas. Desta maneira, conclui-se que os estudantes recorrem à inteligência para responder perguntas do dia-a-dia escolar.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Educação; Chat GPT

Apoio: Escola Sesi de Referência de Itajaí, por meio do Departamento Regional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina



DIVÓRCIO POR LIMINAR, UM DIREITO POTESTATIVO

Andrea Conteratto Lugo

Direito - Direito Privado

A pesquisa tem como objetivo demonstrar a possibilidade da decretação do divórcio em medida liminar, assim como atestar a forma de sua dissolução e seus critérios de aplicabilidade. Para identificar os pontos que marcaram as mudanças sociais há de ser referenciada a lei 6.515/77, onde esta trazia ser o casamento indissolúvel no Brasil, de modo que se escolhido fosse o divórcio, haveria diversas etapas a serem superadas como a separação judicial e a separação de fato anterior ao divórcio. A CRFB de 1988, trouxe uma flexibilização referente a Lei do Divórcio e somente com a Emenda Constitucional nº 66, foi onde o casamento passa a ser dissolvido pela escolha do divórcio, iniciando um cenário que tem por intenção mitigar a morosidade judicial, bem como reduzir os custos processuais, de maneira que corrobora com sua prática onde resta comprovado a possibilidade de resolução de mérito anterior ao fim do processo, sendo uma forma, inquestionavelmente, mais célere. Há de ser mencionado o art. 311 do CPC trazendo a tutela de evidência a ser concedida independente da demonstração de perigo, dano ou risco ao resultado útil do processo quando então, apenas identificando o vínculo, a apresentação da certidão de casamento restará concedido o divórcio potestativo. Não obstante a apresentação de uma possibilidade com intenções positivas frente a desburocratizar o sistema, o direito de família possui uma carga moral muito evidente, argumentando ser esta nova forma instituída uma oportunidade a banalização da estrutura familiar, já predestinada ao fim, contribuindo a discussões quanto seus efeitos tanto na esfera judicial como extrajudicial. O propósito demonstra que apesar de todo o contexto social há de ser aplicado a vontade das partes, a fim de contribuir para que não haja núcleos familiares constituídos por imposição. De maneira que não será fatores externos que manterão uma união estável e feliz. Conforme demonstrado o resultado da escolha por uma das partes, retará o divórcio, podendo ser apresentado de forma direta, não havendo necessidade de prazo ou até mesmo prévia decretação de separação judicial, assim como a exigência do lapso temporal, culpa dentre outros requisitos. Resta provado ser o direito potestativo ao divórcio um facilitador concedendo a ruptura matrimonial preservando a dignidade da pessoa humana onde ninguém deva estar em união com alguém por determinação de outrem. Utiliza-se método indutivo como base lógica, e o cartesiano na fase de tratamento dos dados escolhidos, aliados às técnicas do referente, fichamento, conceito operacional, pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Divórcio; Direito Potestativo; Separação; Família

RECURSOS DIGITAIS INTERATIVOS PARA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA SURDA NO ENSINO FUNDAMENTAL POR MEIO DE REALIDADE VIRTUAL, REALIDADE AUMENTADA E INTERFACE NATURAL EM HARDWARE DE BAIXO CUSTO

Angélica Bartelmebs Bueno, Victor André Oliveira de Arruda, Maria Luiza Weiguert, Gustavo Moreira, Ewerton Eyre de Morais Alonso

Desenho Industrial - Desenho de Produto

O letramento de crianças surdas, que se mostra um grande desafio para os educadores, é uma área de grande potencial para pesquisas e desenvolvimento de aplicações, mas exige constante inovações na experiência do usuário, para além das tradicionais, adequando as respostas dos sistemas computacionais às entradas de usuários, principalmente as crianças surdas e seus processos de interação com o mundo por meio da comunicação através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e a promoção de seus aprendizados a partir do uso de tecnologias. Recentemente, tem-se constatado que a tendência pelo desenvolvimento de jogos e aplicações digitais com o uso de interfaces naturais e Realidade Virtual tem sido crescentes, possibilitando novos conceitos e abordagens pedagógicas na forma como se aborda em sala de aula os conteúdos educacionais, ampliando as perspectivas de ensino para este público. Diante deste contexto, esta pesquisa teve como propósito o projeto de um mundo digital lúdico, interativo e multiplataforma, utilizando-se da Realidade Virtual (RV), Realidade Aumentada (RA) e dos dispositivos de interface natural para instigar o aprendizado do ensino básico de LIBRAS e/ou português, tendo como público-alvo crianças surdas do ensino fundamental. Buscou-se, desta forma, facilitar a transposição das dificuldades associadas ao ensino-aprendizagem das duas línguas, através de um ensino leve, imersivo e interativo, utilizando conceitos de minijogos, animações e de um mapa de exploração onde as crianças serão inseridas. Para tal projeto, utilizou-se as metodologias de Design Science Research e gamificação. Os resultados obtidos foram: (i) análise de técnicas e dispositivos de RV, RA e de interface natural, aliando hardware de baixo custo e o Oculus Meta Quest 2 na criação de recursos digitais interativos; (ii) foi desenvolvido um estudo para compreensão da estrutura de suporte tecnológico necessário para que o produto possa ser acessível a diversos dispositivos tecnológicos, tais como celulares, computadores e tablets, além de estudo da viabilidade técnica e econômica de desenvolvimento dessas tecnologias e dos processos de design necessários para concepção do produto tema deste trabalho; (iii) GDD - Game Design Document e demais projetos associados; (iv) Projetou-se um jogo com nove módulos com níveis para exploração, com estratégias de ensino-aprendizagem baseados em desafios escalonados dentro de uma curva de aprendizagem crescente, no tempo da criança e com formas diversificadas de apresentação dos conteúdos; (v) foram desenvolvidas atividades de programação com Unity 3D, C# e com recursos de RV e RA; (vi) foi realizada a calibração do dispositivo Leap Motion, além da programação de movimentos básicos nesse dispositivo para o funcionamento do jogo; (vii) pesquisa de mercado em empresas com foco em jogos digitais educativos, elaboração de uma relação das empresas que mais se assemelham com os recursos digitais interativos do presente projeto, análises essenciais como Análise de Swot, Análise Paramétrica e Análise 5w2h para identificar oportunidades e aprimorar as estratégias a serem desenvolvidas no futuro; (viii) foi possível identificar, testar e aplicar o Leap Motion para que as interações desenvolvidas fossem realizadas a partir de gestos próximos do natural. Finalmente, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foi possível o aprofundamento dos conhecimentos envolvidos, identificando, testando e aplicando metodologias e técnicas para contribuir no processo de ensino-aprendizagem de LIBRAS e português, proporcionando as crianças surdas um ambiente lúdico de aprendizado, resultando em novos caminhos para a criação de jogos digitais que proporcionem novas possibilidades de um ensino-aprendizagem mais diversificado, amplo e inclusivo, que converse verdadeiramente com a pluralidade humana e promova a equidade educacional.

Palavras-chave: Recursos digitais interativos; Criança surda; Realidade Virtual e Aumentada

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES E A QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DOS ACORDOS DE PARIS

Anna Júlia de Almeida Cruz, Kleicer Cardoso Rocha

Geografia - Geografia Humana

Nas últimas décadas, a questão ambiental passou a ser a pauta da Geopolítica Internacional, assim, as discussões travadas no sistema da ONU, por meio das conferências ambientais trás para além do debate ambiental a questão política, pois razões e motivações ampliam-se para o debate político-ideológico, desta forma, ultrapassando o caráter ecológico. Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados e os países periféricos do sistema capitalista (países subdesenvolvidos e/ou subdesenvolvidos industrializados), que existe uma tentativa dos desenvolvidos, representados por suas corporações econômicas (multinacionais) e organizações político-sociais, de fazer com que se aplique ao restante do mundo seus padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Neste contexto, sendo a questão ambiental uma das temáticas trabalhadas dentro da disciplina de Geografia, temos como objetivo desta pesquisa compreender quais países estão na liderança, quais fazem o contraponto, e como a questão ambiental está sendo usada nesse tabuleiro. Bem como compreender como está se dando a configuração da Nova Geopolítica Ambiental, traçando um cenário de disputa no campo do debate político, econômico e ideológico, e a percepção dos estudantes do Ensino Médio do CAU de Itajaí sobre esse cenário. O desenvolvimento metodológico se deu com pesquisa bibliográfica sobre a temática da Geopolítica e da Questão Ambiental, com os autores André Oliveira (2019), Marcos Júnior (2021) e documentos da ONU (2015), com foco no Acordo de Paris. Também desenvolvemos pesquisa quantitativa, com questionário semiestruturado com estudantes do Ensino Médio dos 1º e 2º anos do CAU de Itajaí, a fim de compreender a relação dos jovens com as mudanças climáticas e o Cenário Geopolítico. O cenário se apresenta com os países que compõem o G7 representando as sete nações mais industrializadas do mundo, a Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, historicamente associadas à exploração de outras nações. Enquanto, o G20 é composto por esses mesmos países ricos, também apresentam países emergentes que têm ganhado destaque no cenário econômico global, como a África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México e Turquia. Entre as principais ações adotadas pelos países desenvolvidos destaca-se o compromisso de fornecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento, para terem condições de adotarem o desenvolvimento sustentável, conforme estipulado no artigo 9 do Acordo de Paris. As propostas dos países desenvolvidos para conter o avanço das mudanças climáticas são ótimas, porém precisam de mais efetividade. Muitos países apresentam uma diversidade de medidas, mas poucos fazem a implementação delas. Essa falta de ação por parte das grandes nações prejudica diretamente os países em desenvolvimento, os quais frequentemente dependem dos investimentos dessas nações para promover um desenvolvimento sustentável. Com o decorrer do tempo, é perceptível o aumento do interesse e conscientização dos jovens em relação aos problemas atuais. A aplicação do questionário no Ensino Médio do Colégio de Aplicação Univali Itajaí possibilitou evidenciar esse fenômeno. A maior parte dos alunos acham que as questões ambientais no futuro estarão em uma situação negativa (74%), destacamos 7 estudantes que especificam que essas questões se tratarão de desastres ambientais (3 estudantes) ou até mesmo da extinção da vida na terra (4 estudantes). Os estudantes mostram uma grande compreensão dos problemas práticos, suas consequências e impactos, porém, apresentam lacunas em relação ao conhecimento teórico abordando a política, causas e a complexa geopolítica por trás das questões ambientais. No entanto, a implementação do artigo 12 do Acordo de Paris, que propõe a ampliação da educação, conscientização, participação e acesso à informação do público sobre as mudanças climáticas, tem o potencial de aprimorar essa situação, por isso, é importante envolver a juventude na participação e no debate sobre as questões ambientais.



Palavras-chave: Geopolítica Ambiental; Cenário Atual; Acordo de Paris; Desenvolvimento Sustentável; Ponto de vista dos estudantes

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



A CULTURA SÍRIA : ESTUDOS NA PERSPECTIVA CULTURAL E RELIGIOSA E SEUS REFLEXOS NO MUNDO JURÍDICO

Anna Luiza Ramos Guimarães, José Everton da Silva

Direito - Direito Público

A crise de conflitos civis na Síria iniciou-se na primavera árabe, pois a partir deste evento decorrem inúmeras guerras, tal acontecimento tinha como objetivo derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida. Como consequência da primavera árabe, em alguns locais, eleições e reformas ocorreram; em outros, os protestos foram estrategicamente contidos. De toda forma, é preciso considerar que a situação da região do Oriente Médio e do Norte da África deflagra, cada vez mais, a impossibilidade de se manter a paz e a harmonia em espaços marcados pelo imperialismo e pela dominação das minorias sobre as massas. O início da guerra síria deu-se em 2011, dentro do contexto da primavera árabe, A Guerra na Síria foi deflagrada após as denúncias de corrupção reveladas pelo WikiLeaks. Como consequência da primavera árabe veio a queda de inúmeras ditaduras, que evidenciam um problema não somente político, mas religioso entre os xiitas e sunitas. A diligência políticos e religiosa resultou na morte de mais de meio milhão de pessoas e cinco milhões de pessoas que abandonaram os o país em migraram para outros lugares, sendo a maior movimentação de refugiados desde a segunda guerra mundial, tais migrações trouxeram uma gama de complexibilidade conflitos, sobretudo culturas que serão expostos no presente resumo. Um dos continentes mais afetados pelas migrações é a Europa, esse fluxo migratório se iniciou em março de 2011, momento em que uma guerra civil, consequência de protestos realizados durante a Primavera Árabe, eclodiu na Síria. Desde então, mais de 6,6 milhões de sírios saíram de seu país em busca de melhores chances de sobrevivência, e, apesar de muitos terem optado por países vizinhos, diversos outros foram rumo a diferentes destinos no continente europeu. Quando enfim completavam as longas viagens, em embarcações e botes impróprios para deslocamentos desse tipo e superlotados, muitos chegavam à Europa debilitados, porém ao invés de encontrar um local seguro e acolhedor para que pudessem se restabelecer, frequentemente encontravam um novo desafio: o de lidar com governos e populações por vezes hostis à sua entrada, permanência e inclusão social. Os sírios, vindos de um país com etnia predominantemente árabe, religião muçulmana e costumes divergentes dos preponderantes no ocidente, enfrentaram forte resistência por parte da população e das autoridades. Dentre os motivos mais notáveis que os europeus assinalaram, quando questionados sobre os medos referentes à entrada de povos sírios na Europa, foram apontados tópicos como receios de possíveis aumentos de ataques terroristas, de refugiados “roubarem” empregos nos países de destino e aumento das taxas de criminalidade. Esses pontos, indicados por europeus, foram algumas das razões apontadas para justificar sua animosidade frente ao estabelecimento de refugiados sírios no continente. Acrescentado a isso, ainda estão presentes traços xenofóbicos, que repudiam e cercam de conceitos pré-concebidos aquilo que julgam "diferente", como é o caso dos costumes culturais e traços fenotípicos (vestimenta, comportamento, estilo e afins) predominantes nos países do Oriente Médio. Porém em contrapartida a diferença cultural tem trazido alguns malefícios aos cidadãos que abrigam as portas de seu país, em especial, as mulheres. Algumas nações da Europa chegaram a iniciar programas de ensino aos recém-chegados sobre as regras de tratamento ao sexo oposto. Em virtude dos fatos mencionados é possível entender que a problemática das divergências nos movimentos migratórios sírios é sobretudo cultural e secundariamente jurídico, uma vez que por mais que o mundo jurídico esteja expressamente ligado aos costumes, a religião se sobressai consideravelmente.

Palavras-chave: Direito islâmico; Cultura; Síria

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



CESTA BÁSICA DE ITAJAI: MEDINDO A INFLAÇÃO DOS MAIS POBRES

Arieli Caroline Ruon, Jailson Lana

Administração - Administração de Empresas

O projeto de pesquisa tem como tema a inflação dos mais pobres, onde mensalmente foi feita a pesquisa de preços em mercados da região (Itajaí) para que pudéssemos comparar a variação da inflação. O principal indicador de desempenho da inflação para uma classe menos favorecida é a cesta básica, com 17 produtos que em tese um trabalhador necessita. Com o intuito de entendermos a dinâmica do comportamento de preços na economia, o estudo tem como objetivo geral, analisar o comportamento do custo da cesta básica e seus produtos na cidade de Itajaí e comparar seus resultados. Foram realizadas oito visitas, a oito mercados diferentes na cidade de Itajaí para que pudéssemos analisar mensalmente a mudança de valor de cada um dos 17 itens de nossa tabela e fazer o relatório mensal da variação da inflação na região. Os dados da pesquisa de maio até dezembro revelaram certa instabilidade nos preços, tanto que houve uma divisão em que 11 produtos tiveram queda em seu preço e 6 tiveram alta, oscilando entre os meses, não tivemos nenhum mês de estabilidade nesse período, o que nos mostra um ponto de como a inflação age em nosso cotidiano. A alteração climática nesse período também ajudou a agravar a situação durante esses meses, o que foi um dos principais fatores destas oscilações, principalmente os produtos in natura como arroz, banana, batata e tomate. Em relação ao aumento do preço, o tomate foi o grande vilão, pois além de ter um grande peso na cesta básica (13,94%) ele também teve um aumento de 23,66% no período de maio e dezembro. Seguido da batata lavada que apesar de não ter tanto peso no custo da cesta básica (7,72%) também teve uma alta significativa de 33,52% nesse mesmo período. Outro produto que merece destaque é a Farinha de Trigo e seu subproduto, o pãozinho. Desta vez o pãozinho teve uma queda em seu preço (4,49%), já a farinha de trigo apresentou uma alta de 12,44%. No geral, podemos dizer que 2022 foi um ano em que a inflação teve grande influência no bolso de um trabalhador de baixa renda. Para o ano de 2023 as expectativas não mudam muito, pois continuamos com uma instabilidade na inflação do país, onde as previsões indicam que teremos uma grande alta em produtos de nossa cesta básica. Para os próximos meses os preços dependerão das condições climáticas, do preço dos combustíveis (petróleo e álcool), da variação cambial e do custo da energia elétrica. No caso dos combustíveis as quedas que obtivemos nos últimos dois meses, irão impactar no preço das cestas básicas dos próximos meses, o que será um impacto positivo. Em relação ao dólar, estamos passando por movimento especulativos bastantes preocupantes com essa forte oscilação relacionados a crise política e agora relacionado a saúde mundial. Que por consequência poderá acabar impactando sobre o preço dos combustíveis e por consequência afetará o transporte de produtos básicos, bem como no preço das commodities internacionais, como o açúcar, a soja, a farinha de trigo e a carne. Assim tivemos um resultado de que a inflação entre os meses de maio e dezembro (2022) teve uma variação bem explícita (chegando a 7,04% a maior variação registrada, que foi entre maio e setembro), e finalizando em dezembro que teve uma diferença no custo da cesta básica de 2,39% a menos que em maio. O que nos ajudou a analisar melhor o impacto da inflação aos mais pobres.

Palavras-chave: Cesta básica; inflação; Itajaí-SC

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



EPIGENÉTICA, EXPERIÊNCIA E RESPONSABILIDADE: IMPLICAÇÕES PARA DISTÚRBIOS DO NEURODESENVOLVIMENTO EM ADOLESCENTES

Carina Nunes Bossardi, Artur Blenke dos Santos, Victória Beatriz Deluqui da Conceição, Weliton da Silva, Fabiola Hermes Chesani, Juliana Vieira de Araujo Sandri

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Estima-se que existam 2 milhões de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no Brasil. Neuroepigenética é uma proposta interdisciplinar que tenta responder a questões que são relevantes e precisam de contribuições da filosofia, da biologia, filosofia da psiquiatria, metaética, ética aplicada e prática clínica e investiga as implicações da epigenética para distúrbios do neurodesenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa realizada em convênio com a Universidade de Antuérpia, na Bélgica que objetiva investigar como os indivíduos com TEA e suas famílias vivenciam a interação entre sua condição e seu ambiente biológico e social e seu transtorno no contexto de responsabilidade. Foram utilizadas vinhetas para as entrevistas. Ocorreu uma adaptação transcultural de vinhetas elaboradas pela equipe de pesquisadores Belgas para o Português. A Análise de conteúdo foi usada para analisar como pessoas com transtorno do neurodesenvolvimento, seus pais e profissionais de saúde vivenciam os desafios e sua capacidade de superá-los. Para esta pesquisa específica, o objetivo centra-se nos adolescentes com autismo e suas famílias. Participaram também 05 autistas e 06 familiares de autistas adolescentes. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número 5.456.334. Os dados revelaram quatro temas principais: 1) Responsabilidade e função dos pais/família; 2) Responsabilidade e função da escola; 3) Responsabilidade e função dos profissionais que atendem pessoas autistas; 4) Responsabilidade pessoal e repercussões do contexto social. A responsabilidade parental recebeu destaque na fala dos entrevistados, na medida em que a importância da família foi fortemente evidenciada. O papel ou função da mãe e do pai foram apontados. A maioria dos entrevistados indicaram a maior participação da mãe nas atividades e cuidados com os autistas. A escola aparece como importante contexto de inclusão, de desenvolvimento de habilidades, identificação de sintomas e ajuda para a família. No que tange às responsabilidades dos profissionais de saúde, fica evidente o compartilhamento de funções em equipe e boas relações entre família- profissionais-professores. Profissionais desempenham importante função no tratamento e no fornecimento de informações. Ainda, foram encontrados resultados envolvendo a responsabilidade pessoal atribuídas aos comportamentos dos autistas. Estudos como estes precisam ser realizados comparando as fases do desenvolvimento, níveis de TEA e suas comorbidades como o TDAH, por exemplo. Maiores investigações envolvendo o compartilhamento de responsabilidades (pai, mãe; família; escola; profissionais) são indicadas.

Palavras-chave: Neuroepigenética; Distúrbios do neurodesenvolvimento; Autismo; Adolescência

Apoio: FAPESC ABROAD; ERC CONFAP; CNPq; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO CLUSTER TURÍSTICO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ: ESTUDO SOBRE A TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

Ashley Fernanda de Leão Gonçalves, Katia Chris da Silva Cardoso, Ana Paula Lisboa Sohn

Turismo - Turismo

O objetivo central do projeto de pesquisa consistiu em analisar os canais de transmissão de conhecimento no contexto do cluster turístico de Balneário Camboriú. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, englobando entrevistas com atores-chave diretamente ligados ao cluster. O corpo de entrevistados abrangeu empresários e funcionários de empresas turísticas da região. As entrevistas exploraram os impactos da pandemia de COVID-19 no turismo de Balneário Camboriú, particularmente no que diz respeito à disseminação de conhecimento. A pesquisa desvendou que o lockdown inicial exerceu um impacto financeiro substancial, afetando os empreendimentos. No entanto, também emergiu o padrão de que muitas empresas optaram por utilizar esse período para investir em aprimoramentos pessoais e reformas nas instalações turísticas. Um dos entrevistados ressaltou: "No meu ponto de vista, a Covid-19, em primeiro impacto, foi assustadora. O lockdown afetou a economia em escala global, fazendo com que empreendedores fechassem suas portas. A crise impulsionou a reinvenção; por exemplo, no hotel onde trabalho, aproveitamos a quarentena para expandir, instalar um elevador e renovar áreas como cozinha e recepção." A utilização de máscaras se sobressaiu como um dos principais desafios enfrentados pelas empresas de turismo, pois segundo os entrevistados os turistas desejavam relaxar e se desconectar das preocupações. Quanto aos principais canais de disseminação de conhecimento sobre a pandemia em Balneário Camboriú, a pesquisa indicou rádio, televisão e redes sociais digitais. Pontos positivos e negativos também foram observados. Entre os aspectos negativos, houve uma concentração excessiva em fiscalização, em detrimento da comunicação e informação sobre a pandemia e as medidas sanitárias. De acordo com um entrevistado "os agentes municipais focaram mais na fiscalização do que na orientação dos estabelecimentos". Notouse que houve desorganização na transmissão das medidas de sanitárias de contenção a pandemia. A falta de incentivos fiscais também foi citada como desafio. A pesquisa revelou que a pandemia gerou efeitos positivos para o meio ambiente, incluindo redução de danos ambientais, emissões de CO₂ e uso de combustíveis fósseis. Além disso, a inovação tecnológica se destacou, impulsionando a evolução digital. Um dos entrevistados enfatizou que "a pandemia catalisou uma evolução incrível no ambiente digital, com compras online, incluindo reservas de hotéis através de plataformas como booking.com, Trivago, Hub e Decolar." De forma geral, os resultados da pesquisa apresentam novos conhecimentos sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelo cluster turístico de Balneário Camboriú durante a pandemia de COVID-19, ao mesmo tempo em que exploram os canais de transmissão de conhecimento e os impactos observados.

Palavras-chave: Cluster Turístico; Transmissão de Conhecimento; COVID-19

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

UM ESTUDO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PESCADO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO

Beatriz Cizanoski, Graziela Breitenbauch de Moura

Administração - Administração de Setores Específicos

O crescimento anual mundial do consumo de pescado tem aumentado com o crescimento demográfico. Os frutos do mar é uma das commodities mais negociadas no comércio mundial e com valor agregado. Verificar as principais pautas observadas na balança comercial brasileira do pescado e no comércio mundial é uma forma de explorar novos mercados e de verificar tendências. O olhar para os dados macro publicados pelas instituições podem gerar insights que ajudam a compreender o setor da pesca e a oportunizar um debate para o desenvolvimento de políticas públicas promissoras que possam atender as comunidades da pesca, sindicatos, indústrias e governo. Identificar os preços e as quantidades do comércio global pode ser uma forma de distinguir o desenvolvimento das exportações e das importações nos países e os efeitos do comércio. A exportação de frutos do mar pelas indústrias, os investimentos necessários para o aumento da produção na aquicultura e na pesca, o poder de compra no desenvolvimento dos países de acordo com o tamanho da população são fatores que podem permitir um maior alcance para inovar a cadeia de suprimentos. A dinâmica do comércio internacional pode representar um elemento-chave sobre as condições de desenvolvimento de determinadas economias nacionais. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a evolução do fluxo de comércio internacional do pescado no Brasil. Assim, investigou-se o desenvolvimento do pescado no comércio mundial e a pesca brasileira; e, a produção mundial. Um país sujeito à influência do exterior pode utilizar-se do comércio internacional como um instrumento para o crescimento econômico, desde que tal atividade sirva de suporte para a ampliação da região exportadora. Neste estudo, a abordagem de pesquisa é quantitativa por meio da estatística descritiva. Os dados das exportações e importações brasileiras são usados de forma agregada de acordo com a base ComexStat dos países desenvolvidos e em desenvolvimento do período de 1997 a 2021, totalizando 15 anos. Nos resultados verificam-se uma grande diferença nas exportações e importações brasileiras, sendo que quase 90% dessas envolvem países desenvolvidos, e 10% os países em desenvolvimento. Apesar de um aumento significativo das exportações e importações de países em desenvolvimento, o fluxo de comércio fica aquém dos países desenvolvidos. Este trabalho contribui para o desenvolvimento de estudos sobre a pesca no Brasil, mais especificamente, sobre a balança comercial e suas relações em países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Palavras-chave: Pesca; pescado; comércio internacional

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VERTICALIZAÇÃO DA ORLA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC

Benjamin Hartke de Poli, Janio Vicente Rech

Planejamento Urbano e Regional - Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional

Devido à distância da zona rural, a maioria da população reside na zona urbana do município, com a grande maioria concentrada na área central. Nessa região, encontram-se centenas de edifícios residenciais, incluindo sete dos dez edifícios mais altos do Brasil, seja em uso ou em construção. Durante a alta temporada, a população da cidade aumenta significativamente, sobrecarregando a infraestrutura urbana, incluindo serviços públicos como fornecimento de água, energia e coleta de lixo. Esse aumento sazonal da população está diretamente relacionado ao aumento da construção de edifícios de grande altura no centro urbano, especialmente na orla da Praia Central, resultando na perda de áreas ensolaradas. Diante desse cenário, torna-se importante realizar pesquisas que documentem e caracterizem as mudanças visuais da área central da cidade. Além disso, essas pesquisas podem contribuir para o desenvolvimento da região como um destino turístico competitivo, abordando problemas urbanos, sociais e ambientais. Vale destacar que o projeto tem potencial para inovação e pode servir de modelo para a análise de outras cidades turísticas, buscando soluções urbanas adequadas à realidade local. O objetivo geral da pesquisa é atualizar o registro cadastral por meio do mapeamento e análise dos edifícios localizados na orla da cidade, abrangendo a área entre a Avenida Atlântica e a Avenida Brasil. Isso representa uma continuação da pesquisa realizada em 2013 na mesma região. O processo de pesquisa foi dividido em três etapas. Na primeira etapa, foram coletados dados sobre o município de Balneário Camboriú, incluindo a legislação urbanística ao longo do período estudado, desde a emancipação política do município em 1964, a localização espacial dos edifícios na área de estudo, informações cadastrais sobre os edifícios, bem como características e dados históricos dos censos demográficos. Na segunda etapa, os dados foram organizados e sistematizados por meio de textos, fotografias, tabelas e mapas, utilizando a tecnologia de geoprocessamento. Por fim, na terceira etapa, foi realizada uma análise abrangente, considerando três categorias principais: a evolução da ocupação dos terrenos, a análise dos planos diretores adotados e a comparação dos dados demográficos ao longo do período histórico em questão. Por motivação acadêmica e científica, o estudo revelou-se importante para a continuação da caracterização do município quanto a verticalização da orla da praia. Utilizando meios de internet foi possível criar um passo a passo pelo meio do site da prefeitura de Balneário Camboriú, onde, permitiu-se captar informações de todos os edifícios que teriam que ser estudados, transformando assim em um trabalho realizável. Conforme o trabalho se desenvolveu, questões importantes surgiram, principalmente pela falta de terrenos disponíveis e pela altura dos novos empreendimentos empregados, marca essa que chega na média de 29 pavimentos (entre os 40 que se encaixavam nas características do estudo). Assim, a partir do remembramento de casas e pequenos edifícios, surgiram lotes maiores que possibilitaram o aumento da altura das edificações, como evidenciado nas imagens e gráficos apresentados no artigo. A interligação entre os dados demográficos, os indicadores urbanísticos e as regulamentações vigentes, bem como o desenvolvimento da verticalização ao longo da orla da Praia Central, oferecem um campo fértil para várias análises distintas. Com base nesses dados, é possível, por exemplo, avaliar se os objetivos estabelecidos pelo município em seus Planos Diretores foram alcançados, se as regulamentações em vigor foram aplicadas adequadamente na aprovação dos projetos existentes e qual é a tendência para a ocupação futura da área em estudo nos próximos anos.

Palavras-chave: Verticalização; Balneário; Alargamento

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DO VISUAL LAW PARA A CONSTRUÇÃO DE DOCUMENTOS JURÍDICOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Bernardo Angioletti da Silva, Marco Aurelio Petrelli, Pâmela Aparecida Souza da Rocha

Direito - Teoria do Direito

É evidente que o Poder Judiciário nacional encontra-se sobrecarregado, e isto se prova quando apontamos um número superior a 27 milhões de processos tramitando simultaneamente na Justiça. Este é um dos fatores que indicam que a aquisição, modificação, extinção e preservação de direitos têm se tornado um tema cada vez mais presente entre os brasileiros. Visto isso, diversos intérpretes do Direito têm se empenhado em desenvolver técnicas, as quais têm o objetivo de facilitar o entendimento de termos e documentos jurídicos por parte desta demanda, sendo que uma das estratégias criadas e desenvolvidas até hoje é o Visual Law. Sendo assim, é imprescindível o estudo acadêmico acerca deste método, e o presente projeto de pesquisa tem o objetivo de compreender todas as ferramentas que podem ser concebidas por ele, bem como sua aplicação prática no meio jurídico. O Visual Law, portanto, empenha-se em simplificar documentos jurídicos complexos, seja por meio da criação de imagens, tabelas, fluxogramas ou linhas do tempo. Contudo, vale ressaltar que, justamente desta simplificação, surge o grande problema de pesquisa: como sanar as dúvidas da pessoa que está sendo atendida, mas também não ocasionar um desvio da essência do documento ou da situação a ser abarcada? Um exemplo desta problemática é a seguinte: se uma situação a ser analisada no meio jurídico se apresenta de forma X, e o intérprete do Direito, ao tentar simplificá-la ao seu cliente, produz um fluxograma que faz este último entendê-la de forma Y, evidentemente houve um mal aproveitamento das ferramentas do método do Visual Law. Buscando responder a dúvida proveniente do problema supracitado, foram realizadas pesquisas de cunho bibliométrico e sistêmico acerca de artigos científicos e revistas disponíveis na biblioteca digital da Univali, a EBSCO, apontando a frequência de publicação de documentos, bem como a evolução do tema no meio acadêmico. Consequentemente, observou-se um aumento significativo da quantidade de materiais relacionados ao tema na última década, tais como revistas e artigos científicos que comprovam a eficácia do referido método na prática, seja em escritórios de advocacia, ou em exemplos mais específicos, como a redação de contratos entre particulares, apresentações e petições. Por fim, é correto afirmar que o Visual Law tem se tornado uma ferramenta imprescindível para os intérpretes do Direito, quando se trata de facilitar o entendimento de matérias jurídicas complexas por parte de seus clientes. Além disso, é, sem dúvidas, um tema alvo de discussões pertinentes no meio acadêmico.

Palavras-chave: Visual Law; Legal Design; Direito; Lei Visual

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

UMA INICIATIVA DE DESTINO TURÍSTICO INTELIGENTE NA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI

Brendha Amorim, Pablo Flôres Limberger

Turismo - Turismo

O conceito de cidade inteligente refere-se a desenvolver um ambiente urbano capaz de oferecer serviços avançados e inovadores aos seus moradores, visando melhorar a qualidade de vida geral. A cidade inteligente faz parte de um imaginário urbano no qual o conceito de cidades verdes é combinado com o futurismo tecnológico. As iniciativas de cidades inteligentes levaram a criação de destinos inteligentes nos quais são utilizadas tecnologias avançadas dentro da infraestrutura física de um determinado limite geográfico, com o intuito de aumentar a competitividade do destino. Pode-se caracterizar destinos turísticos inteligentes como sistemas adaptativos complexos, com alto grau de interação entre seus elementos constituintes, abrangendo governos, moradores, players da indústria e organizações de marketing de destino (DMOs). Este projeto tem como objetivo identificar as ações e resultados da iniciativa INOVAMFRI voltadas para o desenvolvimento de um destino turístico inteligente. Foram realizadas entrevistas com as duas organizações responsáveis pela implantação da proposta. As entrevistas foram realizadas via plataforma Microsoft Teams, posteriormente gravadas e transcritas. Para a análise dos textos foi utilizada a análise temática, conforme os seguintes procedimentos: organizando os dados, lendo ativamente os materiais, codificando, nomeando conjunto de excertos, codificando e nomeando matérias, revisitando o conjunto de excertos, interpretando os resultados e construindo o relato de análise. Quanto ao resultado da pesquisa, a iniciativa com maior repercussão foi a produção de óculos 3D com vídeos de pontos turísticos de cada uma das regiões da AMFRI. Esses óculos foram concedidos a cada um dos municípios representados para divulgação de suas regiões e pontos turísticos, e levados para eventos de grande circulação como a The Ocean Race. Outro projeto bem-sucedido foi a criação de totens para eventos, que permitiam o carregamento de aparelhos celulares, com informações das regiões da AMFRI. Esses totens também eram utilizados em eventos turísticos para divulgação da AMFRI e tiveram uma ótima recepção. Infelizmente, o material dos objetos não se mostrou resistente, e muitos deles não estão mais em uso, mas alguns ainda são utilizados na sede da AMFRI. Por último, foi entregue um jogo virtual educativo sobre os pontos turísticos da região da AMFRI. Esse jogo esteve disponível durante um tempo no site da Costa Verde Mar e foi levado para diversas escolas. No entanto, a adesão foi baixa e hoje ele está indisponível.

Palavras-chave: Destinos turísticos inteligentes. Turismo. Desenvolvimento turístico.

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 977 DO CC/2002: DO IMPEDIMENTO LEGAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL ENTRE CÔNJUGES

Bruna dos Santos Homem, Claudia Regina Althoff Figueiredo

Direito - Direito Privado

A pesquisa desenvolvida tem por objeto a discussão sobre a constitucionalidade do artigo 977 do Código Civil de 2002, que trás um impedimento legal dos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, quando casados sob o regime de comunhão universal de bens ou da separação obrigatória. A justificativa do legislador quando incluiu o impedimento que existia no CC/1916 foi evitar no regime de comunhão universal de bens que a sociedade empresarial fosse fictícia, já que a contribuição de ambos, como os resultados obtidos seriam comuns. No caso do regime de bens na separação obrigatória, seria evitar que a sociedade burlasse a separação obrigatória dos bens impostas ao cônjuges, em razão das hipóteses previstas no incisos I a II do Art. 1641 do Código Civil de 2002. Ocorre que antes do Código Civil de 2002, o Código Civil de 1916 justificava a impossibilidade de contrair sociedade comercial entre cônjuges, pois a mulher era considerada relativamente incapaz, sujeita a tutela do marido. Com o advento da Lei 4.121/1962, considerada um divisor de águas na evolução dos direitos da mulher casada, conferiu a mulher direitos, incluindo autonomia sobre seus próprios bens e rendimentos, reduzindo, a partir de então, a resistência à contratação de sociedade entre marido e mulher. O homem deixou de ser, o chefe inquestionável do lar e da sociedade conjugal, e a mulher casada deixou de ser considerada submissa e relativamente incapaz, sobrevivendo equilíbrio entre os direitos e deveres dos cônjuges na constância do casamento. Com o Estatuto da Mulher Casada, foi permitida a separação de patrimônio do marido e da mulher, independentemente do regime de bens do casamento. Se ambos optassem por destinar uma parcela de seu patrimônio para a integralização do capital da sociedade, surgia, um novo e único patrimônio, que era o da sociedade empresarial, completamente distinto daquele que englobava os demais bens do casal, que continuavam submetidos ao regime de bens do matrimônio. A jurisprudência já havia superado o impedimento legal de constituição de sociedade comercial entre cônjuges. A constituição de 1988, ratificou, os princípios da liberdade de associação, livre iniciativa, isonomia, autonomia privada, autonomia da vontade das partes, igualdade, e a liberdade contratual. Em 2002, o legislador através do Art. 977 do CC, surpreendeu a todos trazendo o impedimento já superado desde o Estatuto da Mulher Casada em 1962. Quando analisadas à luz da perspectiva de gênero, essas restrições apresentam desvantagens para as mulheres, como por exemplo a liquidação de cotas, disputas legais, demora no processamento de informações e limitações no acesso à contabilidade da empresa. Em caso de divórcio, os bens da sociedade empresarial serão avaliados, vedado o ingresso na sociedade. Considerando que os processos judiciais não são céleres, e que se ambos os cônjuges tem a opção de escolher laborar na sociedade empresarial, formando uma nova sociedade de patrimônio na proporção escolhida no contrato social, a autonomia da vontade deveria prevalecer. Dessa forma, apresenta-se como resultado da pesquisa, que o impedimento legal do art. 977 CC, fere os princípios autonomia da vontade das partes, liberdade de associação, livre iniciativa, isonomia, autonomia privada, liberdade contratual e igualdade. Admitir o impedimento legal de sociedade entre cônjuges casados, pelo regime de comunhão universal sob o argumento da unidade do patrimônio, ou sua proibição pelo regime de separação obrigatória, sob o argumento de facilitar a confusão patrimonial, seria presumir a fraude. Ato este inconstitucional, pois o art. 5º, inciso LVII da Constituição Federal, defende a presunção da inocência, onde ninguém poderá ser considerado culpado sem a devida comprovação. Conforme a doutrina de Rolf Madaleno, enquanto não revogado, continua-se a testemunhar uma utopia propalada de igualdade.

Palavras-chave: Sociedade empresarial; Cônjuge; Família



CAPACIDADE ABSORTIVA E ECONOMIA CIRCULAR: REVISANDO CONCEITOS E CONVERGÊNCIAS PARA ESTUDO FUTUROS

Camila Lobos, Carlos Ricardo Rossetto, Daiane Johann

Administração - Administração de Empresas

Este estudo tem como objetivo mapear a produção acadêmica sobre a interseção entre economia circular e capacidade absorptiva no período de 2012 a 2022, utilizando as bases de dados Web of Science e Scopus. A intenção é desenvolver uma agenda de pesquisa para estudos futuros nesse campo. Os objetivos específicos incluem definir palavras-chave para busca, coletar artigos relevantes, identificar os principais construtos ligados à capacidade absorptiva e economia circular, apresentar componentes, antecedentes e resultados das pesquisas, destacar periódicos e autores proeminentes, e identificar lacunas e direções futuras. As palavras-chave para busca foram "*circular economy and absorptive capacity*", e a coleta resultou em 18 documentos da Web of Science e 10 documentos da Scopus. Os principais constructos que emergiram das análises foram responsabilidade social corporativa, gestão da cadeia de suprimentos, sustentabilidade, eco-inovação, economia, gestão do conhecimento e capacidades dinâmicas. Quanto aos componentes, antecedentes e resultados das pesquisas, destaca-se a interconexão entre finanças, capacidade absorptiva, ambidestria, conscientização, big data analytics, economia circular, inovação e desempenho de negócios. O estudo também aponta a formação de quatro redes de pesquisa, evidenciando um crescente interesse na relação entre capacidade absorptiva e economia circular nos últimos anos. Com a compilação dos artigos para este estudo, fica evidente que a proeminência dos principais periódicos nacionais e internacionais nesta área de estudo não pode ser simplesmente discernida com base na quantidade de publicações. Essa situação está diretamente relacionada ao fato de que as pesquisas que exploram a interconexão entre capacidade absorptiva e economia circular estão em estágios mais recentes de desenvolvimento. Essa tendência também se reflete na identificação dos autores mais influentes, que ainda não se destacaram de maneira definida. A pesquisa revela a formação de quatro redes distintas de pesquisa, sendo três delas intrinsecamente interligadas. No entanto, até o momento, não foi possível estabelecer de forma clara quais universidades estão liderando a pesquisa na intersecção entre capacidade absorptiva e economia circular. Uma observação intrigante é o notável aumento nas publicações nessa área nos últimos dois anos (2022-2023), indicando um progresso constante nas investigações sobre a relação entre capacidade absorptiva e economia circular. A análise também mostra a formação de dois clusters de pesquisa: o primeiro foca na intersecção entre capacidade absorptiva, eco-inovação e economia; o segundo aborda a ligação entre economia circular, inovação e desenvolvimento sustentável. Esses clusters delineiam agrupamentos temáticos que surgem da análise dos artigos, apontando tendências e tópicos relevantes no estudo da capacidade absorptiva e economia circular. O estudo ressaltou as lacunas existentes na literatura e propôs diversas direções para futuras pesquisas. Esse encontro de lacunas ressalta o apelo por uma pesquisa aprofundada para compreender e preencher esses vazios, contribuindo para a evolução do conhecimento nesse campo interdisciplinar. Existe uma convergência notável em várias áreas que demandam uma investigação mais aprofundada na intersecção entre capacidade absorptiva e economia circular. Primeiramente, é crucial explorar os efeitos da capacidade absorptiva em várias dimensões da economia circular, incluindo a adoção e implementação de práticas sustentáveis. Além disso, a necessidade de estudos comparativos entre diferentes setores é evidente para compreender como a capacidade absorptiva impacta a relação com a economia circular em contextos variados. Uma lacuna significativa é a pouca exploração da relação entre capacidade absorptiva e sustentabilidade corporativa no contexto da economia circular. Essa lacuna implica a necessidade de investigar como a capacidade absorptiva pode influenciar a incorporação de práticas sustentáveis nas operações das empresas, contribuindo para uma economia mais circular. Por outro lado, a relação entre economia circular e teoria da capacidade absorptiva permanece em grande parte inexplorada. Apesar das conexões robustas entre esses dois temas, a pesquisa nessa área ainda não atingiu uma avaliação abrangente. Investigar a influência da capacidade absorptiva na adoção e implementação de práticas de economia circular, bem como



testar exaustivamente a relação entre esses conceitos, é fundamental para avançar nosso entendimento nesse campo interdisciplinar. Portanto, a convergência desses pontos reforça a urgência de pesquisas que explorem e aprofundem a relação entre capacidade absorptiva e economia circular em várias dimensões, desde a sustentabilidade corporativa até a compreensão abrangente das interações entre esses conceitos interligados.

Palavras-chave: Economia Circular; Capacidade Absortiva; Estudos futuros; Bibliométrica

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC), de acordo com a Portaria CAPES nº. 149/2017; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI

OS EMPREENDEDORES DE POLÍTICAS NA ANÁLISE DAS AGENDAS DO GOVERNO BRASILEIRO: UM ESTUDO DO MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS DE KINGDON

Camilla Borchardt Federovicz, Ariane Rocha Theiss, Leandra da Silva Ronchi, Graziela Breitenbauch de Moura

Administração - Administração Pública

A pesquisa na formulação de políticas públicas, especialmente no estabelecimento de uma agenda, demonstra a importância das ações ou movimentos dos atores chamados empreendedores de políticas que participam do processo da política pública. A teoria dos fluxos múltiplos de Kingdon aborda o estabelecimento de agendas que são originadas de acordo com os problemas que surgem no debate político por meio dos empreendedores de política. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a centralidade dos empreendedores de políticas no estabelecimento das agendas de governo brasileiro. Para isso, é verificadas as principais características dos empreendedores de políticas e destacados as atribuições. Em seguida, analisa-se o estabelecimento das agendas de política no Senado Federal do governo brasileiro, as estruturas de governo e os processos de políticas públicas. Esta pesquisa apresenta a metodologia de abordagem qualitativa fundamentada no paradigma interpretativo. Neste trabalho utiliza-se o estudo de caso único com propósito descritivo da pesquisa. O caso está vinculado às Sessões Plenárias dos Debates temáticos que acontecem nas atividades legislativas do Senado Nacional no Brasil. Quanto à definição de instrumentos e protocolos são combinados diversos métodos de coleta de dados, como observações, gravações, vídeos, jornais e artigos publicados na mídia e documentos oficiais do Senado Federal, de modo a triangular evidências a fim de promover perspectivas para o fortalecimento do estudo. Posteriormente, é utilizada a análise de discurso para a interpretação dos resultados. Para este estudo, foi destacada a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Segundo o Art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI opinar sobre matérias pertinentes a: transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes; e, outros assuntos correlatos. Dentre os assuntos da agenda da CI em 2021 está o tema levado à pauta da 8ª Reunião Extraordinária realizada no dia 26 de outubro de 2021 por meio do requerimento de número 22/2021 de autoria do Senador Esperidião Amin, eleito pelo Estado de Santa Catarina. O referido requerimento solicitou a realização de uma audiência pública “com o objetivo de que se tenha uma discussão mais ampla sobre a Privatização do Porto de Itajaí - SC, especialmente no tópico referente à natureza pública ou privada da Autoridade Portuária”. A discussão passa a ser sobre a manutenção da autoridade portuária pública. Tal fluxo possibilitou o debate do assunto na agenda (setting) política do Senado Federal, bem como a maior explanação e entendimentos sobre a manutenção da autoridade portuária ao poder público.

Palavras-chave: Fluxos Múltiplos; Agenda; Empreendedores de políticas

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



EVOLUÇÃO DO TEMA ALINHAMENTO ESTRATÉGICO NA PERSPECTIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Camilla Borchardt Federovicz, Sidnei Vieira Marinho

Administração - Administração de Empresas

As organizações estão constantemente em busca de posicionamento estratégico para direcionar seu futuro e gerenciar sua imagem perante o mercado. A estratégia organizacional é um conjunto de planejamento e regras voltadas à tomada de decisão, mobilizando os recursos necessários para se atingir os objetivos da empresa a médio e longo prazo. Tão crucial quanto sua formulação, é a implementação da estratégia, sendo a verdadeira responsável por gerar os resultados esperados. No entanto, desafios podem ocorrer durante a implementação, seja pela falta de execução das ações planejadas, ineficiência do planejamento estratégico, falta de clareza na comunicação, discordância quanto à sua efetividade, falta de comprometimento, entre outros aspectos gerados pela deficiência no alinhamento estratégico. Diante disso, surgem os seguintes questionamentos: Qual aporte teórico utilizado para entender o alinhamento estratégico? Quais as metodologias utilizadas? Quais as técnicas de análise utilizadas? Qual a produção científica internacional sobre alinhamento estratégico na perspectiva da implementação da estratégia organizacional? Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo geral verificar a evolução do tema “alinhamento estratégico” na perspectiva da implementação da estratégia organizacional, em periódicos nacionais e internacionais, com o intuito de conhecer a relevância das produções científicas e identificar lacunas que venham contribuir para a elaboração de trabalhos futuros. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa sistemática que permitiu a descrição de características do portfólio bibliográfico. Para tanto, empregou-se a sistemática ProKnow-C por meio da execução de três etapas: seleção do portfólio bibliográfico, análise bibliométrica e análise sistêmica. Na seleção do portfólio foi utilizado os artigos selecionados por Ann-Kristin Weiser (University of St. Gallen), Paula Jarzabkowski (University of London) e Tomi Laamanen (University of St. Gallen) em 2020 no estudo “Completing the adaptive turn: An integrative view of strategy implementation”, os quais totalizaram 185 artigos para compor o portfólio, os quais foram divididos em 2 categorias: A1 (88 artigos) e A2 (97 artigos). Na segunda etapa, foi realizada uma análise bibliométrica do portfólio em que cinco aspectos foram considerados: (a) relevância dos periódicos; (b) reconhecimento científico dos artigos; (c) autores de maior destaque; (d) palavras-chave mais utilizadas; e, (e) análise do fator de impacto dos periódicos. Verificou-se que a maior parte (72%) se caracteriza como pesquisa empírica, o número de publicações foi aumentando ao longo dos anos, porém o período de 2013-2021 foi identificado com um número significativo de publicações (55 artigos), no qual 24% do portfólio foi publicado no periódico *Strategic Management Journal*. Com relação ao impacto e reconhecimento dos periódicos, 90% possuem alto impacto no meio científico segundo o Qualis Capes, 39% registram o H-Index superior a 300 e 43% dos locais registram o índice SRJ maior do que 8,00, o que evidencia a qualidade e influência das revistas, periódicos e jornais. Ainda, os autores de maior destaque foram W. Chan Kim e Paula Jarzabkowski com 7 publicações. Por fim, na análise sistêmica, analisou-se o conjunto representativo de artigos para evidenciar as proeminências e lacunas de conhecimento no tema alinhamento estratégico na perspectiva da implementação da estratégia organizacional, identificando assim, 67 artigos do portfólio que abordavam a temática ‘alinhamento’. No contexto do alinhamento estratégico, a análise sistêmica revelou a predominância de artigos empíricos sobre alinhamento estratégico, destacando a importância dos estudos baseados em evidências práticas. Com base nas informações apresentadas, pode-se concluir que o tema em estudo desperta um interesse crescente, com autores e periódicos relevantes, além de um impacto significativo no meio científico, tanto em termos de citações quanto de influência e reconhecimento. No entanto, na perspectiva do alinhamento, verifica-se a necessidade de mais estudos dedicados ao tema, os quais poderiam ser úteis ao apresentar mais perspectivas e variáveis de análise do alinhamento estratégico.

Palavras-chave: Alinhamento Estratégico; Implementação da Estratégia; Bibliometria



Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



DIVULGANDO A CIÊNCIA: UMA OFICINA TEMÁTICA PARA OS ALUNOS DO FUNDAMENTAL SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS DO PLÁSTICO NOS OCEANOS

Camilly Cristina Shmidt da Luz, Vinicius Jose Schuartz, Bianca Giasson, Isadora Gomes Schmidt, Nicoli Barbieri Alves, Patricia Foes Scherer Costodio, Gizelle Inacio Almerindo

Educação - Ensino-Aprendizagem

A Divulgação e Popularização da Química visa abordar a importância da ciência no dia a dia e as constantes contribuições para o desenvolvimento da humanidade. Nesse contexto, o Projeto de Extensão Química Social desenvolveu uma oficina temática com ênfase na experimentação sobre os impactos ambientais causados pelo descarte incorreto do plástico nos oceanos e como tal problemática afeta a vida marinha, numa contribuição com a Década dos Oceanos. Salienta-se a importância da democratização e exploração científica no âmbito educacional e a maneira como a ciência pode alcançar crianças desde os anos escolares iniciais, impulsionando o aprendizado, contribuindo para o crescimento educacional e, posteriormente, para a formação de novos profissionais com olhar crítico e ecológico referente ao mundo. A abordagem ocorreu na unidade escolar Centro Educacional Pedro Rizzi, localizada em Itajaí/SC, onde uma palestra interativa foi apresentada para os alunos do ensino fundamental I. O projeto contou com a participação de 60 crianças, com idades entre 6 e 7 anos. A pesquisa foi conduzida através do enfoque em pesquisa-participante, na qual abordou-se o tema ouvindo as opiniões das crianças e logo após expondo o conceito correto, proporcionando interação dos alunos com a temática abordada e possibilitando a exploração da problemática com perguntas, como por exemplo "Vocês sabem se o plástico demora muito para desaparecer no meio ambiente?"; "Qual o lugar certo para descartar os plásticos?"; "O que podemos fazer com o plástico para que ele não vá para os oceanos?"; "Será que os animais gostam de plástico?"; "O que acontece quando os animais encontram plásticos na água?". Além disso, dispôs-se de um aquário com água, a fim de simular o oceano. Na parte externa do aquário, figuras de animais marinhos foram coladas e alguns exemplos de plásticos (tampinhas de garrafa, colher descartável, cano etc.) estavam apresentados sobre a mesa, para que as crianças pudessem estimar se os plásticos afundariam ou não. Esse cenário exemplificou que o descarte incorreto de plásticos pode atingir tanto peixes como aves, trazendo sérios riscos a vida marinha. Os resultados obtidos revelaram que a divulgação científica interativa mostrou-se eficaz para impulsionar a conscientização ambiental na infância, pois as crianças demonstraram interesse e curiosidade, além de participarem discorrendo sobre suas vivências e opiniões acerca do tema, uma vez que se notou a compreensão bem-sucedida da temática ao final do projeto, promovendo a conexão entre ciência e práticas do dia a dia, nesse caso, a importância do descarte correto.

Palavras-chave: Década dos oceanos; Plásticos; Educação Infantil



PARENTALIDADE, COPARENTALIDADE E A PROMOÇÃO DE RELAÇÕES FAMILIARES FUNCIONAIS EM FAMÍLIAS COM FILHOS ADOLESCENTES

Carina Nunes Bossardi, Daniela Frederico, Lucas Monteiro dos Santos, Luiza Cardozo Malhão, Weliton da Silva, Adriana Bollmann Soares, Caroline Signori Feix

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

A adolescência é um período marcado por transformações, tanto físicas quanto emocionais e sociais. Estas transformações contribuem para um período em que negociações e conflitos com as figuras parentais podem se acentuar. O presente estudo esteve organizado em dois planos de trabalho organizados em torno do objetivo geral de propor um programa de intervenção sobre parentalidade e coparentalidade para promoção de relações funcionais em famílias com adolescentes. Esta pesquisa de natureza aplicada, descritiva, correlacional, exploratória e de intervenção, com uso de metodologias quantitativas e qualitativas, propõe aplicar os instrumentos pré e pós- intervenção: Escala da Relação Coparental (ERC), Inventário de Estilos Parentais (IEP). Outrossim, foram coletadas algumas variáveis sociodemográficas dos participantes para caracterização. A proposta de intervenção consiste em um número determinado de encontros com grupos de pais de adolescentes, na modalidade on-line, para anamnese e coleta de dados, trocas de experiências e orientação a pais. Trata-se de um projeto de pesquisa maior, desenvolvido pelo grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o parecer de número 4.887.930. Foram realizadas as intervenções com grupos de 22 pais de adolescentes (20 mães e 02 pais). Estes responderam a instrumentos a respeito das variáveis em estudo nesta pesquisa em dois momentos, pré e pós-teste. A análise de dados possibilitou conhecer características das famílias de adolescentes, especialmente no que se refere às esferas da parentalidade, coparentalidade. No pré-teste 14 famílias foram identificadas com escores de parentalidade positiva entre ótimo e bom e o restante estava entre os escores regular e de risco (08 famílias). Na coparentalidade, os pais obtiveram as maiores médias em Divisão de Tarefas, Acordo e Reconhecimento da Parentalidade do Parceiro. O grupo de pais adaptado para pais de adolescentes demonstrou sua eficácia no que se refere ao aumento do número de parentalidade positiva e diminuição de aspectos tidos como negativos nas práticas parentais, bem como aumento nos acordos e suporte coparental. Espera-se que os desafios enfrentados no exercício da parentalidade e da coparentalidade em famílias com filhos adolescentes, possam ser discutidos e analisados, no intuito de promover relações mais saudáveis e funcionais. Assim sendo, busca-se a prevenção de comportamentos violentos, transtornos do comportamento e questões relativas à saúde mental. Os desdobramentos para esta pesquisa estão em desenvolvimento em duas dissertações de mestrado e incluem as adaptações e melhorias no programa para sua validação e replicabilidade.

Palavras-chave: Relações Familiares; Adolescência; Intervenção

Apoio: FAPESC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI, Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS FONTES, ATORES SOCIAIS E DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE ZERO HORA

Carlos Golembiewski, Maria Candida Costa, Luiza Gabriely Costa dos Santos

Comunicação - Jornalismo e Editoração

Este artigo tem como objetivo revelar a diversidade das fontes, atores sociais e produção de conhecimento na cobertura jornalística da Covid19 no jornal Zero Hora durante a primeira semana de maio de 2021. Ao todo foram analisadas 10 matérias. O referencial teórico foi composto entre outros autores por: Beltrão (2006), Lage (2005), Meditsch (1998), Melo (1995) e traquina (1997) para os conceitos de Jornalismo; Secchi (2003) e Howlet (2013) para as definições relacionadas às Políticas Públicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental proposta por (Kripka et ali, 2015). Entre as conclusões, percebe-se que a maioria das fontes consultadas são governamentais e que o Jornalismo de ZH foi fundamental para o cidadão brasileiro no enfrentamento da pandemia global de Covid19. O Zero Hora está sempre buscando o engajamento com os leitores nas redes sociais. Possui mais de 1,7 milhões de curtidas no Facebook, 609 mil seguidores no Twitter, faz sucesso no Instagram e tem no mobile 199 mil downloads do App ZH. Nos últimos 12 meses, o aplicativo foi baixado mais de 49 mil vezes. Já são usadas diversas plataformas e o diferencial da versão impressa é a profundidade e na internet é o Breaking News. Já o mobile é mais específico para textos e vídeos mais curtos (GZH, 2015). Depois de apresentar o perfil histórico do jornal Zero Hora, apresenta-se a pergunta principal da pesquisa: Verificar se houve diversidade de fontes, atores sociais e produção de conhecimento na cobertura jornalística de Zero Hora sobre a Covid19? Em relação a pergunta de pesquisa: houve diversidade de fontes, atores sociais e produção de conhecimento na cobertura jornalística de ZH sobre a Covid19? Revela-se a seguinte resposta: das 10 matérias analisadas, 6 delas foram Reportagens, que tiveram uma cobertura mais completa e com maior profundidade e mais qualidade nas informações do que a notícia, seguidos por levantamento de dados, depoimentos e interpretação do que foi apurado. Além disso, 4 delas foram notícias, que por serem objetivas, apresentam o fato de maneira enxuta, contando o que realmente interessa para o leitor logo no início do texto. A função do jornalista nesse caso é contar a notícia de maneira clara e concisa, analisando os pontos mais importantes sobre o assunto que está escrevendo. Sobre a diversidade de fontes e de atores sociais, verificou-se que 72% das matérias publicadas utilizaram fontes governamentais e 28% delas tiveram fontes não governamentais. Isso significa que a maioria dos atores sociais que apareceram nas matérias representavam o poder público, principalmente, os municípios. E que os representantes da sociedade civil, sobretudo, o cidadão, ainda permanece fora do foco das matérias jornalísticas. Em relação à produção de conhecimento, verificou-se que a publicação de reportagens e notícias sobre a Covid19 trouxe muita informação ao leitor de ZH, que se lida e processada pode transformar-se em conhecimento para lidar com a doença. Destaque para assuntos como: a chegada ou falta de imunizantes, a importância da vacinação, o risco de morrer por Covid19 e que a simples ventilação dos ambientes pode evitar a propagação do vírus da doença. Enfim, por tudo que foi apresentado, pode-se dizer que o jornal Zero Hora cumpriu o seu papel de ator social, pois mostrou-se preocupado com o cidadão e com o funcionamento das Políticas Públicas de Saúde.

Palavras-chave: Zero Hora; Jornalismo; Fontes Jornalísticas; Políticas Públicas; Covid19

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

TEORIA TRADICIONAL E TEORIA CRÍTICA: PROPOSTAS EPISTEMOLÓGICAS PARA ANÁLISE DA SOCIEDADE ATUAL

Carolina Ragna Passerino de Santana, Douglas Weege

Filosofia - Ética

A presente pesquisa analisou os principais modelos de teoria da sociedade desenvolvidos ao longo da história, tendo como objetivo central reconhecer os impactos teóricos e práticos das perspectivas epistemológicas de análise social. A necessidade desta investigação se deve as inconsistências já percebidas por alguns autores em relação principalmente a intérpretes que se colocaram alheios a realidade a qual faziam parte. Esta observação é feita sobretudo pelos teóricos da Escola de Frankfurt, que desenvolveram a teoria crítica da sociedade em oposição a teoria tradicional em vigor desde o século XIX, que havia se estruturado aos moldes das ciências naturais e da ideologia do positivismo. Este modelo teórico, inaugurado por Auguste Comte, coloca-se como mero observador da realidade, que descreve o fenômeno social por meio de pretensas leis que explicariam o porquê a sociedade é tal como é e não de outro modo. Trata-se de uma visão, na interpretação dos teóricos críticos, bastante vulgar, na medida em que naturaliza a ordem vigente sem a intenção de modificar cenários de injustiça social. Os teóricos frankfurtianos, por sua vez, representados por Adorno e Horkheimer propõem um modelo que não apenas observa o mundo social, mas interage com ele e interfere nele buscando alternativas para as opressões humanas. Compreender esses antagonismos e suas implicações requereu enquanto metodologia de pesquisa uma revisão bibliográfica, utilizando-se do método dialético qualitativo, em conjunção com o método histórico. Uma metodologia que permite uma análise dialógica preocupada com as melhores ferramentas para pensarmos também a sociedade atual. A teoria crítica habermasiana mostrou-se, neste embate, um caminho investigativo mais coerente e equilibrado, respaldando-se em possibilidades concretas de diagnóstico e, como consequência, de reformas para o presente modelo social. Trata-se não de um autor revolucionário, no sentido mais forte do termo mas de alguém que procura reformar criticamente a sociedade através de instrumentos dialógicos capazes de fomentar a igualdade e a liberdade, que são indispensáveis para uma sociedade cada vez mais justa.

Palavras-chave: Sociedade Contemporânea; Teoria Tradicional; Teoria crítica

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SUA INFLUÊNCIA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUITETO E URBANISTA E NO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Clara Gonçalves, Heloiza Vitoria Vieira de França, Ellen Casanova Nunes, Julia Elisa da Silva, Janaina Nones

Arquitetura e Urbanismo - Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo

Os arquitetos projetam com o intuito de otimizar espaços e dimensionar ambientes, apresentando um lado artístico e favorecendo a funcionalidade do ambiente. Por conseguinte, muitos fatores podem influenciar a sua contratação, seja o desconhecimento das atribuições do profissional ou a ideia errônea globalizada de que o mesmo dispõe de preços excessivos, induzindo sobretudo as pessoas de baixa renda optarem pela autoconstrução (construção de unidades habitacionais de baixo custo por seus próprios usuários). Neste contexto, o presente trabalho visa avaliar os registros de responsabilidade técnica de arquitetos das diferentes regiões do Brasil, no qual denota a quantidade de obras que o arquiteto legislado está presente, e sua relação com o rendimento médio mensal dos trabalhadores brasileiros, a fim de averiguar se a renda influencia na contratação desses profissionais. Para tal, o trabalho coletou os dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo os mesmos analisados através da correlação e regressão linear utilizando o Microsoft Office Excel 2016[®]. Os resultados demonstraram que a maior quantidade de registros de responsabilidade técnica foi registrado na região Sudeste do Brasil, com o valor de 4.639.107, sendo que a região Norte apresentou os menores valores com 378.208 registros. O rendimento mensal médio dos trabalhadores brasileiros foi de R\$2.658,60 com valores variando de R\$1.815,00 a R\$3.205,00, sendo respectivamente da região Nordeste e Centro-Oeste. Através da correlação e regressão linear observou-se que o rendimento médio mensal dos trabalhadores brasileiros e a quantidade de registros de responsabilidade técnica apresentou uma correlação moderada entre as variáveis com um valor de coeficiente de correlação linear (R) de 0,53. Desta forma, evidencia que quanto maior a renda maior será a quantidade de registros de responsabilidade técnica com a reta de regressão linear igual a $y = 0,0002x + 2285,8$. Embora preliminares, os dados deste trabalho indicam que pode existir uma relação entre a renda com a contratação de um arquiteto, demonstra a necessidade de desmistificar as atribuições dos profissionais de arquitetura e urbanismo, explicando seu papel na qualidade das construções e na melhoria das condições de habitação, apoiando uma ideia de que a autoconstrução está ligada à realidade socioeconômica.

Palavras-chave: Arquitetura; estatística; indicadores socioeconômicos

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

VISUALIZAÇÃO DE DADOS E INFOGRAFIA NO CONTEXTO DE APLICATIVOS DE STREAMING DE ÁUDIO: UM ESTUDO DE CASO DO SPOTIFY WRAPPED

Daniel Azevedo da Costa Soares, Eduardo Napoleao

Comunicação - Comunicação Visual

A infografia é uma ferramenta poderosa para a visualização e compreensão de dados, estatísticas e informações quantitativas em diversos contextos de comunicação. Sua capacidade de transformar números complexos em representações visuais acessíveis aprimora a compreensão e o engajamento do público. Nesse contexto, esta pesquisa se concentra na análise das infografias geradas pelo aplicativo de streaming de áudio Spotify, em particular, a ferramenta conhecida como "Spotify Wrapped". O Spotify Wrapped oferece aos usuários infografias gráficas e textuais que resumem suas atividades musicais ao longo do ano e são projetadas para serem compartilhadas nas redes sociais. Esta pesquisa tem como objetivo investigar a interface gráfica do Spotify Wrapped ao longo dos últimos seis anos, compreendendo como os usuários interagem com essas infografias e qual é o seu impacto social. A motivação por trás desta pesquisa reside na crescente importância das infografias como uma forma de comunicação visual nas sociedades modernas. Com a abundância de dados disponíveis em várias áreas, desde música até ciência, economia e saúde, as infografias desempenham um papel fundamental na tradução dessas informações complexas em formatos que o público em geral possa entender facilmente. Além disso, o fenômeno das redes sociais tornou o compartilhamento de infografias uma prática comum, amplificando ainda mais seu alcance e impacto. O problema de pesquisa nesta investigação está centrado na análise da eficácia das infografias geradas pelo Spotify Wrapped em comunicar informações sobre os hábitos musicais dos usuários e em sua capacidade de promover o engajamento nas redes sociais. Pretendemos responder a perguntas como: Como as infografias do Spotify Wrapped evoluíram ao longo do tempo em termos de design e conteúdo? Como os usuários interagem com essas infografias e que tipo de discussões e compartilhamentos elas geram nas redes sociais? A metodologia empregada nesta pesquisa envolveu a coleta e análise de dados das infografias do Spotify Wrapped dos últimos seis anos. Foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo e análise visual para avaliar as mudanças na interface gráfica e identificar os elementos que mais atraem os usuários. Além disso, foram examinadas as interações nas redes sociais relacionadas às infografias do Spotify Wrapped, como curtidas, comentários e compartilhamentos. Os principais resultados desta pesquisa revelaram uma evolução significativa na apresentação visual das infografias do Spotify Wrapped ao longo dos anos, com uma ênfase crescente na personalização e na capacidade de compartilhamento nas redes sociais. Além disso, observou-se um alto grau de engajamento por parte dos usuários, que usam essas infografias para expressar sua identidade musical e interagir com sua rede social online. Em conclusão, esta pesquisa demonstrou que as infografias do Spotify Wrapped desempenham um papel importante na comunicação de informações sobre os hábitos musicais dos usuários e têm um impacto significativo nas redes sociais. Elas representam um exemplo relevante da crescente importância das infografias como ferramenta de comunicação e engajamento social. Essa compreensão mais profunda das infografias do Spotify Wrapped pode informar estratégias futuras de design e comunicação visual em aplicativos de streaming de áudio e em outras áreas onde a tradução de dados complexos em formatos acessíveis é essencial.

Palavras-chave: Infografia; Spotify Wrapped; Aplicativos; Viral

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

UNIVERSIDADE DA CRIATIVA IDADE: ANÁLISE E PROPOSIÇÕES PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Délfica Juliana Fagundes, Everton Carlos Martins, Flávia Arbighaus, Gabrielly Pivatto, Kélvani Souza Batista, Ana Paula Lisboa Sohn

Turismo - Turismo

No cenário demográfico atual, uma das transformações mais notáveis é o avanço da população idosa. Diante do envelhecimento populacional global, a Agenda 2030, que abraça os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destaca a importância da aprendizagem ao longo da vida (lifelong learning). A Universidade da Criativa Idade é um projeto ligado a extensão da UNIVALI, que estrutura suas atividades com base nos princípios da aprendizagem contínua para aqueles em processo de envelhecimento. Neste contexto, pesquisa visou analisar os impactos do projeto de extensão Universidade da Criativa Idade do ponto de vista do lifelong learning. Para atingir esse objetivo, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. A revisão teórica inicial incluiu a análise e leitura de artigos científicos sobre o conceito de aprendizagem ao longo da vida para a terceira idade. A abordagem qualitativa envolveu a análise da página no Instagram da Universidade da Criativa Idade. Além disso, um questionário foi aplicado para capturar a perspectiva dos idosos sobre a relevância da aprendizagem contínua. A revisão da literatura reforçou que projetos que promovem a aprendizagem ao longo da vida na terceira idade aprimoram a qualidade de vida e fomentam um envelhecimento saudável. Destacando que investir em aprendizagem ao longo da vida pode alterar a percepção de mundo dos idosos, incentivando-os a celebrar significados e objetivos, e a se envolverem de maneira crítica nas transformações pessoais e sociais. A pesquisa revela que a aprendizagem ao longo da vida é fundamental, já que o aprendizado não conhece limites temporais. A Universidade da Criativa Idade se destaca por oferecer cursos de curta duração, brechós e eventos culturais. A Universidade da Criativa Idade no Instagram destaca-se a interação com os seguidores que gera uma imagem positiva do projeto. Resultados da pesquisa quantitativa, obtidos através de questionários, mostraram que 84,3% dos respondentes consideram a aprendizagem ao longo da vida muito importante, com 70% demonstrando alto grau de motivação para aprender continuamente. Além disso, 94% percebem um impacto significativo da aprendizagem contínua na saúde e bem-estar de pessoas idosas. A pesquisa também identificou que 89% acreditam que essa aprendizagem contribui para um envelhecimento bem-sucedido. A pesquisa revelou que a Universidade da Criativa Idade estimula efetivamente a aprendizagem ao longo da vida, ampliando o conhecimento e a qualidade de vida dos idosos. Os resultados sustentam a importância do projeto de extensão e oferecem oportunidades para aprimorar suas estratégias, garantindo um envelhecimento saudável por meio do aprendizado contínuo.

Palavras-chave: Universidade da Criativa Idade; Envelhecimento; Extensão Universitária

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

PROJETOS DE INOVAÇÃO DE BASE EM LABORATÓRIOS URBANOS: RUMO A CIDADES TRANSFORMADORAS

Diego Hernando Florez Ayala, Anete Alberton, Tainara Caroline do Nascimento, Nicole Costa Scolari Santos, Larissa Tarachucky

Administração - Administração de Setores Específicos

Nesta década, houve um aumento na formulação de políticas públicas, na sociedade civil e no interesse acadêmico em explorar as dinâmicas de transição urbana necessárias para que os sistemas de cidades inovadoras migrem para a sustentabilidade. Como resultado, as cidades agora estão estabelecidas na agenda internacional como locais-chave para negociar e moldar o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a coesão social. A política orientada para a transformação é vista como uma ponte entre a gravidade dos problemas ambientais e o incrementalismo inerente à política ambiental. Sendo assim, as cidades modernas precisam passar por transformações rápidas e profundas para abordar uma série de crises ecológicas, econômicas e sociais interconectadas. Alcançar essas transformações exigirá novas formas de colaboração e produção de conhecimento. Nesse contexto, os Laboratórios Vivos Urbanos (ULLs) surgem como mecanismos intimamente alinhados com os princípios de inovação de base. São adaptadas para lidar com questões contextuais específicas, enraizadas nas necessidades e prioridades de comunidades ou bairros particulares. Os ULLs ressoam com a literatura de inovação de base, envolvendo-se em estudos sócio-técnicos e de inovação. Os Laboratórios Vivos Urbanos são novos tipos de experimentação e conhecimento que contribuem para os desafios sociais e ambientais enfrentados pelo futuro da inovação local. Nessa perspectiva, os ULLs podem atuar como ferramentas para provocar políticas de inovação transformadora. Com base nesse contexto, como os projetos de inovação de base desenvolvidos em um laboratório vivo urbano podem estimular a inovação em políticas públicas em direção a cidades transformadoras? A metodologia adotada foi um estudo de caso no LabIC Novale, um ULL brasileiro. Realizamos um estudo de caso porque ele é particularmente útil para examinar dados primários e secundários obtidos por meio de trabalho de campo realizado em outubro de 2022 e junho de 2023. Além disso, fornece insights valiosos e contribui para uma compreensão mais profunda de um fenômeno específico. O estudo de caso em que trabalhamos faz parte do segundo workshop do LabIC Novale em Jaraguá do Sul, Brasil. Neste evento imersivo, por meio de uma oficina, o objetivo era encontrar-se com os cidadãos para pensar nos desafios da cidade e trabalhar em equipe para co-criar soluções que contribuam para a criação de uma melhor qualidade de vida. Esta pesquisa inclui oito iniciativas de projetos de inovação de base desenvolvidos no LabIC Novale. Os dados foram coletados por meio de análise de documentos, entrevistas com líderes de projetos e vídeos disponíveis dos projetos. Realizamos análise de conteúdo para a análise dos dados. Esta exploração lançou luz sobre uma interação dinâmica de fatores. Os sete projetos apresentados, abrangendo desde "Novos usos para edifícios históricos" até "O espaço verde-azul," iluminam coletivamente uma trajetória em direção a futuros urbanos sustentáveis e progressivos. Suas características de inovação de base para a sustentabilidade urbana, que englobam desenvolvimento urbano sustentável, iniciativas lideradas pela comunidade, governança colaborativa, conhecimento local e soluções de baixo custo, estabelecem uma base robusta para a mudança transformadora. Esses projetos combinam engenhosamente essas características com traços de uma política de inovação transformadora, incluindo pesquisa multidisciplinar, combinação de políticas, direcionalidade, abordagem de grandes desafios sociais e promoção de crescimento inclusivo. Concluímos que as iniciativas de inovação de base do LabIC Novale estimulam e conectam a comunidade com o contexto de políticas urbanas, geram novos conhecimentos e alternativas para resolver demandas da cidade e orientam os líderes municipais a fornecerem novas políticas e condições na cidade.

Palavras-chave: Laboratórios Vivos Urbanos; Inovação de Base; Política de Inovação Transformadora; Transições de Sustentabilidade Urbana



Apoio: Este trabalho foi realizado com o apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: O CASO DO SISTEMA REGIONAL DE ENERGIA A CARVÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL

Diego Hernando Florez Ayala, Gabriela Almeida Marcon Nora, Anete Alberton, Nicole Costa Scolari Santos, Tainara Caroline do Nascimento, Luiza Guedes, Gabriela Soares de Miranda

Administração - Administração de Setores Específicos

O clima está mudando e sem ações efetivas, terá impactos devastadores no meio ambiente mundial e na economia. O Brasil fez um compromisso na COP26 de reduzir 50% de suas emissões de gases de efeito estufa até 2030, usando como base o ano de 2005 e como referência o Quarto Inventário Nacional de Emissões. A transição justa oferece um novo espaço para desenvolver uma abordagem interdisciplinar sensível à transição, explorando e promovendo: (1) justiça distributiva, (2) justiça procedimental e (3) justiça restaurativa, aqui denominada como um novo conjunto de princípios. Abordagens de 'transição justa' desempenharam um papel central na interface entre mitigação do clima e transformações socioeconômicas. Da mesma forma, um sistema energético justo seria "um sistema energético global que dissemina de maneira justa os benefícios e custos dos serviços energéticos e que tem tomadas de decisão energética representativas e imparciais". A abordagem de sistema de inovação regional tornou-se um quadro amplamente utilizado para examinar as dinâmicas de inovação no espaço e formular políticas para promover a capacidade de inovação das regiões. O foco dominante tem sido em inovação tecnológica e empresarial, melhorando a competitividade e o crescimento econômico em áreas específicas. Diante de desafios ambientais e sociais persistentes, como mudanças climáticas, degradação ambiental, crescentes desigualdades e pobreza, os sistemas e políticas de inovação regionais parecem adequados para analisar uma política de transição energética justa. A economia do sul do Brasil, especialmente da parte sul do estado de Santa Catarina, tem um importante complexo químico de carbono e é fortemente impactada pela produção de carvão mineral. O fim abrupto da produção e do consumo baseados na economia do carvão afetaria diretamente ou indiretamente a vida diária, a cultura, o trabalho e a renda de milhares de habitantes da região. Notícias na mídia indicam que o governo federal e o governo do estado de Santa Catarina estão preocupados com a condução da transição energética. Este artigo tem como objetivo analisar a política estadual de transição energética justa para uma economia de baixo carbono no sul do estado de Santa Catarina, a partir da perspectiva dos sistemas regionais de inovação, considerando atos nacionais e estaduais. Sua metodologia é a análise qualitativa de conteúdo das legislações e notícias veiculadas. Em conclusão, o estudo destaca a natureza colaborativa do processo de inovação, enfatizando suas origens coletivas e não individuais. O estudo apresenta uma visão geral do quadro legal para uma transição energética justa e retrata o contexto regional por meio da análise de literatura e fontes de notícias. Apesar da abordagem legislativa controversa, são identificadas compensações econômicas e ambientais significativas na região.

Palavras-chave: Transição energética justa; Sistema de inovação regional; Economia de baixo carbono

Apoio: Este trabalho foi realizado com o apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq). Faz parte do projeto Futuros de energia sustentável: impacto das partes interessadas no setor de energia, aprovado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NUMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE ITAJAÍ: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Dirceu Manoel Machado Júnior, Juliana da Silva, Maria Madalena Pereira Bernardino, Maria Elaine dos Santos Lemes da Rosa, Ilisabet Pradi Krames

Educação - Ensino-Aprendizagem

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética, considera que o ensino fundamental propõe que os estudantes conheçam e dominem o conhecimento sobre diferentes modos de vidas e culturas, em diferentes tempos e espaços. Por meio do conhecimento deve acontecer a valorização e respeito reforçando os ideais de democracia. A pesquisa analisou as principais dificuldades encontradas pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, de uma escola pública de Itajaí, no que diz respeito ao planejamento e ensino de História, à luz dos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular. Buscou-se identificar como professores, planejam as aulas de História a partir de coleta de informações oriundas do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A pesquisa é qualitativa, do tipo descritiva, usando técnicas da pesquisa exploratória e da análise de conteúdo. O lócus da pesquisa foi uma escola pública de Itajaí. Os participantes são professores dos anos iniciais que responderam um questionário online, com questões abertas e de múltipla escolha, sobre: o grau de dificuldade e o tempo destinado para planejar as aulas de História; as fontes e materiais mais utilizados; a dificuldade de encontrar fontes e materiais confiáveis; a metodologia utilizada; as unidades temáticas da BNCC mais difíceis de serem trabalhadas. De dezesseis professores, treze responderam ao questionário, totalizando 81% de participação, o que valida a informação coletada. A pesquisa evidenciou que (84,6%) dos professores considera médio o grau de dificuldade no planejamento das aulas de História, enquanto (15,4%) o vê como pequeno. As principais dificuldades incluem encontrar material didático adequado, complexidade do conteúdo e falta de alinhamento com o ano/série. Quanto ao tempo dedicado ao planejamento, a maioria (77%) reserva mais de uma hora por semana. Em relação às fontes de pesquisa, sites (53,8%) são predominantes, seguidos por livros didáticos (30,8%), e uma minoria usa outras fontes, como vídeos. Na busca por fontes confiáveis, a maioria (69,2%) enfrenta dificuldades de nível médio, (30,8%) indicaram dificuldades médias. Diversas abordagens são usadas, com leitura e explicação do conteúdo predominando (38,5%), seguidas por aula expositiva dialogada (30,8%); (23%) usa combinação de abordagens mesclando aulas expositivas, rodas de conversa e registros; (7,7%) usam projetos temáticos. As unidades temáticas mais difíceis da BNCC incluem "Mundo pessoal" e "Formas de registrar experiências da comunidade" (1º e 2º ano), "Trabalho e sustentabilidade na comunidade" (2º ano), "Pessoas e grupos na cidade" (3º ano), "Questões históricas de migrações" (4º ano), "Colonização de Itajaí", "Noção de espaço público e privado" (3º ano), "Circulação de pessoas, produtos e culturas" (4º ano), "Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos" (4º ano) e "Registros da história: linguagens e culturas" (5º ano). Nas dificuldades com as unidades temáticas, (76,9%) indicaram a busca por material didático adequado. Em segundo lugar, (30,8%) mencionaram a complexidade do conteúdo, enquanto (23,1%) indicaram inadequação do conteúdo para o ano/série. A partir dos dados foi organizado um repositório digital, via Google Drive, com: lives, vídeos, atividades didático pedagógicas e indicação de fontes com potencial para qualificar o planejar o ensino de História. Conclui-se que os saberes de História são fundamentais para a formação dos estudantes, cabendo ao professor planejar atividades de ensino-aprendizagem que dialoguem com o tempo presente. A relação presente/passado exige o conhecimento profundo de referências teóricas capazes de construir a compreensão dos objetos históricos a serem estudados. Dada a formação dos professores dos anos iniciais, que pretende ser genérica, existem dificuldades encontradas no que diz respeito às especificidades do ensino de História. Mapear essas dificuldades e pensar conjuntamente com professores dos anos iniciais e professores formados na área de História, pode favorecer e qualificar o planejamento e o ensino de História. Pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética através do parecer 5.493.651.

Palavras-chave: Ensino de História; Anos Iniciais; Base Nacional Comum Curricular



Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI.



FILHO DO MEU FILHO: A RELAÇÃO COPARENTAL DOS AVÓS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Eduarda Dutra de Freitas, Suzana Dutra de Oliveira, João Rodrigo Maciel Portes

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Esse estudo objetivou compreender as características presentes no exercício da coparentalidade de avós de crianças com autismo. A presente pesquisa é de caráter descritivo e exploratório e de abordagem qualitativa. Participaram desta pesquisa dez avós que prestam cuidados aos netos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), que possuem entre três e nove anos, e que são usuários assíduos de uma instituição especializada no atendimento de crianças diagnosticadas com TEA. Na primeira parte da pesquisa foram coletados dados sociodemográficos e posteriormente foi aplicado um questionário semiestruturado de entrevista sobre a relação coparental entre avós e seus netos diagnosticados com TEA, contendo perguntas acerca do conhecimento dos avós sobre o tema, manejo de cuidados com o neto e semelhanças e diferenças entre seus cuidados e os cuidados prestados pelos genitores das crianças. Para tratamento dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin. A análise dos dados fornecidos pelos participantes possibilitou a construção de duas categorias: Função Coparental e Práticas Parentais, e quatro subcategorias: Divisão de tarefas em relação ao neto; Suporte coparental; Acordo nas práticas parentais e Desacordo nas práticas parentais - utilizando como fundamento teórico a teoria da estrutura interna e contexto ecológico da coparentalidade de Feinberg. Destacou-se a categoria função coparental no que se refere às atividades estabelecidas com os netos com autismo, enfatizando a importância do brincar com a criança, auxiliar na fala e estabelecer regras de comportamento e condutas morais, enquanto a categoria de semelhanças e diferenças nas práticas coparentais aborda sobre as equivalências no modo de lidar com a criança e demonstra a flexibilidade que os avós afirmam ter em contraponto à rigidez dos genitores. A pesquisa respondeu aos seus objetivos específicos de descrever o relacionamento estabelecido entre avós e crianças com TEA, levantar a função desses avós no que concerne o cuidado da criança e identificar as práticas utilizadas pelos avós para com os seus netos. Foi apresentada a importância social desse estudo e sua relevância no campo científico, assim como os desafios encontrados ao longo da construção da pesquisa, sendo abordadas também sugestões para estudos futuros sobre o tema.

Palavras-chave: Autismo; Avós; Coparentalidade

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



PROTEÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Eduarda Fuchs de Souza, Claudia Regina Althoff Figueiredo

Direito - Direito Privado

O contexto do trabalho surge a partir da ascensão das redes sociais, momento em que é comum adultos compartilharem imagens de seus filhos. Ocorre que se os filhos são crianças ou adolescentes a exposição exagerada pode trazer inúmeras consequências. Muitos pais antes mesmo do nascimento já criam um perfil para o infante com fotografias do ultrassom e acabam postando os mínimos detalhes de toda a vida da criança: o parto, a amamentação, os primeiros passos e assim por diante. Esse acompanhamento do cotidiano da criança e do adolescente traça um verdadeiro mapa de sua vida, pois fica nítido os lugares que frequenta, onde estuda, hobbies e preferências pessoais. Dessa forma, a motivação do presente trabalho é assegurar que se proteja o direito de imagem das crianças e dos adolescentes, pois a exposição pode gerar inúmeros perigos e consequências em suas vidas pessoais. Qualquer pessoa pode visualizar um perfil público e caso a criança opte no futuro em seguir uma carreira que exija descrição poderá ser prejudicada e não ser aceita no cargo, pois teve sua vida inteira exposta desde a tenra infância. O problema de pesquisa é se as crianças e adolescentes têm seu direito de imagem protegido. Nessa perspectiva observa-se o Estatuto da Criança e do Adolescente que os configura como sujeitos de direito e a Constituição Federal, a qual ressalta serem invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas. Assim, a pesquisa verifica se as crianças e adolescentes realizam a escolha de como será utilizada a sua imagem, apresentando os direitos constitucionais mencionados, ou se isso ocorre por decisão dos pais. O estudo realizado se decorreu a partir da legislação brasileira vigente, do entendimento doutrinário de Rolf Madaleno, Pablo Stolze e Maria Berenice Dias, além da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente que ressaltam ser dever da família, da sociedade, do Estado e de todos, respectivamente, assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade. No que se refere à metodologia utiliza-se o método indutivo como base lógica, e o cartesiano na fase de tratamento dos dados colhidos, aliados às técnicas do referente, fichamento, conceito operacional, pesquisa bibliográfica e documental. Os principais resultados do estudo demonstram que as crianças e os adolescentes não dispõem do direito à imagem, pois as postagens são realizadas por escolha dos pais. Antes mesmo de nascerem um perfil público nas redes sociais já é criado, criando assim um ciclo de exposição, em momentos íntimos como amamentação, banhos e trocas de fralda. A partir do disso, constata-se que a imagem de crianças e adolescentes deve ser protegida e não exposta, pois a exteriorização da vida privada deles resulta em malefícios, como a humilhação de serem reconhecidos por um vídeo em que estavam em uma situação de estresse, chorando ou até mesmo despidos. Não tem como desfazer uma postagem na internet, pois mesmo após apagada alguém já pode ter baixado a imagem. Logo, criança pode ser reservada e desejar ter uma vida cível comum, não como pessoa pública. Em virtude disso as conclusões do estudo revelam que a proteção ao direito de imagem das crianças e adolescentes é de extrema importância. Deve-se observar o melhor interesse das crianças e adolescentes e não dos pais, pois muito almejam visualizações sem pensar na situação vexatória em que colocam os filhos. Por isso deve ocorrer a proteção do Estado frente aos pais inconsequentes que expõem de forma exagerada as crianças e adolescente, observando-se o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Exposição; Criança; Imagem



O CASO LARISSA MANOELA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PAIS PARA OS FILHOS

Eduarda Fuchs de Souza, Claudia Regina Althoff Figueiredo

Direito - Direito Privado

O contexto do presente trabalho surge a partir das novelas infantis, filmes e séries que constam com a presença de inúmeros atores mirins. Como a profissão é realizada por crianças os rendimentos são de incumbência dos pais ou responsáveis legais. Ocorre que certas vezes essa administração financeira não é realizada da forma correta, situação demonstrada pela atriz Larissa Manoela, que trabalha desde os quatro anos de idade e seus pais sempre foram os administradores de seus bens. Contudo, após completar a maioridade não sabe de fato os valores, imóveis e patrimônio que possui. Seus pais realizam controle financeiro até hoje sobre Larissa. Dessa forma, a motivação do trabalho é assegurar que ocorra a prestação de contas sobre os rendimentos que as crianças e adolescentes conquistaram com seus trabalhos, visto que os pais devem ser meros administradores e utilizar o dinheiro somente por necessidade ou evidente interesse do filho. É certo que crianças e adolescentes não podem constituir contas em bancos ou possuir plena capacidade de administrar seu patrimônio. Contudo é dever dos pais preservar o melhor interesse da criança e do adolescente e resguardar os rendimentos que não serão utilizados em gastos necessários como escola, plano de saúde e alimentação para que o filho os utilize após completar a maioridade. O problema de pesquisa é se as crianças e adolescentes possuem o direito de receber a prestação de contas sobre os rendimentos advindos de seus trabalhos. Nesse interim observa-se o Estatuto da Criança e do Adolescente que os configura como sujeitos de direito e o artigo 1691 do Código Civil que deixa claro os pais não poderem contrair em nome dos filhos obrigações que ultrapassem os limites da simples administração. Assim, mesmo que as crianças e adolescentes sejam protegidas pelo Código Civil, alguns pais como os de Larissa Manoela ultrapassam os limites e utilizam o patrimônio do filho para interesses próprios, por isso há a necessidade da prestação de contas. O estudo realizado se decorreu a partir da legislação brasileira vigente, do entendimento doutrinário de Rolf Madaleno, Pablo Stolze e Maria Berenice Dias, além do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente. No que se refere à metodologia utiliza-se o método indutivo como base lógica, e o cartesiano na fase de tratamento dos dados colhidos, aliados às técnicas do referente, fichamento, conceito operacional, pesquisa bibliográfica e documental. Os principais resultados do estudo demonstram que não há previsão legal expressa quanto a prestação de contas dos responsáveis para os filhos. Por isso, o estudo aborda que deve ocorrer a prestação de contas para proteger o patrimônio das crianças e adolescentes, de modo que eles sejam os administradores dos próprios bens quando completarem a maioridade. Os rendimentos devem ir de encontro com o melhor interesse da criança e do adolescente e não conforme os interesses dos pais, o que não for utilizado para gastos necessários deve ser guardado. Em virtude disso as conclusões do estudo revelam que muitos pais usam de forma errada o dinheiro do trabalho de seus filhos, por isso deve ocorrer a devida proteção desse patrimônio através da prestação de contas para que as crianças não sejam exploradas financeiramente. Os filhos devem possuir o direito de questionar como o dinheiro que elas conquistaram está sendo gasto. Conforme o entendimento do estudo Larissa Manoela poderia pedir aos pais que demonstrassem os extratos bancários e como o seu patrimônio foi administrado.

Palavras-chave: Rendimentos; Criança; Trabalho



A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA

Eduardo de Sena Mesquita Reis, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

O presente trabalho foi pautado em pesquisa bibliográfica e tem como objetivo demonstrar que a propriedade privada deve atender os interesses da sociedade, ou seja, além de desempenhar os poderes exercidos pelo proprietário, deve, sobretudo, exercer uma função social efetiva a fim de evitar sua ociosidade causando, como tem causado, insatisfação social. Não se discute se a propriedade é um direito, pois a própria Constituição federal a reconhece como tal. Entretanto, a Carta Magna em seu artigo 5º, inciso XXIII, prediz que ela deverá atender a sua função social. Portanto, apesar do bem ser privado, isto é, pertencer a um particular, ele deve ter como escopo maior, atender os interesses da coletividade e, se for o caso, em detrimento até mesmo dos interesses individuais. Como já reportado, a propriedade é um direito reconhecido pela Constituição, mas este direito não é absoluto e sim relativo, pois o proprietário não pode dispor da coisa como bem entender, sem atender aos interesses sociais. Apesar do tema, há quem pense de forma diferente, ao afirmar que se o bem é particular, cabe a este particular, dispor do mesmo como bem lhe convier, sem interferência de quem quer que seja, pois está no exercício do direito fundamental de liberdade de utilizá-la, conforme sua vontade. Contudo, é o Estado e não o particular quem detém o poder para fazer, no caso concreto, a expropriação embasada na função social que a propriedade deve exercer, conforme dispõe o artigo 184 da Constituição federal. Assim sendo, tem-se que a propriedade não é um simples direito, mas sobretudo, um dever. É um direito quando o senhor possuidor tem a coisa para si e um dever quando esta coisa atinja sua função motriz que é atender os interesses da sociedade. Sendo assim, deverá haver uma espécie de sinergia entre os interesses do particular e da sociedade, pois a Constituição, com o objetivo de que a propriedade exerça sua função social, abordou mecanismos a fim de limitar o direito de propriedade, ou para punir o proprietário que exerceu seu direito sem a observância das regras garantidoras da função social. À guisa de conclusão, tem-se que a ideia de função social da propriedade privada é acima de tudo, o reconhecimento de que os interesses do titular daquele direito precisam estar compatibilizados com os de outros cidadãos não proprietários.

Palavras-chave: Função; Social; Privada

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

INDICADORES TRANSNACIONAIS DE CORRUPÇÃO AMBIENTAL

Eduardo Matheus Campos Fischer, Marcio Ricardo Staffen

Direito - Direitos Especiais

O presente projeto de pesquisa se encarrega de analisar e propor quais tipos de indicadores numéricos podem ser levantados a fim de denunciar atos de corrupção de ordem ambiental, envolvendo vários atores sociais, tais quais: empresários relevantes, empresas multinacionais, governos internacionais, sejam régios, sejam democráticos (através de seus representantes políticos, ora governadores, ora parlamentares, entre outros). Parte-se do ponto que tais dados são mascarados e sua divulgação é coibida fazendo com que o grande público não tenha acesso a essa informação e não desperte para a necessidade de averiguar a possível existência de corrupção envolvendo o meio ambiente em escala internacional. É questionado no pesquisado o motivo pelo qual a grande mídia mainstream não toca tanto nesse tema tão presente na realidade brasileira e não traz com mais afinco o tema para debate social, uma vez que tem grande poder de fomentar os maiores debates do cotidiano do povo brasileiro e auxiliar na formação de opinião das pessoas. Justifica-se a partir da denúncia e da suspeita da ligação entre grandes empresas off-shores e governos locais que supostamente se unem para cometer atos condenáveis típicos corruptos com o objetivo final de favorecer as atividades comerciais e de beneficiar financeiramente seus envolvidos; isto mais voltado a exploração ambiental e as riquezas oriundas da natureza dos países em questão. O labor executado investiga, por meio de números que indiquem algum direcionamento ou revelação sobre o assunto, como empresas e governos se entrelaçam e se protegem das duras penas da lei, para que uma vez driblada a punição pelos atos cometidos, possam extrair e explorar países inteiros em seus meios ambientes ricos e pouco trabalhados por seus próprios governos. Ainda, estas empresas multinacionais e transnacionais gigantes e consolidadas valem-se de benefícios de não estarem atreladas com exclusividade a um país só e suas respectivas leis e punições, e enroscam-se com governantes e representantes de variados países visando seu próprio benefício na forma de lucro e poder. Essa dinâmica pode facilmente ser seduzida pela marginalidade com a lei e representar riscos jurídicos e morais para todos os envolvidos em toda a extensão dessas atividades comerciais e profissionais.

Palavras-chave: Corrupção; Meio-ambiente; Transnacionalidade; Direito; Estatísticas

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



BULLYING E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE MENTAL DA PESSOA NEURODIVERGENTE

Esther Ataíde Magalhães, Joana Carolina de Souza, Pietro Gianni Sanhueza Maffezzoli, Donovan Filipe Massarolo, Siliana Dalla Costa

Psicologia - Psicologia Social

Esta pesquisa aborda os impactos do bullying na saúde mental da pessoa neurodivergente, uma vez que os casos de bullying têm crescido consideravelmente nos últimos anos nos ambientes escolares, fruto de vários fatores sociais e comportamentais. O termo bullying tem sido descrito como comportamento agressivo que envolve três critérios fundamentais: repetição (as agressões são sistemáticas), intencionalidade e desequilíbrio/desigualdade de poder entre autor e alvo, a qual não consegue se defender, conforme definição de Olweus & Smith. Esta pesquisa investiga os impactos do bullying na saúde mental da pessoa neurodivergente e teve como objetivo identificar casos de pessoas neurodivergentes que já sofreram algum tipo de bullying no ambiente escolar, compreendendo os impactos provocados na saúde mental destes indivíduos. Está fundamentada numa pesquisa de abordagem quantitativa/qualitativa, com coleta de dados por meio da plataforma Google forms, onde foram obtidas 97 respostas. Destas 18,6% se identifica como pessoa neurodivergente, sendo que 54,3% já sofreu algum tipo de bullying e teve o ambiente escolar como principal local de prática, com 78,3%. A pesquisa aponta ainda consequências de ansiedade, baixa autoestima, falta de confiança, autossabotagem, depressão, além de isolamento e falta de socialização. Através desta pesquisa foi evidente que os indivíduos neurodivergentes são particularmente vulneráveis aos efeitos prejudiciais do bullying devido à sua percepção diferenciada das interações sociais e à sua forma de processar informações. Além disso observou-se que são necessárias intervenções e estratégias de apoio para mitigar os impactos negativos e promover um ambiente mais inclusivo e seguro para as pessoas neurodivergentes e, sobretudo, a importância da compreensão dos impactos é fundamental não só para aprimorar as abordagens preventivas e de intervenção, mas também para nutrir uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade é valorizada e a dignidade dos indivíduos são protegidas. Considerando a gravidade envolvendo casos de bullying no ambiente escolar e os impactos por ele gerados, faz-se necessário que escolas adotem mecanismos de denúncia e de intervenção em seus espaços de comunicação.

Palavras-chave: Bullying; Neurodivergência; Ambiente escolar

Apoio: Escola SESI de referência por meio do Departamento Regional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina



QUILOMBO DO SERTÃO DO VALONGO - CONHECENDO E RECONHECENDO A RESISTÊNCIA NEGRA NA REGIÃO DO VALE DO RIO TIJUCAS

Fabricio Rodrigues de Brito, Graziela Maziero Pinheiro Bini, Eliton Felipe de Souza

História - Teoria e Filosofia da História

Os quilombos foram exemplo de luta e resistência da população negra durante o período colonial, durante o império e nos primeiros anos pós-proclamação da República e seus remanescentes estão espalhados, ainda hoje, por todo o Brasil. Nesse contexto, Santa Catarina não seria diferente, porém diante do aparente “silêncio” que encobre a história da população de origem africana em Santa Catarina, o presente trabalho teve como objetivo conhecer e reconhecer a luta e resistência negra no Vale do Rio Tijucas a partir de uma comunidade quilombola instalada na região, intitulada Sertão do Valongo. Através do método de história oral, que consiste na utilização de narrativas pessoais para a criação de uma história cada vez mais incluyente, e da referenciação bibliográfica foi possível observar e interpretar as particularidades deste grupo. Compuseram esta pesquisa 3 entrevistados, sendo dois quilombolas e um morador do local que mantém boas relações com o grupo, e para a obtenção dos dados foi aplicado um roteiro semi-estruturado de entrevista. Portanto a partir da aplicação dos métodos pôde-se compreender a curiosa instalação do adventismo no local e como a religião mudou o modo e o projeto de vida dos quilombolas, a não preservação da memória e com isso a impossibilidade de descobrir as origens destes, bem como o movimento de não preservar práticas de matriz africana, o seu notório isolamento e o caráter inconstante do mesmo, o trabalho como uma ferramenta para exercer a liberdade e o não reconhecimento de si como quilombola. A escola, enquanto território de poder, é um espaço que reproduz o que acontece na sociedade. Infelizmente, se a sociedade produz práticas preconceituosas e racistas, a escola reproduz, ainda que de maneira velada, tais práticas em seu território. Se faz necessário, portanto, suprimir atitudes racistas através de uma educação antirracista, ou seja, de um currículo antirracista, garantindo às crianças, adolescentes e adultos uma educação de qualidade, inclusiva e acolhedora, subsidiada por concepções, discursos e práticas educativas que efetivamente propiciem vivências respeitadas, neste sentido, este trabalho também visou ampliar o conhecimento dos alunos do ensino médio do CAU, Campus de Tijucas, acerca das características da comunidade e os conceitos utilizados no estudo da memória utilizando um momento de exposição dos resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Representatividade negra; Resistência; Quilombos; História oral

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI

AMEAÇAS DO TRADE TURÍSTICO CATARINENSE POR MEIO DE MAPEAMENTO DIGITAL PARTICIPATIVO A FIM DE FORTALECER O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR E IMPULSIONAR A INOVAÇÃO NO SETOR DE TURISMO DE AVENTURA

Fernanda Lopes , Hans Peder Behling, Nicolas Ramos

Turismo - Turismo

O projeto teve como objetivo estudar as ameaças do trade turístico catarinense por meio de mapeamento digital participativo para fortalecer o ecossistema empreendedor e impulsionar a inovação no turismo de aventura. A metodologia envolveu a caracterização da população e dos ambientes de estudo, compreendendo-se o trade turístico catarinense e as ameaças relacionadas à dificuldade de localizar os fornecedores de turismo de aventura, à falta de profissionalização, regularização e acessibilidade para deficientes, bem como foram consideradas as relações de poder que conferem condicionamentos sociais, políticos e conflitos de interesses que expressam recortes, perfis e limites ao turismo de aventura. Foram realizados levantamentos de dados junto aos fornecedores e agentes sociais do turismo de aventura para validação da caracterização por meio de mapeamento digital participativo. Foi realizada uma análise dos dados por meio da metodologia PDCA. Para o estabelecimento de correlações entre causas e efeitos e elaboração de indicadores de monitoramento da expansão turística de aventura e da influência dos fatores econômico-sociais, de acessibilidade para deficientes e da pandemia do Covid-19 no trade turístico catarinense, bem como estabeleceu uma visão compartilhada, disseminando os conhecimentos gerados entre os diferentes agentes sociais envolvidos no projeto. Como resultados alcançados tem-se a identificação de ameaças e oportunidades por meio de mapeamento digital participativo para uma melhor compreensão dos negócios dos prestadores de serviço de turismo de aventura, permitindo a promoção da profissionalização inclusiva e sustentável e fomento à inovação e geração e transferência de conhecimento para os agentes sociais envolvidos. O turismo de aventura é um nicho de mercado de turismo distinto em crescimento, com amplo campo para análise e desenvolvimento. A partir dos materiais estudados, pudemos observar que é um nicho de turismo pouco estudado e explorado, o que justifica ao explicar o resultado das pesquisas aplicadas, os apontamentos da falta de investimento e divulgação da área. As definições de nicho também se mostram de forma rasa, o que ocasiona distorção no momento em que os usuários procuram seus destinos.

Palavras-chave: Turismo; turismo de aventura; catarinense

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Fernando Cesar Lenzi, Otávio Lenzi Rosembrock, Thales Róger de Moraes

Administração - Administração Pública

Este projeto segue a mesma construção conceitual e empírica do projeto de pesquisa PIBIC iniciado em 2021 com municípios acima de 50 mil habitantes, aproveitando a expertise acumulada ao longo deste período de pesquisa do bolsista. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), trouxe a tona o princípio constitucional da transparência na administração pública. Esta lei evidencia as bases para a publicidade dos atos administrativos, demandando uma série de medidas para a divulgação de licitações, contratos, concessões, licenças, autorizações, lançamentos tributários, além de outros tantos dados de interesse público e de obrigação dos entes em mostrar a comunidade o andamento e resultados das ações do poder público. Diante disto, a presente pesquisa deseja compreender o acesso à informação nos municípios de Santa Catarina e a adequação das ações de publicidade dos atos legais a partir da coleta de dados nos endereços eletrônicos das prefeituras (sites). A pesquisa terá uma metodologia quantitativa e descritiva e trará elementos comparativos entre as 40 prefeituras inseridas na amostra de 20 mil a 50 mil habitantes. Da mesma forma será possível obter elementos comparativos com a pesquisa realizada em municípios acima de 100 mil habitantes e de 50 mil a 100 mil. A pesquisa se faz de relevância para a identificação, dentro do âmbito da Administração Pública, da aplicabilidade de práticas de transparência na gestão pública dos municípios. “Em síntese, a transparência pública é entendida como a divulgação de informações referentes às atividades da gestão pública, de seus gestores e de suas entidades”. A coleta dos dados é realizada através de pesquisa documental, a partir de informações secundárias disponibilizadas pelos sites dos municípios observados. É utilizada uma tabela de atendimento aos quesitos do DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e especifica os itens os quais devem constar e serem atendidos nos portais de transparência dos municípios. Sendo constituída por 5 diferentes quadros referente aos critérios especificados na LEI. Dessa forma será baseado em "Atende", "Atende parcialmente" ou o "Não atende". Apesar da maior partes dos municípios atenderem os requisistos da Lei de Acesso a Informação, um número expressivo atende de forma parcial ou até mesmo o não atendimento, dando margem a uma maior padronização de informações.

Palavras-chave: Administração Pública; Lei de Acesso a Informação; Transparência Pública.

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



IMPACTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE-TRABALHO-DOENÇA-ADOECIMENTO DE PESCADORES ARTESANAIS

Gabrielle Rossetti Teixeira, Rita de Cassia Gabrielli Souza Lima

Psicologia - Psicologia do Trabalho e Organizacional

O contexto neoliberal pandêmico modificou as condições objetivas e subjetivas do texto de inúmeras frações de classe no Brasil. Aqueles que, acometidos pela exploração vigente do capital, não podiam abandonar seus postos de trabalho, por se tratar do seu meio de subsistência, ficaram (historicamente) à mercê da política liberal. Sendo a saúde socialmente determinada e a sociedade brasileira alocada num sistema que sustenta e privilegia as desigualdades, questiona-se qual o impacto do distanciamento social nas condições de saúde-trabalho-doença-adoecimento de pescadores artesanais num recorte pandêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de nível exploratório e caráter analítico. A pesquisa destaca condições que determinam materialidades e subjetividades em um recorte de uma fração de classe brasileira: pescadores artesanais de um município catarinense. O coletivo de participantes foi composto por um informante-chave e treze pescadores. A pesquisa foi realizada entre os meses abril e junho de 2021, por meio de um roteiro semiestruturado que explorou aspectos da cotidianidade, por ex., como vai a vida, o trabalho, como vão as condições de saúde- doença, como o distanciamento tem afetado o processo de viver, num momento histórico tão conturbado, bem como de que forma eles percebem a tradição da pesca artesanal em suas vidas. O encontro com os pescadores se deu de forma aleatória. Quando encontrávamos um artesanal pela rua, ou em frente à sua casa, ou mexendo no seu barco, pedíamos licença e conversávamos sobre a pesquisa. Aqueles que aceitaram participar assinaram previamente o termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Os participantes foram representados pela letra P, seguida de números. Os dados foram analisados por meio do método humanístico de análise de realidade, de cunho gramsciano, executado no diálogo entre a historicidade do objeto de estudo (leia-se: cotidianidade) e a dialética. A relação com os dados expôs vidas insuladas, destituídas do direito à informação de qualidade sobre questões normativas pertinentes aos seus interesses, portadoras de um legado de saber-fazer e de um sentimento de expropriação da cultura artesanal. Vidas que correm atrás do sustento que vem do mar, acometidas por um estado de desânimo em função do atraso do benefício seguro-defeso. Vidas quase à margem da COVID-19 porque oprimidas na necessidade diária de subsistência. O caminho do pensamento, percorrido diante da questão introdutória “Como vai a vida?”, exigiu da maior parte dos participantes um movimento ético-político prévio, manifestado pelo silêncio ou redarguições, sinalizando dificuldade para lidar com o demasiadamente humano que a questão carrega. Em seguida, buscaram palavras em um repertório convencional e juntaram-nas em frases para somente depois relatar que a vida vai em busca de condições objetivas para a garantia de necessidades básicas. Sendo assim, indaga-se para quem serve o sistema e as políticas assistências, uma vez evidente o desamparo que acomete a realidade dos pescadores artesanais.

Palavras-chave: Condições dos pescadores artesanais; colônia de pescadores; políticas públicas; distanciamento social

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



HOLOCAUSTO BRASILEIRO: A VARIAÇÃO NARRATIVA PRESENTE NA OBRA DE DANIELA ARBEX

Gabriely Farias

Comunicação - Jornalismo e Editoração

Publicada em 2013, a obra *Holocausto Brasileiro* é um livro-reportagem que relata os maus tratos cometidos no Hospital Colônia de Barbacena por quase meio século, entre os anos de 1930 e 1980. O livro conta com uma narrativa que varia entre primeira pessoa (os momentos em que Daniela se coloca na obra como jornalista) e terceira pessoa (a reconstrução dos fatos através das fontes). É através dessas variações que a jornalista, Daniela Arbex, relata as barbaridades sofridas por quem viveu na Colônia de Barbacena. São mais de 200 páginas alinhadas com relatos, documentos e fotos de sobreviventes e documentos da época. Foi mais de um ano para poder relatar parte de tudo que aconteceu naquele lugar, conforme relata a autora no próprio livro. Através de uma análise embasada no viés jornalístico, busca-se entender a forma como se dá a variação narrativa entre jornalismo e literatura presente na obra *Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex. O objetivo geral desta análise é identificar a variação entre a narrativa jornalística e literária na obra “*Holocausto Brasileiro*”, de Daniela Arbex e o motivo de escolha desse tema deve-se a necessidade de entender como a autora conseguiu variar sua escrita entre aspectos literários e jornalísticos de forma a produzir um material que se enquadre tanto como uma produção literária como de cunho jornalístico. A obra *Holocausto Brasileiro*, composta de 255 páginas, foi estudada através de uma Análise de Conteúdo, com o auxílio de produções embasadas em autores da área jornalística e literária, identificou-se que a variação narrativa usada pela autora acontece de forma sutil e quase imperceptível transitando entre as características jornalísticas e literárias para, além de prender o leitor e localizá-lo no relato dos acontecimentos, denunciar, relatar e pôr em evidência as atrocidades cometidas. Concluiu-se também que o livro reportagem é uma obra que se encaixa em duas classificações diferentes, sendo a primeira delas livro-reportagem-história, pois trata-se de uma obra literária jornalística que traz como tema acontecimentos de um passado recente e a segunda seria de livro-reportagem-denúncia, pois põe em evidência características como clamor por injustiças, foco em abusos do governo ou casos de escândalo.

Palavras-chave: jornalismo literário; modalização; narrativa



TENDÊNCIAS DA RELAÇÃO JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO E AS NOVAS DEMANDAS DA JUVENTUDE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ÂMBITO CATARINENSE

Gisele dos Santos, Tânia Regina Raitz

Educação - Orientação e Aconselhamento

Este plano de trabalho analisou uma parte da produção acadêmica catarinense acerca das tendências da relação juventude, educação e trabalho e as demandas da juventude, tema que tem levado pesquisadores, gestores e professores, do Ensino Médio e Ensino Superior, a recorrentes questionamentos em razão das profundas transformações que ocorrem no mundo do trabalho, nos últimos anos do século XXI. A pesquisa se justificou científica e socialmente em função do cenário em que novas formas de ocupação e diferentes maneiras de vivenciar o trabalho se espelham num contexto de rápidas mudanças para a juventude brasileira, dificultando os processos de inserção laboral. Neste sentido, visou contribuir com as análises sobre as juventudes na contemporaneidade, considerando os desafios e as possibilidades de inserção laboral a partir das articulações entre trabalho e educação. O problema de pesquisa foi quais as tendências apresentadas em teses e dissertações, produzidas nos programas de pós-graduação, visando compreender os desdobramentos na formação profissional dos jovens e das novas demandas da juventude? Os resumos levantados a partir do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) contribuíram para a observação das tendências no período de 2012 a 2022, neste sentido, se considerou os últimos 10 anos até 2022. A pesquisa de cunho bibliográfico foi realizada online pela acadêmica do curso de Pedagogia, caracterizando uma pesquisa qualitativa levando em consideração os procedimentos da análise de conteúdo na análise crítica dos resultados encontrados. Os trabalhos incluídos no banco de dados foram aqueles com termos como: Juventude, educação, trabalho, jovem, formação profissional, inserção profissional. Desta forma os resultados mostraram o avanço de estudos neste período analisado, entretanto, mostrou também que, ainda, são raras as investigações no âmbito catarinense que tem como preocupação mostrar os impactos da formação na trajetória socioprofissional de jovens considerando o acesso ao ensino superior, além da questão crucial na atualidade que é a inserção profissional. Sobre a concepção de juventude a maior parte da literatura encontrada mostra uma perspectiva sociológica sobre o conceito, o que coaduna com as vertentes trabalhadas no grupo Educação e Trabalho. Os resultados também mostraram que as tendências observadas na produção acadêmica catarinense no que se refere a tríade juventude, educação e trabalho relacionam os impactos na formação dos jovens às dificuldades de inserção profissional, porque muitas vezes falta respaldo durante os cursos no sentido de ampliar para uma formação mais integral, que se preocupe não só com as oportunidades financeiras, mas também que os jovens universitários buscam no processo formativo realizações, crescimento pessoal e profissional. Também os resultados são importantes para refletir que conseguir uma vaga no mercado de trabalho, na atualidade, é um grande desafio para estes jovens, especialmente, para aqueles já formados. Neste quesito, as instituições de ensino têm a atribuição ou a responsabilidade de orientar os estudantes para que consigam fazê-lo de forma mais assertiva, especialmente contribuir para sua inserção profissional.

Palavras-chave: Juventude; Educação e trabalho; Produção catarinense

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



POLÍTICAS CURRICULARES DO CURSO DE PEDAGOGIA: UM ESTUDO SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES

Gláucia de Souza Pereira Luiz, Cintia Metzner de Sousa

Educação - Tópicos Específicos de Educação

Este resumo integra a pesquisa intitulada "Políticas Curriculares do Curso de Pedagogia: um estudo sobre as diretrizes curriculares". O objetivo principal é analisar as transformações das diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, ocorridas em 2006, 2015 e 2019, e sua influência no perfil do formado, nas orientações conceituais, na estrutura do currículo e na abordagem pedagógica. O estudo se baseia em três categorias teóricas: Formação Docente, Prática Pedagógica e sua relação com as Políticas Curriculares no âmbito do curso de Pedagogia. A metodologia adotada abrange os princípios da pesquisa qualitativa, implementando um procedimento metodológico que compreende a análise minuciosa das Diretrizes Curriculares Nacionais. Este resumo concentra-se na parte da pesquisa que se propõe a mapear as modificações nas diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, mais especificamente aquelas relacionadas ao perfil do graduado, às orientações conceituais e à estrutura do currículo. Na apreciação das Diretrizes Curriculares Nacionais, abrangendo as resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 1 de 2006, nº 2 de 2015 e nº 2 de 2019, nota-se que somente a resolução de 2006 introduziu diretrizes específicas para o curso de Pedagogia. As resoluções de 2015 e 2019, por sua vez, estabeleceram orientações tanto para a formação inicial em nível superior, abrangendo os cursos de Licenciatura, quanto para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. A concepção de docência nas resoluções nº 1 de 2006 e nº 2 de 2015 se caracteriza como uma ação educativa orientada e um processo pedagógico sistemático e intencional. Na resolução de 2006, destaca-se a ênfase no trabalho pedagógico do curso, ancorado nas dimensões sociais, étnico-raciais e produtivas, que influenciam os princípios e objetivos da Pedagogia, além da interligação entre diversos campos do conhecimento. Já na resolução de 2015, observa-se uma compreensão da docência que abrange conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, incorporando conceitos, princípios e objetivos formativos. A resolução nº 2 de 2019 introduz uma concepção de docência alinhada com as competências gerais delineadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica. Essa resolução também realça a importância de proporcionar aprendizagens fundamentais aos alunos, visando ao seu desenvolvimento integral e à promoção da Educação Integral. O perfil do formado delineado na resolução de 2006 descreve dezesseis habilidades norteadoras para a formação e atuação do egresso. Já a resolução de 2015 concentra-se no acervo de conhecimentos e competências dos licenciados, abrangendo uma diversidade de saberes teóricos e práticos, resultantes do projeto pedagógico e do percurso formativo, cuja consolidação ocorre por meio da prática profissional, respaldada em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. A resolução de 2019 traça o perfil do formado (licenciado) com um compromisso voltado à equidade educacional e aos princípios fundadores da BNCC. Cabe ressaltar que a organização curricular estabelecida em 2019, alinhada às aprendizagens prescritas na BNCC para a Educação Básica, se estrutura em componentes curriculares que abarcam os conhecimentos da docência e a prática pedagógica. Ao se realizar esse mapeamento inicial, torna-se evidente as mudanças significativas nas diretrizes curriculares para cursos de Pedagogia e Licenciaturas. Além disso, destaca-se que a diretriz de 2019 possui um enfoque muito pragmático, distanciando-se dos construtos teóricos na área da educação.

Palavras-chave: Políticas Curriculares; Diretrizes Curriculares; Curso de Pedagogia

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



O DIREITO AO RECONHECIMENTO DA FORMAÇÃO SUPERIOR DE REFUGIADOS NA REALIDADE INSTITUCIONAL DE SANTA CATARINA

Greice Luane Simon, Marcio Ricardo Staffen

Direito - Teoria do Direito

A partir da ratificação da Convenção da ONU de 1951, e do Protocolo de 1967 referentes ao Estatuto dos Refugiados, o Brasil aderiu ao compromisso internacional de proteção às pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública. A pesquisa teve como objetivo geral estudar as políticas de acolhimento e as soluções desenvolvidas e implementadas em âmbito nacional e estadual a fim de diminuir reações discriminatórias e promover a integração local dos refugiados com enfoque no processo de revalidação/reconhecimento de documentos de formação superior para posterior exercício regular de profissão para a qual houve prévia qualificação no país de origem. No desenvolvimento dos estudos, buscou-se primeiramente a compreensão do instituto do refúgio, por meio da diferenciação entre categorias conexas e a análise de dados estatísticos acerca dos motivos que ensejam o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, critérios utilizados e o procedimento burocrático para a obtenção de tal status. Conforme define o Direito Internacional dos Refugiados, dentre as categorias apreciadas no estudo, apenas refugiados têm direito à proteção internacional específica e podem contar com o princípio da não-devolução. Até 09 de agosto de 2022 dentre um total de 71.389 decisões já proferidas pelo Conare, o número de pessoas reconhecidas como refugiadas no Brasil era de 61.731, englobando 121 nacionalidades, sendo que 47.245 pessoas obtiveram o reconhecimento pelo motivo de grave e generalizada violação de direitos humanos, conforme previsão do art. 1º, III, da Lei nº 9.474/1997 e a recomendação de ampliação da proteção do refúgio contida na Declaração de Cartagena (1984). O Brasil dispõe de legislação atinente ao tema, fazendo constar em seu ordenamento interno a Lei do Refúgio (Lei nº 9.474/1997) e também a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), visto que no caso dos refugiados, os países devem assegurar-lhes, pelo menos, o benefício dos mesmos direitos econômicos e sociais garantidos aos outros estrangeiros residentes no país de acolhida. Quanto ao direito de revalidar/reconhecer certificados e diplomas de formação superior, a partir de 2016, houve mudanças com a criação da plataforma Carolina Bori, oferecendo-se a refugiados e imigrantes prazos menores e tramitação simplificada para a realização de tais procedimentos. Na realidade institucional de Santa Catarina é cabível mencionar que imigrantes haitianos, venezuelanos e cubanos em condição de refugiados dispõem do auxílio da Secretaria de Estado da Educação, com a tradução gratuita de seus documentos de estudo prestada pelo Centro de Línguas Estrangeiras, dispensando-se tradução juramentada. Após a análise do Cedup nos detalhes do ensino profissionalizante os documentos poderão receber parecer de equivalência. No âmbito da formação de nível superior, destaca-se que as principais universidades do estado encontram-se na Plataforma Carolina Bori, contudo, o estudo apontou que mesmo com os avanços mencionados, prevalecem diversas dificuldades que são enfrentadas por refugiados que buscam efetivamente revalidarem/reconhecerem seus documentos de formação superior. Em decorrência, tem-se a alocação inadequada deste público no mercado de trabalho, em posições e empregos aquém de suas capacidades, o que por sua vez, favorece o aumento de reações discriminatórias por parte da população local. Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação foi utilizado o Método Indutivo, na Fase de Tratamento de Dados o Método Cartesiano, e, o Relatório dos Resultados composto na base lógica Indutiva. Nas diversas fases da Pesquisa, foram acionadas as Técnicas do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica, com consultas a dados publicados por órgãos públicos e relatórios editados pelo Observatório das Migrações Internacionais para o ACNUR.

Palavras-chave: Refugiados; Proteção Jurídica; Revalidação/Reconhecimento de Diplomas

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE OS EFEITOS DO MARKETING DE INFLUÊNCIA NO CONSUMO SUSTENTÁVEL FRENTE AOS JOVENS CONSUMIDORES

Gustavo Henrique Borges Valdrich, Jailson Lana

Administração - Administração de Empresas

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma visão abrangente sobre o tema do consumo sustentável e seu relacionamento com o marketing, utilizando uma abordagem bibliométrica. Nesse contexto, o foco de pesquisa concentra-se nos efeitos do marketing de influência sobre o comportamento dos jovens consumidores em relação à sustentabilidade. A relevância desse estudo deriva da crescente importância do consumo sustentável no cenário global. Com o aumento da conscientização ambiental, os consumidores, especialmente os jovens, estão cada vez mais preocupados com o impacto ambiental de suas escolhas de consumo. Ao mesmo tempo, o marketing de influência emergiu como uma poderosa ferramenta para promover produtos e serviços. Portanto, compreender como o marketing de influência afeta as escolhas de consumo sustentável dos jovens é crucial para empresas e pesquisadores. A metodologia empregada neste estudo foi a análise bibliométrica, uma abordagem qualitativa que envolveu a revisão e análise de artigos acadêmicos e publicações em jornais relacionados ao tema. Foram selecionados os principais artigos na base de dados analisada, que ofereciam insights e diferentes perspectivas sobre a interseção entre marketing de influência e consumo sustentável. Os resultados revelaram uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas utilizadas por diversos autores para investigar os efeitos do marketing de influência no comportamento de compra sustentável dos jovens. Alguns autores argumentam que influenciadores digitais podem desempenhar um papel significativo na promoção de produtos ecológicos, enquanto outros questionam sua autenticidade e eficácia nesse contexto. Além disso, a pesquisa identificou as principais tendências e lacunas no campo, oferecendo insights valiosos para pesquisadores interessados em aprofundar o tema. Este estudo bibliométrico serve como uma base sólida para futuras pesquisas sobre como as estratégias de marketing de influência podem ser adaptadas para promover o consumo sustentável entre os jovens consumidores. Em conclusão, este artigo fornece uma visão geral das discussões e pesquisas existentes sobre o marketing de influência e o consumo sustentável, destacando sua importância e complexidade. O entendimento desses aspectos é fundamental para empresas que desejam alinhar suas estratégias de marketing com valores ambientais e sociais, bem como para acadêmicos que buscam contribuir para o desenvolvimento desse campo de estudo em constante evolução.

Palavras-chave: Consumo; Sustentabilidade; Marketing

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A SUPREMA CORTE NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ATIVISMO JUDICIAL, DO PANPRINCIPIOLOGISMO E DA AUTOCONTENÇÃO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Higor Mattos dos Santos Costa, Bruno Veadrigo de Lima, Camilly Vitória Braga da Silva, Charles Alexandre Souza Armada

Direito - Direito Público

O artigo explora a relação entre o ativismo judicial e a defesa da democracia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analisando eventos específicos que ocorreram no contexto da pandemia. Começamos descrevendo uma decisão cautelar proferida pelo ministro Luiz Roberto Barroso, que proibiu a produção e circulação de campanhas que minimizassem a gravidade da pandemia de COVID-19. Essa decisão foi direcionada contra a campanha publicitária do governo federal intitulada "o Brasil não pode parar", alegando que essa campanha promovia informações falsas ao sugerir que o vírus não representava um risco real para a população. Barroso invocou princípios constitucionais, como o direito à vida, saúde e informação, para justificar sua decisão, além de destacar que campanhas publicitárias do governo devem ser informativas, educativas ou de orientação social. Outra decisão relevante mencionada no artigo foi a suspensão da eficácia de uma alteração na Lei de Acesso à Informação (LAI) introduzida por uma Medida Provisória durante a pandemia. O STF concedeu uma liminar em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), argumentando que as restrições impostas pela medida provisória eram genéricas e abusivas, desrespeitando princípios constitucionais de publicidade e transparência nos órgãos públicos. O ministro Alexandre de Moraes destacou que a falta de problemas no acesso à informação durante a pandemia demonstrava a arbitrariedade das modificações sugeridas pela medida provisória. O artigo então aborda o conceito de ativismo judicial, ressaltando que o termo teve origem nos Estados Unidos. O ativismo judicial é descrito como uma atitude proativa de interpretar a Constituição, expandindo seu alcance e significado. Luis Roberto Barroso discute como o ativismo judicial envolve uma participação mais ampla do Judiciário na concretização dos valores constitucionais, interferindo nos poderes Legislativo e Executivo. Diversas abordagens ao ativismo são apresentadas, incluindo a postura de autocontenção judicial, que busca limitar a intervenção do Judiciário em questões políticas. O artigo identifica que o STF desempenhou um papel ativo por meio de decisões que moldaram a condução do combate à COVID-19 no Brasil. No entanto, existem críticas quanto ao ativismo judicial. Um dos pontos negativos apontados é o panprincipiologismo, que ocorre quando o Judiciário não respeita as inovações legislativas do poder Legislativo, sobrepondo-se às leis com base em princípios constitucionais. Isso levanta preocupações sobre a legitimidade do Legislativo e a proliferação de princípios que podem enfraquecer a autonomia do direito e da Constituição. Além disso, a discricionariedade do julgador também é destacada como um ponto crítico. A discricionariedade refere-se à flexibilidade do juiz em desenvolver soluções adequadas para casos apresentados, podendo levar a decisões que ultrapassem os limites semânticos do texto constitucional e adentrem na arbitrariedade. Concluímos mencionando que existem perspectivas divergentes sobre o ativismo judicial, algumas defendendo uma atuação mais intensa do STF para proteger a democracia, enquanto outras criticam essa abordagem. O debate sobre o equilíbrio entre o papel do Judiciário e dos poderes políticos continua em evolução, especialmente no contexto das crises como a pandemia de COVID-19.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; Ativismo Judicial; Autocontenção; Teoria da Separação dos Poderes

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



MEMÓRIA DE TRABALHO EM PRÉ-ESCOLARES COM DESENVOLVIMENTO TÍPICO E COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Hyngrid Stienen Batista Mattos, João Rodrigo Maciel Portes, Natália Marques Machado

Psicologia - Psicologia Cognitiva

Essa pesquisa possuiu como principal objetivo comparar uma das funções executivas: a memória de trabalho em crianças pré-escolares com desenvolvimento típico e com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O delineamento foi de caráter quase- experimental, com um corte transversal e uma abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 10 crianças pré-escolares com desenvolvimento típico (idade média: 74 meses; DP= 5,9), sem nenhum tipo de diagnóstico de transtorno mental e com pontuação máxima de 13 pontos no questionário de capacidades e dificuldades (SDQ), os mesmos foram recrutados através do método bola de neve e 10 crianças com diagnóstico de TEA - Nível 1 (idade média: 59 meses; DP= 13,4), que são usuárias de uma Associação de Amigos do Autista (AMA) do sul do Brasil, localizado na cidade de Itajaí no estado de Santa Catarina. A coleta de dados realizou-se por meio da versão modificada do Questionário de fatores de saúde, sociodemográficos e culturais para avaliação neuropsicológica infantil e pelo TIME-R: Teste Infantil de Memória (Escala Reduzida). Os dados foram analisados através de estatística descritiva e inferencial não paramétrica. Sendo assim, houve a predominância do sexo feminino no grupo-controle e do sexo masculino na amostra com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Todas as crianças frequentavam uma escola de ensino regular, em ambos os grupos algumas estudavam em escola pública e outras em escola particular, ocorreu a prevalência da moradia com os pais nos dois grupos e a predominância de dificuldades na fala nas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entretanto, constatou-se que não houve uma diferença significativa entre os grupos nas pontuações do TIME-R, tanto quando analisado os resultados totais, bem como quando investigado os escores brutos por prova, separadamente. Quando analisadas as interpretações dos resultados em cada grupo, houve a presença maior de pontuações interpretadas como acima da média e superior no grupo-controle em comparação com o grupo com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e mais desempenhos abaixo da média na amostra com autismo. Dessa forma, conclui-se que a comparação da memória de trabalho entre essas crianças ainda carece de maiores investigações e que os resultados obtidos não são passíveis de generalização.

Palavras-chave: Autismo; Memória de trabalho; Crianças; Pré-escolares

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



PLURALISMO JURIDICO E MIGRAÇÕES PARA A EUROPA

Isabelle Correia Nizer, Tarcisio Vilton Meneghetti

Direito - Teoria do Direito

De acordo com Michael Virally, o Direito descansa sempre sobre uma determinada concepção do homem e da sociedade, de suas relações recíprocas e, por conseguinte, também sobre um determinado sistema de valores. Com base nessa concepção, torna-se possível compreender que o ordenamento jurídico depende dos fatos sociais, no qual ambos se conectam como uma espécie de mão dupla, onde direito e sociedade se pressupõem. Portanto, com as mudanças sociais intensas ocasionadas pela facilidade da troca cultural entre grupos ao redor do mundo, nota-se a importância de desenvolver uma nova percepção jurídica onde promova sua finalidade de “favorecer o amplo relacionamento entre as pessoas e os grupos sociais, que é uma das bases do progresso da sociedade”. Motivado a partir da análise do contexto da emergência de sociedades multiculturais, nas quais, em um mesmo espaço geográfico há a existência de diferentes grupos étnicos e culturais, a presente pesquisa busca entender o pluralismo jurídico como uma concepção de que o fenômeno jurídico pode se apresentar de inúmeras formas, não necessariamente vinculada à centralização na figura do Estado como produtor do direito. As migrações transnacionais trazem um desafio aos Estados nacionais, pois não se trata somente de receber o migrante como alguém que deva se adequar ao sistema daquele país, mas sim de reconhecê-lo como alguém que porta valores e princípios oriundos de outra tradição cultural, mas também jurídica. Em suma, a pesquisa tem como ponto de partida a visão de que o pluralismo jurídico aplicado às migrações transnacionais deve-se pautar sempre pela proteção dos direitos humanos. Sendo assim, o artigo em questão busca analisar o fenômeno das migrações transnacionais à luz do pluralismo jurídico. Tem como objetivo geral expor o contexto das migrações e o conceito de pluralismo, além de ter como objetivos específicos a análise do fluxo migratório no continente europeu e como o pluralismo pode ser utilizado como uma nova percepção do direito diante das mudanças sociais trazidas por esse fenômeno. O problema de pesquisa aborda como foco a seguinte questão: Como observar as migrações transnacionais para a Europa à luz do pluralismo jurídico? Ademais, a metodologia utilizada foi a dedutiva, partindo de livros, artigos científicos, dissertações e pesquisas de dados. Em suma, ao final do trabalho, verificou-se a importância da regulação da interação entre as ordens jurídicas minoritárias e o Direito estadual, visando uma maior harmonia e representatividade da sociedade.

Palavras-chave: Migrações Transnacionais; Pluralismo Jurídico; Migrações para a Europa

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS JOGOS ELETRÔNICOS: IMPLICAÇÕES DOS DIREITOS AUTORAIS EM MUNDOS VIRTUAIS

Isac Pedro Rebelo, Tarcisio Vilton Meneghetti

Direito - Direitos Especiais

O presente trabalho visa verificar a aplicação do Direito de Propriedade Intelectual aos chamados mundos virtuais, mais especificamente quando um usuário ingressa com o seu avatar em um cenário tridimensional criado pelos *Massive Multiplayer Online Role Playing Games* (MMORPGs) e começa a realizar diversas transações e criações passíveis de Direitos Autorais. A fim de alcançar êxito no objetivo da pesquisa, iniciou-se pelo conhecimento histórico dos jogos eletrônicos e a sua constante evolução no mercado tecnológico. Em seguida, passou-se para o campo da Propriedade Intelectual com o conceito apresentado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual e seguindo para a legislação infraconstitucional brasileira, a qual abrange a Propriedade Industrial, o Direito Autoral e a Proteção *Sui Generis*. Nessa hora, abordou-se o conceito legal dos Direitos Autorais para identificar a figura do autor em uma obra literária, artística ou científica. Além disso, foi realizado o estudo da proteção jurídica das criações audiovisuais segundo a Lei nº 9.610/98, no âmbito dos jogos eletrônicos, assim como foi abordado o funcionamento da proteção dos programas de computadores, conforme a Lei nº 9.609/98, momento em que restou entendido o alcance dos Direitos Autorais aos Softwares. Logo após, frisou-se em conhecer o processo de desenvolvimento de um jogo eletrônico, justamente por ser uma tarefa multidisciplinar que envolve diversas criações distintas direcionadas para o mesmo fim, observando as várias particularidades de proteções jurídicas que podem surgir desse processo (produção literária, sonora, de programação ou até mesmo na criação de personagens). Ao final, uma vez compreendida a amplitude da Propriedade Intelectual na legislação brasileira, e o alcance desse instituto no processo de desenvolvimento de um jogo eletrônico, foi feita uma análise jurisprudencial nacional e internacional a respeito das implicações dos Direitos Autorais nos mundos virtuais, tendo como primeiro caso, e o único encontrado em solo brasileiro, *Zynga Inc. v. Vostu Participações do Brasil LTDA.*, este que colocou em pauta o conflito sobre os direitos autorais, alegações de concorrência desleal, de infração à ordem econômica, de abuso de direito e de violação à boa-fé objetiva, entre uma sociedade empresária brasileira e uma estadunidense de jogos eletrônicos, o que resultou em um acordo judicial. Outro caso, envolvendo o jogo *Second Life*, foi *Eros, LLC v. Doe*, já dentro dos cenários criados pelos MMORPGs, tendo em vista que, supostamente, o usuário Doe estava comercializando produtos virtuais, registrados em nome da empresa Eros, LLC, sem a devida autorização, o que resultou na sentença que ordenou a proibição de outras cópias por terceiros sem autorização, reconhecendo os direitos autorais advindos do mundo virtual em sede de judicialização no mundo real. Além desses, frisa-se o caso *Eros, LLC v. Simon* que tratou, mais uma vez, da comercialização de produtos virtuais sem a devida autorização. Ao final do processo, foi reconhecida a prática ilegal contra a Propriedade Intelectual advinda do mundo virtual e Simon teve uma sentença desfavorável, bem como a proibição de outras cópias não autorizadas. Em relação à metodologia, foi utilizado o método indutivo com pesquisas bibliográficas, a partir de livros, artigos científicos e decisões dos tribunais nacionais e internacionais, com ênfase nas decisões de tribunais dos Estados Unidos da América. Para fins de conclusão, observa-se que os jogos eletrônicos guardam proteção jurídica no âmbito da Propriedade Intelectual, e que, aos mundos virtuais, por sua vez, demonstrou-se ser possível pleitear o reconhecimento dos Direitos Autorais para proteger os direitos do seu titular. No entanto, sabe-se que o tema necessita ser mais aprofundado pela doutrina, pois ainda permanecem muitas dúvidas em aberto, sendo um campo muito amplo, recente e pouco debatido na jurisprudência, dando a possibilidade de novos posicionamentos do Direito daqui para a frente.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Jogos Eletrônicos; Mundos Virtuais

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

OS SENTIDOS DE SAÚDE CONSTRUÍDOS NO SARAU EM UM COLÉGIO DE APLICAÇÃO INSERIDO EM UMA UNIVERSIDADE

Jair Meller Cardoso, Rodolfo Abel da Silva

Psicologia - Psicologia Social

A arte pode auxiliar a gerar reflexões sobre saúde. Pela arte é possível tensionar, refletir e ressignificar os discursos socialmente produzidos, de maneira criativa e afetivamente significativa. Este trabalho visou, então, propor caminhos de articulações possíveis entre as intervenções artísticas do Sarau - encontros para a livre expressão humana por meio de artes diversas - e as discussões sobre saúde. O Sarau se constituiu como um espaço-tempo coletivo que possibilita bons encontros, instiga sentimentos diversos e potencializa a capacidade de ação no mundo, tanto em quem organiza, quanto em quem participa expondo sua arte ou como espectador(a). Além de proporcionar vivências estéticas que desencadearam desdobramentos nas possibilidades de ser, existir e agir no mundo, transcendendo as barreiras cristalizantes do cotidiano. O Sarau aconteceu em frente a Biblioteca Central de uma universidade. A cada edição cerca de cinquenta pessoas passavam pelo Sarau. Algumas delas apenas faziam uma passagem rápida, outras optavam por não permanecer, enquanto algumas decidiam interagir e estabelecer conexões com as obras de arte em exibição, bem como com os(as) outros(as) participantes e/ou artistas presentes no evento. Algumas pessoas leram as poesias, apreciaram os desenhos e pinturas, ouviram músicas e as declamações de poesias. Importante ressaltar que algumas artes expostas eram das voluntárias, do estagiário e do professor do Sarau, mas a grande maioria foram apresentadas de maneira espontânea pelas pessoas que ali passaram. Desta forma, se buscou analisar os sentidos construídos sobre Saúde no Sarau em um Colégio de Aplicação inserido em uma universidade. A interseção entre saúde e arte foi entendida como a possibilidade de liberação de sentimentos e a criação de um ambiente de convivência positiva, contrapondo-se à rotina frenética e mercantilizada da sociedade atual. Através de experiências compartilhadas por meio de poesias, pinturas, desenhos, músicas e declamações de poesia os participantes encontraram um espaço seguro para refletir sobre suas próprias vivências e saúde, muitas vezes não reconhecidas no cotidiano. É nessa atmosfera que se constituem as Relações Estéticas, com a perspectiva delineada por Vigotski, na qual o artista, o(a) espectador(a) e o mundo experimentam uma metamorfose, ambos se transformam ao se relacionar de maneira estética. Utilizou-se o Campo-tema, de Peter Spink, como perspectiva metodológica, focando nas observações participantes e sentimentos registrados nos Diários de Campo.

Palavras-chave: Sarau; Colégio de Aplicação; Relações Estéticas

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



HOSPITALIDADE URBANA EM ÁREAS DE DISPERSÃO URBANA - AVENIDA INTERPRAIAS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Jamilly Silva Zimpel, Luis Paulo Miranda, Giovanna Crocetti, Eduardo Baptista Lopes

Planejamento Urbano e Regional - Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional

A dispersão urbana é um fenômeno em crescimento em várias partes do mundo, especialmente em resposta ao desenvolvimento da mobilidade. Isso se traduz em uma expansão do tecido urbano por uma vasta área do território. No entanto, embora isso possa democratizar os deslocamentos, também cria espaços segregadores e pouco acolhedores, enfraquecendo o papel do espaço público nas cidades e promovendo seu esvaziamento. Um exemplo disso é a Avenida Interpraias, em Balneário Camboriú, onde a ocupação urbana dispersa está relacionada ao desenvolvimento turístico e às infraestruturas de mobilidade. Esta via, que pode ser descrita como uma mistura de rua e estrada, possui padrões morfológicos diferentes da ocupação urbana compacta tradicional, como descrito por Domingues (2009). Esta pesquisa é um estudo de caso que tem como objetivo principal analisar a hospitalidade urbana na Avenida Interpraias. É uma pesquisa exploratória e descritiva que utiliza metodologia qualitativa com coleta de dados quantitativos e está dividida em três etapas; Contextualização do crescimento urbano disperso na via; Definição dos trechos para a análise da hospitalidade urbana; Mapeamento dos atributos de hospitalidade urbana. A área da pesquisa abrange toda a extensão da Avenida Interpraias, que se estende ao longo do litoral sul de Balneário Camboriú e liga seis praias turísticas: Laranjeiras, Taquarinhas, Taquaras, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho, com áreas urbanizadas intercaladas por áreas de proteção ambiental e topografia acidentada. Para esclarecer a análise da avenida, foram observados os atributos de hospitalidade urbana em dois trechos específicos: o Calçadão de Laranjeiras/Praça dos Pescadores e o Mirante de Taquaras. O primeiro apresenta características importantes de hospitalidade urbana devido à sua configuração espacial que cria espaços agradáveis para permanência e passagem, incluindo o formato dos edifícios, a permeabilidade física e visual e a oferta diversificada de modos de transporte, embora a região não inclua habitações, o que seria importante para diversidade de usos no local. Por outro lado, o segundo trecho carece de características de hospitalidade, principalmente devido à falta de edifícios e à limitada diversidade de usos, apesar de contar com mobiliário urbano bem conservado e uma natureza pouco perturbada. Essa pesquisa contribuiu significativamente para a compreensão do fenômeno da dispersão urbana e suas implicações na hospitalidade urbana da Avenida Interpraias, servindo como base e auxiliando nas políticas de planejamento urbano e turístico de Balneário Camboriú. Os resultados alcançados com a pesquisa foram satisfatórios, pois com o levantamento de dados históricos da Rodovia Interpraias, em Balneário Camboriú-SC, foi possível compreender todo o crescimento da região, mais precisamente para o turismo; com a definição dos trechos e visita para fotografar os locais para análise foi possível compreender que tanto o Mirante de Taquaras quanto o Calçadão de Laranjeiras/Praça dos Pescadores seguem com boa movimentação de pessoas mesmo durante o inverno (período em que foi realizada a visita de campo, no mês de julho); a segunda visita de campo (realizado em dezembro), executado para a coleta de dados por meio de imagens, que possibilitou uma compressão mais profunda das nuances da hospitalidade e sua relação com o espaço público, como resultado final faz-se necessário ressaltar que ambos os locais de análise não oferecem uma boa hospitalidade aos seus visitantes e moradores, com alguns pontos principais a destacar melhorias, como por exemplo: iluminação pública e estacionamento. Alguns pontos a se exaltar: a proximidade dos pontos analisados com a natureza e a vivacidade.

Palavras-chave: Hospitalidade Urbana; Dispersão Urbana; Avenida Osvaldo Reis; Balneário Camboriú

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL NO QUE DIZ RESPEITO A ESCOLHA DO CURSO ESCOLHIDO E AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Jane Lúcia Wundervald, Tânia Regina Raitz

Educação - Orientação e Aconselhamento

O presente plano de trabalho buscou investigar uma parte da produção acadêmica brasileira acerca da temática da escolha de carreira e inserção profissional de jovens universitários no contexto de profundas mudanças do mundo do trabalho no século XXI. Ao escolher um curso de graduação os alunos procuram aperfeiçoar seus conhecimentos, visando formação e inserção no mercado de trabalho. Desta forma, é importante o acréscimo de pesquisas que passam a examinar o que já se produziu sobre o tema nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação no país, visando compreender os desdobramentos das novas demandas da juventude universitária. Neste sentido, a problemática desta estudo é quais os impactos nas dissertações e teses sobre escolha de carreira e inserção profissional de jovens universitários, no período dos últimos 6 anos (2017-2022) e disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES?. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e o procedimento metodológico nas reflexões analíticas foram realizadas por meio da análise do conteúdo. A pesquisa se justificou científica e socialmente em função do cenário em que novas formas de ocupação e diferentes maneiras de vivenciar o trabalho se espelham num contexto de rápidas mudanças para a juventude brasileira, dificultando os processos de inserção profissional. Neste sentido, visou contribuir com as análises sobre a escolha e inserção profissional, considerando os desafios e as possibilidades de inserção laboral a partir das articulações entre trabalho e educação, uma vez que ao escolher um curso de graduação os alunos procuram aperfeiçoar seus conhecimentos, visando formação e inserção no mercado de trabalho. Os resultados também mostraram que as tendências observadas na produção acadêmica brasileira no que se refere a escolha e inserção profissional dos jovens universitários anuncia esse momento como crucial para o futuro da profissão, muitos jovens nesta fase da escolha vivem tensões, dúvidas, angústias, pois são sentimentos que levam a questões como de aptidão, talento, dom, busca financeira e de autorrealização. A literatura no que se refere a inserção profissional entendida como o próprio nome já diz, a entrada no campo laboral, as primeiras experiências profissionais, o início da vida produtiva e porque não dizer remunerada do indivíduo expressa a dificuldade dos jovens recém-formados de ingressarem no mercado de trabalho, ingresso este relacionado ao término das atividades acadêmicas e acesso ao mercado de trabalho. Também os resultados são importantes para refletir que conseguir uma vaga no mercado de trabalho, na atualidade, é um grande desafio para estes jovens, especialmente, para aqueles já formados. Desta forma, as instituições têm a responsabilidade ofertar momentos nos quais eles possam construir mapas ou inventários no desenvolvimento da carreira durante o curso no sentido de diminuir as dificuldades de inserção e dos problemas que surgem na área de atuação após estarem formados. Neste sentido, a produção acadêmica brasileira mostrou lacuna no que se refere a estas interfaces.

Palavras-chave: Escolha profissional; Inserção profissional; Produção acadêmica no Brasil

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A CONDUTA SOCIAL DO AGENTE COMO PARÂMETRO PARA AUMENTO DA PENA BASE: PONDERAÇÕES SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL DO FATO

Jean Moser, Raul Grings do Canto, Tiago Alex Santos, Pollyanna Maria da Silva

Direito - Direito Público

A presente pesquisa tem como objeto a circunstância judicial “conduta social do agente. Seu objetivo geral é investigar se o aumento da pena base na dosimetria da pena, com fundamento na circunstância judicial “conduta social”, se mostra de acordo com os postulados principiológicos do Direito Penal do Fato. Dessa forma, a pesquisa se norteou pelo seguinte problema: O aumento da pena-base do agente com fundamento na circunstância judicial “conduta social” mostra-se de acordo com os postulados principiológicos do Direito Penal do Fato? Para responder tal questionamento foi utilizado o método dedutivo, operacionalizado pelas técnicas de pesquisa bibliográfica e do fichamento. Assim, estudou-se os princípios que além de nortear a dosimetria da pena também impõe limites aos magistrados no momento de fixar a reprimenda: humanidade, intranscendência, legalidade, motivação das decisões, proporcionalidade, presunção de inocência, vedação do bis in idem e individualização das penas. Verificou-se também como o julgador realiza a dosimetria da pena através do sistema trifásico estabelecido pelo artigo 68 do Código Penal, entretanto, a ênfase é na primeira fase do cálculo penal através da análise das circunstâncias judiciais em espécie. Analisou-se apontamentos doutrinários do que se entende por “conduta social do agente” apresentando-se argumentos favoráveis e contrários acerca da sua utilização para elevação da pena base. A pesquisa também aborda sinteticamente as teorias do Direito Penal do Autor e do Direito Penal do Fato. E ainda, conta com uma pesquisa jurisprudencial, realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que busca verificar como os magistrados tem valorado a conduta social do agente e se isso fere os postulados principiológicos do Direito Penal do Fato, caracterizando assim um resquício do Direito Penal do Autor no ordenamento jurídico brasileiro. A partir da pesquisa pode-se verificar que existe um consenso doutrinário de que a conduta social do acusado se refere à forma como ele vive e se relaciona com outras pessoas. Mas há divergências na utilização dessa informação na definição da pena. No que tange as decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em que essa circunstância judicial foi analisada, percebeu-se que as divergências quanto a utilização da conduta social na dosimetria da pena ocorre tanto entre a primeira e segunda instância quanto entre as turmas do Tribunal. Em algumas decisões de primeira instância os magistrados realizaram a análise dessa circunstância a partir daquilo que consideram correto ou auferiram a conduta social do agente mesmo sem elementos concretos nos autos. Encontrou-se julgados em que a censura da conduta social foi fundamentada em elementos inerentes ao tipo penal. Em outros, por sua vez foram utilizados o histórico criminal do acusado ou o cometimento de atos infracionais para desabonar a conduta social do agente. Pode-se verificar que a maioria das decisões de primeira instância não coadunam com aquilo que doutrinariamente se entende por conduta social do agente, o que ensejou a reforma das sentenças por parte do Tribunal de Santa Catarina para adequação aos postulados principiológicos do Direito Penal do Fato. Fundamentar o aumento da pena base na conduta social do agente por vezes viola os princípios que norteiam a pena e pode submeter o acusado a eventual arbitrariedade do julgador. É importante frisar que nem sempre o aumento da pena base devido à má conduta social do agente representa violação do direito penal do fato. Portanto, por valer-se de aspectos subjetivos, a avaliação da conduta social do agente deve ser feita com cautela, pois do contrário corre-se o risco de a análise do fato criminoso dar lugar, exclusivamente, a valoração da conduta que o agente possui em sociedade, o que não harmoniza com o direito penal do fato.

Palavras-chave: Circunstâncias Judiciais; Conduta Social; Direito Penal do Autor

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

ANÁLISE DE MAPAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA UTILIZADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II DO CAU/TIJUCAS

João Pedro Skowasch da Silva Marques, Graziela Maziero Pinheiro Bini

Geografia - Geografia Humana

O presente projeto de pesquisa intencionou uma análise das representações cartográficas em forma de mapa nos livros didáticos utilizados na disciplina de Geografia, no Colégio de Aplicação da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, unidade localizada em Tijucas. A análise foi mediante a critérios de concepção de mapas, associação ao conteúdo e utilização das normas cartográficas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de se obter conhecimento acerca dos processos de elaboração de mapas e de uso das normas técnicas de cartografia nacional, publicadas em livros e manuais técnicos. A partir do estudo da história da cartografia, concepção de mapas, processos de elaboração, cognição visual e normas cartográficas, realizou-se uma análise dos mapas com qual forma contidos nas apostilas da FTD sistema de ensino, utilizadas no Fundamental II do CAU Tijucas. Por meio da observação de cada mapa contido nas apostilas do 6º ao 9º ano, foi elaborada uma tabela em Excel[®], juntamente com 4 pastas com as imagens de cada ano, a qual identificou cada norma cartográfica não seguida. Entre os mapas analisados, destaca-se o constante problema da falta de metadados, fazendo ocorrer a ausência do encarte cartográfico, juntamente com a projeção utilizada nos mapas. Outra dificuldade encontrada é referente a ausência da legenda do mapa nos casos de mapas de localização, os quais não dispõem de informações como localidades ou limites de municípios, estados ou países. Acredita-se também que a FTD preza pelo uso de mapas de graduação e proporção, não utilizando tantos mapas de gráficos, podendo acontecer pela baixa taxa de busca por eles. Em razão da maioria dos mapas utilizados serem do ATLAS geográfico e IBGE, e o restante de outras organizações, acredita-se que a FTD não possui um técnico da área para a confecção de mapas, o que dificulta a autonomia de decidir o que deveria ou não ser representado cartograficamente. Com tais indicações, espera-se que a presente pesquisa contribua para a qualificação do material didático ofertado as escolas, a fim de tornar melhor a acuidade visual dos mapas aos seus leitores e também sirva de ajuda para encontrar os erros das imagens utilizadas no material e ajeta-las da forma mais rápida e eficiente possível.

Palavras-chave: Mapa; Material didático; Disciplina de Geografia; CAU/Tijucas

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



OS APÁTRIDAS SÍRIOS E A SUA NATURALIZAÇÃO NO BRASIL: QUAIS AS MUDANÇAS APRESENTADAS PELA LEI. 13.445 DE 2017

Júlia Nogueira, José Everton da Silva

Direito - Direito Público

O presente artigo tem por objetivo o estudo da cultura síria na perspectiva política e seus impactos nos fluxos migratórios; segundo dados da Acnur, existem cerca de 4,2 milhões de apátridas em 76 países, mas os dados podem ser substancialmente maiores. Conforme aponta o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), o Brasil contabilizava, em dezembro de 2018, 11.231 refugiados já reconhecidos e outras 161.057 solicitações, das quais 36% são sírios. Dentre os grupos de refugiados, os mais vulneráveis são os apátridas, isto porque durante seu deslocamento, ou por motivos de perseguição política, eles deixam de pertencer a determinada nação, ficando desprotegidos no cenário internacional. O presente estudo tem por objetivo analisar as sanções unilaterais impostas por países como EUA e UE e como afetam na reconstrução da Síria e no fluxo migratório. O problema de pesquisa tem sua relevância em um paradigma duplo, primeiro deles diz respeito a quantidade de refugiados apátridas recebidos em todo o mundo, além da alteração do marco legal da matéria, qual seja a Lei 13.445/2017, que entrou em vigor em 2018, modificando as normas conhecidas sobre a política migratória no Brasil e direitos de migrantes para sua naturalização. Tendo como objetivos específicos construir um aporte histórico sobre a guerra civil Síria, e seu critério de determinação de nacionalidade *jus sanguinis*; abordar como o Brasil tutela juridicamente os apátridas e discorrer sobre a história da primeira Síria naturalizada no Brasil; e apresentar os conflitos políticos recentes que provocam as milhares de migrações. Utiliza-se do método dedutivo, através de levantamento bibliográfico primário e secundário, com análise de dados qualitativos, com a finalidade de analisar as sanções unilaterais através de um estudo sobre a cultura e política da Síria. Além do mais, o estudo parte de uma pesquisa bibliográfica composta de artigos científicos e dados abertos sobre os apátridas e fluxos migratórios disponíveis no site da ACNUR - Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Por fim, conclui-se que as sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos e União Europeia precisam ser revistas, a ponto de que estão enfraquecendo a Síria, juntamente com a guerra, impedindo a reconstrução do país, e vida de tanto dos cidadãos, como das pessoas que hoje são refugiados, apátridas, migrantes em outros países, que fugiram de seu próprio país para tentarem uma vida melhor, com condições humanitárias básicas.

Palavras-chave: Apátridas; fluxos migratórios; direito à nacionalidade

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS NOVOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DE SEUS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS

Juliany Kauer Ramos Miranda, Marcos Vinicius Belini, Maria de Fátima dos Santos, Vitor da Silva Farias, Rodrigo Miotto dos Santos

Direito - Direitos Especiais

Entre 2019 e 2020, várias redes de educação (municipais e estaduais) apresentaram novos currículos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta a educação básica brasileira. Por sua vez, a BNCC deixa claro que a diversidade é uma das marcas dessa proposta de educação, o que fica manifesto na presença da diversidade ou da diferença em nove das dez competências que devem balizar a educação básica nacional. Nesse sentido, a proposta de pesquisa partiu da constatação de que a BNCC muito intensamente liga-se à educação em direitos humanos. Assim, o projeto, debruçando-se sobre a realidade catarinense, formulou o seguinte problema de pesquisa: em que medida os novos currículos da educação básica a serem implementados a partir de 2020/2021 no estado de Santa Catarina, bem como nos Municípios de Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Itajaí, Criciúma, Lages, Palhoça e Jaraguá do Sul coadunam-se com os marcos legais que, no Brasil e no plano internacional, caracterizam a educação em direitos humanos? Para responder a essa questão, a pesquisa estruturou-se em três grandes fases: (a) identificação da concepção de educação em direitos humanos dada pelos marcos teóricos nacionais e internacionais; (b) a formulação de um instrumento de análise de currículo da educação básica pautada na fase anterior e (c) análise, em Santa Catarina, do currículo estadual e dos municipais das localidades com mais de duzentos mil habitantes. A pesquisa valeu-se tanto do método indutivo (quando os referenciais são formulados a partir da análise particular de cada referencial normativo), quanto do método dedutivo (ao confrontar os referenciais desenvolvidos indutivamente com os currículos objeto de análise), com vistas a produzir uma análise qualitativa de documentos centrais da educação básica catarinense. Após a definição do dever normativo de educar em direitos humanos (a) e a formulação de um instrumento de análise que se pautou fundamentalmente nas cinco dimensões da educação em direitos humanos estabelecidas pelo art. 4º das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (b), a pesquisa analisou os currículos do Estado de Santa Catarina e dos dez maiores municípios do Estado para concluir que os currículos, à exceção daquele do Município de São José, não deixam claramente definida a opção por uma educação em direitos humanos, ainda que não a impeçam. Como mencionado, à exceção do Currículo Base do Território Josefense (do Município de São José), que dá significativa ênfase à educação em direitos humanos, os demais currículos fazem citações pontuais e não desenvolvidas de conceitos como democracia, direitos humanos, direitos fundamentais ou afins. A pesquisa conclui que, ainda que os currículos analisados não criem óbices diretos à educação em direitos humanos (o que caracterizaria flagrante inconstitucionalidade), deixam de a ela conferir a centralidade que exigem os marcos normativos delineadores da educação básica brasileira, o que, no mínimo, pode permitir a interpretação de que tais currículos, de seguimento obrigatório pelas escolas, tratariam a educação em direitos humanos como facultativa ou mesmo não desejada. A conclusão, em suma, é que tais currículos necessitam de revisões para que confirmem à educação em direitos humanos o lugar de primazia que documentos normativos de hierarquia superior exigem.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; Base nacional comum curricular; Currículos do estado de Santa Catarina e seus dez maiores municípios

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



PERCEPÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA GASTRONOMIA SOB A ÓTICA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DURANTE E APÓS A PANDEMIA DO COVID-19

Kamila Almeida Pessoa, Lara Becker, Adilene Alvares Mattia

Turismo - Turismo

Durante a pandemia do COVID-19, a Responsabilidade Social na gastronomia, focada na segurança alimentar e nutricional, ganhou importância. Ao adotar práticas sustentáveis promovendo a produção e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, o consumo responsável, a gestão de resíduos, as condições de trabalho, o apoio à comunidade e as parcerias e promover o engajamento social, a gastronomia pode se tornar uma força positiva para a sociedade, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável. A aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos restaurantes não apenas atende às demandas dos clientes conscientes, mas também traz benefícios econômicos, diferenciação de mercado, resiliência, atração de talentos e possibilidade de parcerias estratégicas. O estudo se propôs em Analisar a percepção da Responsabilidade Social na Gastronomia sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) durante e após a pandemia do Covid-19, na região Costa Verde Mar- SC. O escopo desta pesquisa envolveu 157 restaurantes, selecionados pela amostragem por conveniência e cotas, com a coleta em locais previamente selecionados, proporcionalmente à população de 11 municípios da região Costa Verde Mar, que abrange os municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, a partir de um universo de 1266 estabelecimentos gastronômicos. Esse processo de amostragem foi realizado com base em uma distribuição homogênea 80/20, que permitiu obter resultados confiáveis e representativos para a população estudada. Ressalta-se que o erro amostral adotado foi de 5%, com um intervalo de confiança de 90%, garantindo uma margem de erro aceitável e uma alta precisão dos resultados obtidos. Os principais achados deste estudo apontam que as questões abordadas na pesquisa ofereceram um panorama diversificado das práticas e percepções relacionadas à Responsabilidade Social no setor de restaurantes. Destacaram-se ações voltadas para a sustentabilidade, o envolvimento com a comunidade e o compromisso com o bem-estar dos funcionários. Ao mesmo tempo, a pesquisa identificou oportunidades de maior conscientização sobre os ODS e a importância da Responsabilidade Social para o desenvolvimento sustentável. Além disso, os dados mostram uma indústria gastronômica com experiência diversificada no mercado, um forte uso de inovação e adaptação aos novos modelos de negócio (como o *delivery*), preocupação com a conformidade legal, revelam ainda a diversidade de perspectivas e práticas no setor gastronômico, com restaurantes buscando eficiência, responsabilidade social, inovação e crescimento. As ações voltadas para o bem-estar dos funcionários e para o meio ambiente também são evidentes, mostrando uma preocupação com questões sociais e ambientais. Os insights dessa pesquisa podem contribuir tanto cientificamente, fornecendo informações valiosas para estudos acadêmicos e pesquisas futuras, quanto socialmente, promovendo a Responsabilidade Social e a sustentabilidade na indústria gastronômica, além de incentivar práticas responsáveis em outros setores da sociedade. A aplicação dos ODS (1, 3, 4, 8, 10, 12 e 17) pelos restaurantes demonstra um compromisso real com a sustentabilidade e a criação de um impacto social positivo. Essas ações também podem trazer benefícios econômicos, diferenciação de mercado, resiliência e atração de talentos, fortalecendo o setor gastronômico e contribuindo para um futuro mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Gastronomia; Empreendedores; Responsabilidade Social; Sustentabilidade; Covid 19

Apoio: FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

PRONTO+ PRONTUÁRIO ELETRÔNICO NA PALMA DA MÃO

Laís Vitória Mertins de Oliveira, Felipe Rodrigues Vinuesa

Comunicação - Relações Públicas e Propaganda

A comunicação desempenha um papel crucial na conexão entre diferentes partes envolvidas em qualquer processo, mas quando se trata da transmissão de informações entre equipe hospitalar, familiares e pacientes, os desafios podem ser ainda mais delicados. O contexto sensível torna esse fluxo de comunicação propenso a ruídos e barreiras. Essa percepção motivou a criação de um projeto inovador, impulsionado pelas experiências vivenciadas durante a pandemia do Coronavírus. O foco desse projeto inovador foi solucionar um problema crítico na comunicação durante os processos de internação hospitalar. O estudo se concentrou no meio de comunicação utilizado entre as partes envolvidas: a equipe médica, os familiares dos pacientes e os próprios internados. Uma das lacunas identificadas foi a ausência de um canal unificado para a transmissão de informações. Esse vácuo resultava em informações desencontradas e perda de detalhes importantes, prejudicando a qualidade do cuidado prestado. Para abordar esse desafio, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e minuciosa. Foram utilizados questionários, tanto abertos quanto fechados, divididos em segmentos específicos para cada persona envolvida. Isso permitiu uma compreensão profunda das necessidades e das percepções de cada grupo, orientando o desenvolvimento de uma solução eficaz. O resultado desse esforço foi a criação de um aplicativo inovador. Esse aplicativo atua como um ponto de interseção entre a equipe hospitalar, os familiares e os pacientes, viabilizando o compartilhamento em tempo real do prontuário eletrônico do enfermo. Essa centralização das informações promove uma comunicação transparente e eficiente, eliminando as falhas e os desencontros que eram anteriormente comuns. A análise do nicho revela um potencial considerável para esse aplicativo. A capacidade de atuar como uma ferramenta crucial durante momentos de crise, como a pandemia, confirma sua relevância e utilidade. Entretanto, a implementação bem-sucedida requer atenção a detalhes legais, como as leis de proteção de dados (LGPD) e outras regulamentações. A adaptação desses aspectos é vital para garantir que a ferramenta esteja em conformidade e que a privacidade dos pacientes seja mantida. O projeto de inovação surge como uma solução inteligente para um problema de comunicação vital na área de saúde. Através de uma abordagem focada, a pesquisa identificou as deficiências existentes e, com base nisso, desenvolveu um aplicativo que tem o potencial de transformar a maneira como o processo de internação acontece e proporcionar melhorias para que esse período sensível decorra positivamente.

Palavras-chave: Projeto de Inovação; Aplicativo; Prontuário Eletrônico



OS AQUÍFEROS NO BRASIL E A PRESENÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA E SUA PRESERVAÇÃO

Larissa dos Santos, Maria Gloria Dittrich

Direito - Direito Público

A água é um bem comum, dotado de caráter universal, essencial para a sobrevivência humana. Em virtude disso, e por sua escassez cada vez mais acentuada, observa-se a necessidade da criação de mecanismos de proteção e conservação desse bem, dotado de caráter difuso. Neste cenário, ressaltam-se as águas subterrâneas como protagonistas da potencialidade da água como recurso hídrico disponível e utilitário aos seres humanos. Essa potencialidade confere inerente importância a esse recurso que, contudo, carece de uma gestão regulada voltada especialmente para sua proteção. Nesse viés, o Aquífero Guarani, como principal reserva de água subterrânea da América Latina e como recurso hídrico presente em mais de um país (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), representa um bem comum de todos, especialmente para os Estados e sociedade que o compartilham, e que deve, portanto, ter sua gestão estratégica estabelecida e regulada. Contudo, como reserva de água subterrânea transfronteiriça e em se tratando de um sistema hídrico complexo, esse manancial representa um grande desafio quanto a sua gestão pelos países limítrofes, sobretudo no que diz respeito à soberania dos Estados, nas relações internacionais, uma vez que esse recurso hídrico relaciona-se diretamente com o desenvolvimento interno dos países e a exploração desenfreada ou poluição desse recurso, em um único país e que para tal finalidade poderá afetar todos os demais países que o compartilham. O estudo buscou entender de que forma a soberania transfronteiriça dos países limítrofes do Aquífero Guarani se apresenta no que tange à gestão desse manancial, observada a importância da criação de políticas públicas voltadas à proteção, da preservação e da utilização de forma racional dos recursos do Aquífero Guarani. Tratou-se de uma pesquisa teórica-documental na qual se utilizou da hermenêutica fenomenológica para a compreensão dos dados resultantes de periódicos, livros, artigos, informações da base de dados oficial do Governo e dispositivos legais que fundamentam o aspecto teórico da pesquisa. Inicialmente, foi apresentada a definição de águas subterrâneas e dos aquíferos, seguindo-se a explanação acerca do Sistema Aquífero Guarani e suas características, em ato contínuo, discorreu-se sobre o ordenamento hídrico e a legislação aplicável e por fim discutiu-se acerca da soberania e do Acordo sobre o Aquífero Guarani. Evidenciou-se ao final que esse Acordo, apesar de reconhecer a importância do manejo sustentável do Sistema Aquífero Guarani e da cooperação entre os países, não dispõe de mecanismos que vinculem e atribuam responsabilidade aos Estados na gestão desse recurso. Desta forma, chegou-se ao entendimento que é necessário atentar-se à gestão destas águas transfronteiriças de forma racional e sustentável, haja vista a finitude deste recurso e de forma que prevaleça sobre os Estados atitudes de preservação, conservação e uso racional desse bem comum.

Palavras-chave: Água; Políticas Públicas; Aquífero; Sistema Aquífero Guarani

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

A HOSPITALIDADE URBANA EM ÁREAS DE DISPERSÃO URBANA - AVENIDA OSVALDO REIS, ITAJAÍ, SANTA CATARINA

Larissa Krause, Iris Figueiredo Rewell, Eduardo Baptista Lopes

Planejamento Urbano e Regional - Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional

A dispersão urbana é um processo de crescimento que vem se tornando mais recorrente na construção de cidades em diferentes partes do mundo, principalmente como resposta ao avanço dos meios de transporte. Esse processo se caracteriza pela expansão do tecido urbano por uma vasta área do território. No entanto, ao mesmo tempo em que possibilita que mais pessoas se desloquem, também resulta na criação de espaços que se segregam e não são muito acolhedores (não hospitaleiros). Isso acaba enfraquecendo a importância dos espaços públicos nas cidades e provoca o esvaziamento delas. Itajaí, em Santa Catarina, apresenta ocupações urbanas dispersas atreladas ao desenvolvimento turístico nas infraestruturas de mobilidade. Nesta pesquisa, destaca-se a Avenida Osvaldo Reis, via que conecta a cidade de Itajaí a Balneário Camboriú e que se caracteriza como uma Rua-Estrada, abrigando padrões morfológicos distintos da ocupação urbana tradicional, compacta, à semelhança do fenômeno descrito por Domingues (2009). Essa pesquisa caracteriza-se como um Estudo de Caso e tem como objetivo principal analisar a hospitalidade urbana da Avenida Osvaldo Reis. De caráter exploratório e descritivo, a pesquisa utiliza metodologia qualitativa com coleta de dados quantitativos e está dividida em três etapas, que buscam: a) contextualização do crescimento urbano disperso na via; b) a definição dos trechos para a análise da hospitalidade urbana; c) e o mapeamento dos atributos de hospitalidade urbana. A Rodovia Osvaldo Reis é uma via muito importante para a região do vale do Itajaí. Na atualidade, esta rodovia consiste no principal corredor de ligação viária entre os municípios de Itajaí e Balneário Camboriú. Esta rodovia recebe diariamente um grande fluxo de automóveis, ciclistas e pedestres. Há bastante diversidade de usos em seu entorno, o que gera um fluxo quase ininterrupto decorrente da relação de interdependência e da integração entre essas duas cidades nas diferentes áreas de trabalho, lazer e diversão. De maneira a ilustrar a hospitalidade na via, as análises realizadas são resultadas de visitas técnicas a dois trechos da Avenida. O primeiro trecho fica localizado na esquina da Avenida Osvaldo Reis com a Rua Bráulio Werner, onde há uma praça destinada à prática de esportes, com um pequeno circuito de skate e um playground infantil. Foi possível identificar durante a visita que a praça é pouco movimentada, possivelmente por estar localizada justamente na esquina de uma avenida muito movimentada e perigosa. Além disso, a praça também não é muito atrativa visualmente, e há pouca diversidade de usos. A prática de esportes nesta praça durante o verão e em dias de muito sol pode se tornar desconfortável e impossível em dias de chuva, pois não há coberturas para proteção contra as variações climáticas. O segundo trecho analisado está localizado no entorno do empreendimento Riviera Business & Mall. Trata-se de um centro comercial normalmente frequentado por pessoas de classe média a alta, e que abriga em seu interior escritórios e lojas de artigos de luxo. É perceptível a quebra no padrão das construções desta avenida, sobretudo em relação ao gabarito, já que o edifício tem aproximadamente 15 pavimentos, revestido inteiramente de vidros refletivos sem elementos de transparência, diminuindo a permeabilidade visual do local. Por sua excentricidade comparado ao resto das construções, o edifício acaba se tornando um marco para o local. Os resultados obtidos diante da coleta de dados quantitativos e qualitativos e do mapeamento dos atributos de hospitalidade urbana permitem compreender a ocorrência da dispersão urbana na área e concluir que os trechos analisados não apresentam um padrão adequado de hospitalidade urbana, pois falta permeabilidade visual, há pouco conforto sensorial e a diversidade apresentada na via está dispersa ao longo de seu trajeto, e não concentrada em áreas menores. Por fim, esta pesquisa alcançou plenamente seus objetivos específicos. O estudo conseguiu contextualizar o crescimento urbano disperso, definir os trechos de análise para compreender as diferentes situações urbanas e mapear os elementos que contribuem para a hospitalidade ao longo da avenida.

Palavras-chave: Hospitalidade Urbana; Dispersão Urbana; Avenida Osvaldo Reis; Itajaí



Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE: PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS DA COMUNIDADE ESCOLAR DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVALI, CAMPUS TIJUCAS

Laura de Oliveira, Kleicer Cardoso Rocha

Geografia - Geografia Humana

A humanidade se encontra em um momento de contexto pós pandêmico com vários agravantes das condições sociais e ambientais da sociedade. Temos a perpetuação das disparidades existentes entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, e o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e a deterioração contínua dos ecossistemas da qual dependem nosso bem-estar. Sendo que o meio ambiente e os projetos de desenvolvimento da atualidade estão em grande contradição, pois o modo de exploração atual está exaurindo os recursos naturais. Então, como será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro se não nos envolvermos e pensarmos coletivamente sobre projetos alternativos e não predatórios. Neste contexto, sendo a questão ambiental uma das temáticas trabalhadas na disciplina de Geografia, buscamos com o presente trabalho compreender como está se dando a participação, envolvimento e interesse da juventude sobre uma questão que lhe cobrará no futuro próximo. O desenvolvimento metodológico se dará com pesquisa bibliográfica sobre a temática da Questão Ambiental e projetos de desenvolvimento econômicos, bem como questionário semiestruturado aplicado com estudantes do Ensino Médio do CAU de Tijucas. Para o entendimento deste trabalho, é essencial sabermos o que é sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento econômico. A sustentabilidade diz respeito ao equilíbrio de um ecossistema, de forma que nenhuma espécie seja prejudicada. Já o desenvolvimento sustentável, é sobre a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. E o desenvolvimento econômico, busca por um melhor nível de vida saudável e com equilíbrio na distribuição de renda. Sabendo disso, a partir dos dados coletados, analisamos e identificamos possíveis atuações da juventude e suas opiniões quanto as questões ambientais. Conforme a percepção dos problemas ambientais nas cidades que os estudantes vivem, 109 (80%) deles disseram que percebem problemas na cidade. A respeito dos projetos ambientais, 125 (92%) disseram que não conhecem algum, e apenas 11 (8%) disseram que conhecem. Esses que conhecem, apontaram os projetos Tartabinhas em Bombinhas, Tamar em Florianópolis, SOS praia Tijucas. Em relação a existência de incentivos por parte da escola para a participação desses projetos, 54 (40%) dos alunos apontaram que a escola os incentiva. Por fim, quanto a forma de ser sustentável sem prejudicar a economia, obtivemos as respostas “ações de sustentabilidade” a mais presente nas respostas dos alunos, pois mencionava itens como: reciclar, reflorestar, não jogar lixo no chão. Portanto, foi possível perceber que os estudantes sabem dos problemas que existem, porém, não se entendem como participantes para mudar isso, sem contar que a participação e o envolvimento nas questões ambientais dependem do indivíduo e o ambiente que o cerca, não apenas da escola. Mesmo assim, a escola não deixa de ser importante no papel de conscientizar os jovens, e essa pesquisa nos mostrou que é preciso instigar mais os estudantes a participarem de projetos ambientais, dessa forma, entendendo os problemas ambientais na prática. E, as prefeituras devem mudar o meio de comunicação em que são divulgados os projetos, de forma que mais gente saiba sobre eles e participem.

Palavras-chave: Juventude; Questão Ambiental; Participação; CAU Tijucas; Ensino Médio

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



CONTRATOS INTERNACIONAIS FIRMADOS NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Laura Magalhães, Marcos Vinicius Viana da Silva

Direito - Direito Privado

Sendo o Brasil um país com altos índices de turismo, as pessoas que o visitam frequentemente realizam atos jurídicos com seus nacionais, como a execução de contratos internacionais, além de poderem se casar e constituir família com os mesmos em terras brasileiras, o que conseqüentemente cria um elemento de internacionalidade para estes atos, que assim passam a serem regulados pelo direito internacional. Logo, devido ao fato destes atos envolverem direito de família e a capacidade da parte, os quais são regulados pelo local de domicílio do indivíduo, segundo o Artigo 7 da Lei De Introdução Às Normas Do Direito Brasileiro, o estrangeiro que visita o Brasil, traz consigo uma legislação diferente da aplicada no país, o que pode representar uma grande insegurança jurídica para os brasileiros envolvidos. Diante disso, o presente trabalho questiona como a capacidade jurídica dos estrangeiros que mais visitam o Brasil e seus direitos de família podem conflitar com as normas brasileiras, e como isto poderia impactar em uma considerável insegurança jurídica, visto que este conflito de normas pode gerar diversas conseqüências para as partes e até a anulação do próprio ato em si. Dessa forma, procurou-se entender o que são os contratos internacionais e seus elementos de conexão, para posterior análise sobre a capacidade das partes e do direito de família nos países que mais visitam o Brasil, e com isso poder entender o real tamanho do risco de conflito de leis e de uma possível insegurança jurídica. O método de investigação empregado foi o dedutivo, com análise de dados quanti e qualitativos e, ao final, foi possível o desenvolvimento de um mapa da capacidade jurídica dos estrangeiros que mais visitam o país, sendo observado que apesar da existência de dois sistemas jurídicos diferentes poderem reger cada uma das partes envolvidas no ato, ao se tratar de turistas que visitam o Brasil, o risco real de conflito de leis não chega a ser elevado pois, ao se analisar as legislações dos principais países que enviam turistas ao país, observa-se que a grande parte dos mesmos também adota o domicílio como elementos de conexão, e possuem regras e normas sobre a capacidade civil de celebração de atos jurídicos e direito de família similares. Logo, foi possível fazer uma análise jurídica do tema, reduzindo a insegurança do mesmo e proporcionando um maior entendimento acerca do assunto.

Palavras-chave: Capacidade das partes; Contratos internacionais; Segurança jurídica

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

ESPAÇOS DE MEIO DE HOSPEDAGEM RURAL COMO SIGNO DE CAPITAL SOCIAL: POUSADA DOCE ENCANTO, SANTA ROSA DE LIMA, SC, BRASIL

Laura Müller Valente, Luciano Torres Tricarico

Turismo - Turismo

Espaço e capital social foram pouco estudados de forma conjunta em pesquisas científicas, conforme se observa em levantamento bibliográfico que os relacionou; porém, o fato de se apresentar poucos estudos para os temas referidos significou valor inusitado para a pesquisa. E ainda se pode evidenciar como problema de pesquisa que estudos sobre capital social são efetivamente pautados por cunho sócio-econômico, negligenciando-se estudos com abordagem sócio-espacial. De sorte que o objetivo da pesquisa foi revelar atributos de capital social em espaços de meios de hospedagem rural. Para se efetivar tal objetivo, a pesquisa teve caráter qualitativo e descritivo; valeu-se enquanto procedimento e ferramentas de bibliometria, leitura de bibliografia, leitura espacial in loco e leitura de espaço representado em fotografias; a abordagem para avaliar os dados coletados esteve amparada nos conceitos de abdução e signo de Charles Sanders Peirce e no conceito de fragmento sócio-espacial de Walter Benjamin. A leitura espacial in loco e a leitura de espaços representados em fotografias possui uma conveniente aproximação teórico-científica entre Charles Sander Peirce e Walter Benjamin. A metodologia, em seu conjunto de características, abordagens, instrumentos e ferramentas, está vinculada ao ideal de uma Semiótica do Espaço Social, preconizada por Lucrecia D'Alessio Ferrara. A pergunta que norteou a pesquisa foi: espaços de meios de hospedagem rural podem significar capital social? Tal pergunta de pesquisa vai ao encontro de condições do campo na realidade brasileira que demonstram a necessidade de organização social do trabalho, da cooperação e associativismo para solução de suas demandas sociais, políticas e econômicas; sobretudo porque o campo no Brasil ainda sustenta formas de segregação, êxodo e “desertificação” populacional. No intuito de responder à pergunta de pesquisa e alcançar o objetivo de pesquisa, foi tomado como objeto de estudo a Pousada Doce Encanto, na porção rural do município de Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina (SC), Brasil. Vale destacar que estudos de caráter qualitativo e descritivo nas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, com um objeto de estudo, podem representar e contextualizar toda uma generalização; nesse caso, a generalização é a zona rural brasileira. O resultado da pesquisa revelou um primeiro momento de pesquisas futuras para se demonstrar atributos de capital social em espaços de meios de hospedagem rural.

Palavras-chave: Espaço; Capital Social; Meio de Hospedagem Rural

Apoio: Trabalho de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, Bolsa Produtividade em Pesquisa processo número 304784/2019-2; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI

CINEMAS E DITADURAS NA AMÉRICA DO SUL

Laurah Figueiredo Valetton, Paulo Rogério Melo de Oliveira

História - História da América

CINEMAS & DITADURAS: AMÉRICA DO SUL é um projeto de pesquisa que se propõe a aprofundar a análise de filmes que abordam as ditaduras sul-americanas em diversos matizes políticos, sob a perspectiva do olhar infantil, transcendendo a mera representação fílmica e adentrando nas complexas interações entre o cinema e a história. O foco central dessa pesquisa é a identificação, análise e interpretação de obras cinematográficas que abordam, de maneira diversificada, as ditaduras que assolaram a América do Sul. O estudo concentrou-se em três filmes emblemáticos: "O Ano Que Meus Pais Saíram de Férias" (2006), "Kamchatka" (2002) e "Machuca" (2004). Essas películas, ancoradas nas realidades ditatoriais do Brasil, Argentina e Chile, respectivamente, foram submetidas a uma análise meticulosa que culminou no desenvolvimento de uma metodologia robusta para a análise cinematográfica. Além da desconstrução e interpretação das obras em si, originou-se o website **CINEMAS & DITADURAS: AMÉRICA DO SUL** (<https://laurahvaletton.wixsite.com/ditaduras>), uma plataforma que disponibiliza para o público os primeiros ensaios explorando a interligação entre cinema e as ditaduras sul-americanas. O site também oferece um contexto histórico das ditaduras civil militares nos países onde os filmes estão ambientados. Este estudo pioneiro conseguiu, pela primeira vez até onde se tem conhecimento, reunir um conjunto de filmes que abordam a infância durante os períodos ditatoriais, todos produzidos na América do Sul nos primeiros anos do século XXI. O projeto também contextualizou essas produções em relação aos filmes das décadas anteriores, enfatizando suas particularidades e suas contribuições únicas. A análise minuciosa desses filmes, tendo a infância como eixo central, proporcionou uma compreensão mais profunda das ditaduras sob um ângulo ainda pouco explorado. Como resultado, a pesquisa ofereceu uma nova e inovadora abordagem das ditaduras sul-americanas dos países de cada filme, estabelecendo uma conexão intrincada entre a dimensão histórica e a cinematográfica. **CINEMAS & DITADURAS: AMÉRICA DO SUL** não somente enriqueceu a compreensão das ditaduras na região, mas também estabeleceu novos parâmetros para a análise crítica de filmes que lidam com eventos históricos complexos. Em uma última análise, o projeto destaca a capacidade do cinema em lançar luz sobre a intrincada tapeçaria histórica das ditaduras sul-americanas, através do prisma singular da infância.

Palavras-chave: Cinema; Ditaduras militares; América Latina; História

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM MUNICÍPIO CATARINENSE

Letícia Iglesias, João Rodrigo Maciel Portes, Roberta Borghetti Alves, Giane Priscila Dertzbacher, Lediane Kalize Nascimento da Costa

Psicologia - Tratamento e Prevenção Psicológica

Em 2019 a COVID-19 se tornou uma das maiores ameaças à saúde pública em nível mundial. No Brasil, a Atenção Primária é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e durante esse período os profissionais de saúde trabalharam em contato direto à doença, em seus diferentes níveis de gravidade. Visando esse contexto, este estudo buscou analisar a saúde mental de profissionais da atenção primária no enfrentamento da COVID-19. Tal pesquisa foi realizada a partir da abordagem quantitativa, descritiva, transversal e de campo. Participaram da pesquisa 100 profissionais de saúde, a média de idade dos entrevistados foi de 42 anos, com desvio padrão (DP) de 8,14 anos. Dentre os entrevistados, 56% dos participantes não tiveram experiências anteriores em emergências e calamidade pública. Dos participantes, 100% alegaram conhecer algum familiar, amigo ou colega de trabalho, e até mesmo ter sido infectado pela Covid-19. Acerca de já ter ocorrido internação ou morte de algum desses conhecidos devido a Covid-19, 55% salientaram que sim. Aplicou-se o Questionário de Saúde Mental Positiva (QSM+), a Escala de Satisfação com a Vida - ESV, a Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS) e um Questionário Sociodemográfico. Foram realizadas análises estatísticas e correlacionais. Os resultados demonstraram que os profissionais da atenção primária de saúde apresentaram de forma majoritária aspectos da saúde mental positiva e satisfação com a vida no enfrentamento a COVID-19. Embora estivessem em um contexto pandêmico e de sobrecarga de trabalho, os participantes demonstraram ter características protetivas à saúde mental. Evidenciou-se altas médias na satisfação pessoal, atitude pró-social, autocontrole e autonomia dos profissionais pesquisados. Todavia, uma parcela desta população demonstrou sofrimento psíquico moderado no que corresponde a ansiedade e depressão. O fator autonomia esteve presente de forma significativa nos profissionais com ensino superior, diferentemente dos que possuem ensino médio, demonstrando a variância entre as duas médias. Há semelhanças no padrão de resultados dos fatores de saúde mental positiva, verifica-se que quanto mais elevados forem os fatores dessa escala maiores são as chances de se relacionarem de forma positiva. Outro dado relevante se deu no fator ansiedade, o qual apresentou um valor maior do que a média de depressão, ou seja, embora os profissionais tenham aspectos relacionados à saúde mental positiva, apresentaram características associados à ansiedade, mas que não demonstram gravidade significativa. Ademais, infere-se que quanto maiores as características de saúde mental positiva, maiores poderão ser as condições de se estabelecer a satisfação com a vida. Portanto, evidenciou-se a importância de ações voltadas à promoção da saúde mental, principalmente na utilização de dispositivos como o CEREST que visa a prevenção e a vigilância no que corresponde à saúde do trabalhador. Protocolo do parecer favorável do Comitê de Ética (CAAE 49190821.5.0000.0120).

Palavras-chave: Saúde Mental; COVID-19; Profissionais de Saúde; Atenção Básica; Sistema Único de Saúde

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

A REPERCUSSÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Letícia Urban da Rocha, Wallace Gustavo Silva do Prado, Luciana de Carvalho Paulo Coelho

Direito - Direitos Especiais

O objetivo central da pesquisa consistiu em realizar uma análise da Lei 13.709/2018, também conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, com o propósito de desenvolver estratégias que garantam a segurança jurídica no tratamento de dados no contexto das instituições educacionais. A motivação ao estudo originou-se da necessidade de resguardar os direitos fundamentais de liberdade e privacidade dos estudantes, uma vez que esses direitos estão intrinsecamente conectados com a proteção de dados pessoais. A identificação do problema surgiu a partir de uma análise da realidade cotidiana, que revelou que diversas escolas não estavam aderindo às medidas requeridas pela legislação vigente, culminando, assim, em incertezas no âmbito jurídico e em violações diretas aos princípios constitucionais. O estudo abarcou em uma análise dos setores educacionais, delineando um caminho claro para a aplicação efetiva da Lei Geral de Proteção de Dados dentro das instituições de ensino. A metodologia empregada para alcançar tais objetivos foi de natureza dedutiva, apoiada em pesquisa bibliográfica, avaliando a legislação pertinente, com uma profunda reflexão acerca da realidade social e da coleta de dados. Como desdobramento dessa metodologia, tornou-se irrefutável a urgência de uma adaptação da lei geral de proteção de dados no âmbito escolar, uma vez que uma proporção significativa das instituições educacionais estava em desconformidade com as exigências legais. No decurso da pesquisa, ficou evidente a relevância de disseminar um entendimento aprofundado sobre a proteção de dados entre os alunos, especialmente considerando a vulnerabilidade das informações pessoais pertencentes a crianças e adolescentes. Os resultados dessa pesquisa revelaram a necessidade de uma ação efetiva para promover a conformidade com a legislação em vigor, garantindo a segurança, privacidade e integridade dos dados pessoais no ambiente educacional, e simultaneamente enfatizando a relevância da conscientização e educação como pilares fundamentais desse processo de adaptação. Nesse sentido, destaca-se a precisão de instituir um programa abrangente de conformidade, enriquecido com exemplos práticos que possam ilustrar os preceitos da legislação, com o intuito de prevenir violações e suas conseqüentes sanções e a importância de aderir a educação digital, visto que uma parcela considerável da população carece do conhecimento necessário para se adaptar eficazmente às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como a necessidade de o governo promover palestras e preparar mais os cidadãos sobre a cultura da proteção de dados, para todos estarem em acordo com a lei e com os direitos fundamentais tutelados.

Palavras-chave: LGPD; Privacidade; Proteção de dados

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A REPÚBLICA NO PENSAMENTO POLÍTICO E JURÍDICO EM MAQUIAVEL: A IDEIA DE LIBERDADE DE MAQUIAVEL A PARTIR DE SUA CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE REPUBLICANA

Lorena Marques Argoud, Rafael Padilha dos Santos

Direito - Teoria do Direito

Embora seja diversas vezes lembrado pelos pensamentos e obras acerca dos principados, o historiador, filósofo e político Nicolau Maquiavel do mesmo modo se dedicou ao estudo dos ordenamentos republicanos, considerando os conflitos políticos dentro da sociedade, formas para a sua solução, valores a serem realizados pela comunidade política e o papel do direito e da moral. Maquiavel defende que não é nem por um determinismo naturalista de matriz polibiana e nem por um rei filósofo que surgiram os bons ordenamentos de que a Roma republicana legou, pois estes advieram de legisladores coletivos. A República é uma forma de governo que apresenta grande relevo no pensamento de Maquiavel, merecendo ser aprofundada em suas características, aplicações e modo de funcionamento. Por ser um homem renascentista, como tal, Maquiavel fez uso dos clássicos e se voltou para análises da finalidade das condutas individuais dos cidadãos. O que determinaria a moralidade seriam os fins políticos almejados, sempre em um âmbito social. Um governante não poderia fazer uso de valores morais em seu governo se isso implicasse em um péssimo resultado político. Deve-se distinguir entre a moral própria e a moral política. Por isso, não se deve ter remorso de fazer algo que será para o bem do seu povo, mesmo que se trate de fraude e brutalidade. A autoridade governante teria o poder em si mesmo, não necessitando de nada além do ímpeto de exercer o governo para se legitimar. Em todo caso, sempre que possível, a autoridade deve agir conforme a ética, contanto que seu campo de visão seja alheio à mesma no caso de divergências entre a moral própria da autoridade ou de seu povo e a moral política. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é estudar a concepção de República de Maquiavel e suas contribuições, dentro do realismo político, para se pensar as características de uma sociedade política republicana, comparando e contrastando com a ideia de monarquia, e analisando pressupostos republicanos para o exercício do poder político. O problema de pesquisa é expresso na seguinte interrogação: Qual é a concepção republicana de Maquiavel e a sua correlação com uma sociedade justa e organizada política e juridicamente? O método utilizado se baseará em pesquisa bibliográfica, sendo que o relatório final será construído utilizando-se a base lógica indutiva.

Palavras-chave: República; Liberdade; Maquiavel

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

RELAÇÃO ENTRE AS FAKE NEWS E O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO ELEITORAL

Lucas Cabral Ventura, Rayssa Gabrielly de Souza, Donovan Filipe Massarolo, Siliana Dalla Costa

Ciência Política - Comportamento Político

O presente artigo tem por objetivo estudar as razões pelas quais os jovens, com idade entre 16 e 17 anos durante o período eleitoral do ano de 2022, não compareceram às urnas e os motivos que levaram estes a não se interessar pelo processo eleitoral, contudo descobrir se isto teve relação com as fake news. Levando em conta a hipótese de que os jovens de ensino médio não se interessam em votar, o artigo pesquisa entre os alunos da Escola SESI de referência de Itajaí quantos participaram do processo eleitoral no ano de 2022 e quantos não se interessaram no processo. Ademais, indentificar quais os impactos que as fake news tiveram na escolha destes jovens. Compreende-se que notícias falsas podem interferir de forma discreta, ou seja, o estudante não sabe que determinada notícia é enganosa, a exemplo das matérias “comprovando” que as urnas são adulteradas e com base nisso o jovem deixa de votar por não acreditar que pode confiar seu voto com segurança em seu candidato. Esta é uma pesquisa fundamentada numa abordagem qualitativa/quantitativa, com base nos dados obtidos por meio de pesquisa na Plataforma Google Forms com uma turma de ensino médio. Os resultados desta pesquisa apontam que 50% dos jovens não tinham idade para fazer título de eleitor (15 anos ou menos), 35% não quis votar e apenas 14% participou do processo eleitoral nas eleições presidenciais do ano de 2022. Quando questionado aos estudantes o motivo de não terem ido votar, em respostas múltiplas, ou seja, o estudante podendo escolher vários motivos, 33% optou pela resposta “falta de confiança no processo eleitoral”, o que pode sugerir que estejam se baseando em alguma fake news. Ademais, em outra pergunta, 51% dos estudantes mencionou que viram notícias falsas durante o processo eleitoral, contudo 49% declarou não perceber nenhuma fake news, desta forma deixando evidente que boa parte pode ter visto, mas não sabe, ou seja, caiu na notícia enganosa, acreditando que era verdadeira. Em mais respostas a pergunta que questionava o motivo dos jovens não terem ido votar, outros 33% optou pela resposta “falta de incentivo dos pais” e isso indiretamente, também pode estar relacionada a fake news, pois se os pais acreditaram em alguma notícia falsa ou estão desmotivados pelo número de fake news, evidentemente não fariam questão dos filhos terem votado. Portanto, esses números apresentados atestam que a hipótese estabelecida, nesta amostra focal, é verdadeira.

Palavras-chave: Fake News; Processo Eleitoral; Jovens

Apoio: Escola SESI de referência por meio do Departamento Regional da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina



MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E O PLURALISMO JURÍDICO

Lucas Frederico Rodrigues Seemund, Tarcisio Vilton Meneghetti

Direito - Teoria do Direito

O tema da presente pesquisa é o pluralismo jurídico e multiculturalismo na relação com comunidades migratórias nos Estados Unidos da América. A motivação para este trabalho está no contexto da diversidade cultural que é característica dos EUA, assim como a crescente presença de imigrantes de diversas origens. A pesquisa busca compreender como o pluralismo jurídico e o multiculturalismo se relacionam com a presença dessas comunidades migratórias, especialmente em relação à sua integração na sociedade e ao acesso à justiça. Para atingir esse objetivo, a metodologia empregada foi a análise de textos acadêmicos e jurídicos que abordam o tema do pluralismo jurídico e do multiculturalismo. A partir dessa análise, foram identificados os principais conceitos e teorias relacionadas ao tema, bem como as principais questões que se colocam quando se trata da relação entre pluralismo jurídico e multiculturalismo com as comunidades migratórias. Um dos principais resultados da pesquisa é a constatação de que o pluralismo jurídico e o multiculturalismo são conceitos interligados e que se relacionam diretamente com as comunidades migratórias. O pluralismo jurídico se refere à existência de múltiplas fontes de direito, incluindo leis e costumes locais, que coexistem com o direito oficial do Estado. Já o multiculturalismo se refere à valorização e respeito pela diversidade cultural e às políticas públicas que visam promover a igualdade de oportunidades para todos. No contexto das comunidades migratórias nos EUA, o pluralismo jurídico se manifesta nas práticas jurídicas de grupos étnicos e religiosos que vivem em comunidades autônomas e que, muitas vezes, têm suas próprias leis e costumes. O multiculturalismo, por sua vez, se manifesta na necessidade de garantir o respeito pelos direitos e culturas dessas comunidades migratórias, incluindo o direito de acesso à justiça e a políticas públicas que promovam a integração social. No entanto, a relação entre pluralismo jurídico, multiculturalismo e comunidades migratórias também apresenta desafios e controvérsias. Por exemplo, pode haver conflitos entre as leis e costumes locais das comunidades migratórias e as leis oficiais do Estado. Além disso, o multiculturalismo também pode ser criticado por promover a segregação e fragmentação da sociedade. Ainda assim, o multiculturalismo, enquanto base do pluralismo cultural, não pode ser considerado isolado do pluralismo jurídico. Ao permitir que grupos culturais e religiosos mantenham suas próprias práticas e sistemas jurídicos, o pluralismo jurídico amplia a autonomia e a existência desses grupos, ao mesmo tempo em que busca manter uma harmonia com a ordem jurídica nacional. Dessa forma, conclui-se que a relação entre pluralismo jurídico, multiculturalismo e comunidades migratórias é complexa e requer um equilíbrio entre a valorização da diversidade cultural e a garantia da igualdade de oportunidades para todos. É necessário considerar as particularidades de cada comunidade migratória e buscar soluções que promovam a integração social, sem comprometer os direitos e culturas dessas comunidades.

Palavras-chave: Pluralismo Jurídico; Migrações Transnacionais; Multiculturalismo

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



ESPAÇO DE HOSPEDAGEM EM MEIO RURAL COMO CONTRIBUIÇÃO AOS IDEAIS DE CONSENSO: Pousada Cantos da Mata, Sítio Sonho Meu, Fazenda Rio Grande; Mogi das Cruzes, SP

Luciano Torres Tricarico, Vinícius Lorencetti, Caroline Andrade de Souza de Lima, Felipe Augusto Vieira dos Santos

Turismo - Turismo

Há uma aproximação inusitada entre dois fenômenos pouco correlacionados do ponto de vista científico: espaços de meio de hospedagem rural e consenso. Essa asserção se deu em razão de estudos bibliométricos, os quais fizeram a apropriação dos dois termos-chave (em português, inglês e espanhol), em portais de pesquisa com periódicos tidos como de alto impacto, sobretudo nos últimos dez anos. Por outro lado, a carência de estudos acerca desses dois fenômenos referidos leva a considerar caráter inovador da pesquisa. Há ainda que considerar que estudos acerca de meios de hospedagem têm sido feitos por vieses sócio-econômicos (efetivamente voltados à gestão e à qualidade dos serviços), ou por vieses sociais de hospitalidade (efetivamente na relação entre anfitrião e hóspede); a despeito de estudos sobre meios de hospedagem que amparam o espaço como categoria de análise na discussão social crítica. E também, deve-se considerar que o ideal de consenso tem sido identificado em meio urbanizado, não tratando o meio rural como passível de espaço para o consenso. Diante desse “cenário” científico, no intuito de sanar as diferentes lacunas de estudos, o objetivo da pesquisa foi demonstrar significados de consenso em meio de hospedagem rural. O objeto de pesquisa se constituiu em: Pousada Cantos da Mata, Sítio Sonho Meu e Fazenda Rio Grande; localizados na porção rural do município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Para tanto, a metodologia da pesquisa se apoiou em abordagem qualitativa, tendo a netnografia como amparo na coleta de dados e a análise de conteúdo categorial- temática de Bardin como método de avaliação dos dados coletados. Os instrumentos e ferramentas de pesquisa foram: montagem de bibliografia (levantamento de livros, artigos de revistas, jornais, etc, relacionados com o tema da pesquisa, bem como de informação que possibilite a compreensão do objeto em sua explanação teórica mais abrangente: sociologia, cultura, economia, política, história, geografia, filosofia e métodos de leitura do espaço); essa “varredura” se deu nas bibliotecas da Universidade do Vale do Itajaí, na rede virtual de computadores (internet) e em bancos brasileiros; montagem de bibliografia acerca do objeto empírico de pesquisa (levantamento de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso acerca do objeto de estudo em sítios virtuais e portais virtuais de acesso a trabalhos científicos: Scielo, EBSCO, Google Acadêmico, etc); localização de documentação iconográfica; levantamento de material julgado como representação sócio-espacial da hospedaria (fotografias, mapas, folders, cartazes) em sítios eletrônicos; levantamento e interpretação dos blogs e sites que veiculam a Pousada Cantos da Mata (identificar comentários, postagens e discussões ocorridas a partir das experiências dos hóspedes); leitura de bibliografia e documentação; identificação de índices significativos dos textos e material iconográfico, separando-os em fichas temáticas; análise de conteúdo categorial-temática de Bardin e discussão das informações coletadas propondo a relação delas com as hipóteses sobre o assunto. Os resultados apontaram um primeiro momento de pesquisa onde se verificam atributos de consenso em meio de hospedagem rural, os quais devem ser desdobrados em pesquisas futuras.

Palavras-chave: Espaço; Consenso; Meio de Hospedagem Rural

Apoio: Trabalho de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, Bolsa Produtividade em Pesquisa processo número 304784/2019-2; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

CIDADES SUSTENTÁVEIS, AGENDA 2030 E OS DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Luis Henrique Antunes de Souza, Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza

Direito - Direitos Especiais

A presente pesquisa teve como objeto a análise da atual realidade das políticas públicas no Brasil, especialmente, as que estão diretamente envolvidas nas cidades. Já com relação à definição e delimitação do problema, tem-se que diante da ausência de um planejamento urbano adequado no Brasil que contemple instrumento capaz de auxiliar o gestor público a promover cidades sustentáveis, e assim cumprir com o objetivo 11 da Agenda 2030. O objetivo da pesquisa foi averiguar a viabilidade da elaboração de uma diretriz de convergência entre planos, políticas e programas na busca da sustentabilidade ambiental e social das cidades. Nesse contexto, à relevância do problema e da viabilidade da pesquisa; justifica-se pela literatura técnico-científica no sentido de fortalecer técnica e políticas públicas, destacando a relevância e carência deste assunto nas cidades brasileiras. Dividiu-se o estudo em três momentos: o primeiro aprofundando o conceito de cidade sustentável, o compromisso das cidades com o desenvolvimento sustentável. Em um segundo momento, pesquisou-se o conceito de planejamento urbano, suas principais características e a necessidade da integração do planejamento urbano a Avaliação Ambiental Estratégica para o alcance do desenvolvimento urbano sustentável no Brasil, alinhado a agenda 2030. O terceiro momento, pesquisou-se a implementação de boas práticas empresariais, mais investimento na Educação Ambiental, a participação da sociedade e o efetivo cumprimento das políticas públicas. A pesquisa contribuiu para aprimorar o entendimento sobre o tema, reafirmando a importância das principais categorias e conceitos abordados. Concluiu-se, que somente é possível alcançar o desenvolvimento sustentável se houver uma transformação significativa de como administramos e construímos os espaços urbanos, deixar as cidades mais sustentáveis envolve ainda investimento em transporte público, criação de espaços públicos verdes e melhoria do planejamento e gestão urbana de forma participativa e inclusiva; para tanto, se faz necessário, investir na efetivação das políticas públicas. Conclui-se ainda que, não há uma teoria completa e definida que forma o conceito de política pública. As políticas públicas podem ser definidas “processo de apropriação de uma ideia que, é consequência da interação entre a intenção e os elementos dos contextos locais de ação”. Com isso, “é possível integrar os dois elementos principais dos modelos citados e inserir variáveis cognitivas, como ideias e visões de mundo dos atores. Isso ocorre, pois a interpretação da estrutura normativa de uma política pública é influenciada pelas ideias de mundo” dos atores que irão executá-la e de suas condições materiais. A pesquisa compreende o método cartesiano quanto à coleta de dados e no relatório final o método indutivo.

Palavras-chave: Cidades Sustentáveis; Agenda 2030; Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI

O TRABALHO DO MENOR EM SANTA CATARINA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVAÇÃO DO ODS 08 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Luís Otavio Garcia Marcondes de Jesus, Clovis Demarchi

Direito - Direitos Especiais

O trabalho do menor é compreendido como o exercício de atividades laborais por parte de crianças e adolescentes, geralmente em conformidade com as leis trabalhistas, prevenindo a exploração, abuso ou qualquer forma de tratamento prejudicial à saúde, educação e desenvolvimento físico, mental e social de indivíduos em formação. Neste sentido, o presente projeto de pesquisa teve como objeto verificar a situação do trabalho dos menores em Santa Catarina, tendo como parâmetro o ODS 8 - que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. O objetivo geral foi o de verificar como as políticas públicas implementadas em Santa Catarina estão contribuindo para a adequação do trabalho do menor às exigências da norma trabalhista. Entre os objetivos específicos: a) analisar como estão atualmente os índices de trabalho do menor em Santa Catarina; b) verificar se os direitos trabalhistas dos menores catarinenses, a partir dos 14 anos de idade estão sendo respeitados; c) analisar em que medida Santa Catarina está trabalhando para cumprir as metas do ODS-8. Quanto à metodologia, utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, podendo ainda ser classificada, segundo os seus objetivos, como descritiva e prescritiva. A técnica de pesquisa foi a análise doutrinária, legislativa e documental. Oportuno apontar que o trabalho do menor é regulamentado e limitado por lei e, em geral, estas leis visam proteger os direitos dos jovens, garantindo que o trabalho não interfira no desenvolvimento educacional e na integridade física e psicológica de crianças e adolescentes. No Brasil, a legislação proíbe o trabalho para meninos e meninas com menos de 16 anos, exceto na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos de idade, enquanto os adolescentes entre 16 e 18 anos podem trabalhar em atividades compatíveis com a idade e formação escolar, desde que estejam matriculados na escola. Em Santa Catarina, conforme dados do Projeto Criança Livre de Trabalho Infantil, extraídos da Pnad Contínua, cerca de 55 mil crianças e adolescentes, ou seja, 4,9% da população entre 5 e 17 anos, estavam ocupados em alguma atividade em 2019. Deste total, cerca de 38 mil são meninos e 18 mil são meninas. Conforme o estudo, o trabalho característico predominante no estado de Santa Catarina, desempenhado pelas crianças e adolescentes se concentram em grande parte em áreas urbanas, correspondendo a 68,8%, ou cerca de 38 mil trabalhadores infantis. Cerca 31%, pouco mais de 17 mil estão nas áreas rurais. Neste contexto, como resposta aos questionamentos levantados na presente pesquisa, conclui-se que os índices de trabalho do menor em Santa Catarina apresentam dados preocupantes, salientando que tais dados estão desatualizados, apresentando como consequência falta de informações precisas, o que pode estar dificultando a fiscalização e o respeito aos direitos trabalhistas dos menores catarinenses. No que se refere ao cumprimento das metas do ODS 8 pelo Estado de Santa Catarina, conclui-se que, frente aos dados desatualizados, com um apagão do controle, fiscalização e implementação de políticas públicas a partir do ano de 2018, o estado de Santa Catarina pode estar negligenciando informações, bem como, facilitando as práticas abusivas e distanciando o estado do cumprimento das metas do ODS 8, que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Diante o exposto, a principal contribuição da presente pesquisa foi de sinalizar que o estado de Santa Catarina deve atualizar o diagnóstico sobre o trabalho infantil em seu território, implementando o plano de erradicação do trabalho infantil, além garantir aporte financeiro ao PETI para que possa incentivar e viabilizar a implementação de políticas públicas regionais e municipais.

Palavras-chave: Trabalho do menor; Políticas Públicas; ODS 8

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



PANORAMA DA PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE VIDA DE PESCADORES ARTESANAIS

Luíza Klitzke Serpa, Gabriela Bonosque de Andrade, Amanda Feiten, Aline Louzada Born, Henrique Tironi, Vanderlea Ana Meller, Denise Jorge Serafini Furtado, Graziela Breitenbauch de Moura, Julia Nascimento Neves

Administração - Administração Pública

Este trabalho tem como objetivo apresentar experiências e memórias dos pescadores artesanais em comunidades litorâneas do Vale do Itajaí diante das políticas públicas para o desenvolvimento pesqueiro artesanal catarinense. É verificado o contexto normativo brasileiro da pesca artesanal e apresentado o pescador tradicional como transmissor ou intermediador entre o patrimônio cultural e a educação social e compreendido os saberes tradicionais de preservação das formas de vida e de seus valores culturais. A abordagem de pesquisa é qualitativa, documental e exploratória que busca conhecer as experiências dos pescadores em três colônias localizadas nos municípios de Penha, Navegantes e de Balneário Camboriú, localizados no Estado de Santa Catarina (SC). Foi realizado um levantamento longitudinal, no período de 2012 a 2022 em periódicos para mapeamento de produções científicas relacionadas ao tema da pesquisa e verificadas as abordagens escolhidas pelos pesquisadores identificando as tendências das publicações científicas ao longo dos anos com revisão integrativa nas bases de dados do Periódicos da Capes e da Web of Science. Os critérios de inclusão são: em português, espanhol e inglês, disponíveis on-line na base dados. Os artigos científicos identificados que apresentam relação com a temática foram 06 no Web of Science e 11 artigos do Periódicos Capes, totalizando 17 artigos. O uso do software Atlas.ti. foi fundamental para a construção de categorias de análise com base nos artigos: conhecimento, desastres, empregabilidade, experiências, gestão de recursos, gestão econômica, pescadores, políticas públicas, poluição, práticas da pesca, práticas ilegais, regulações, segurança alimentar e sustentabilidade. Foram realizadas visitas nas três colônias pesquisadas para coleta de dados nos documentos institucionais e para reconhecer a trajetória e histórias de trabalho da pesca artesanal local. Foram identificados 2 livros, atas e fotografias com registros das memórias da pesca artesanal das Colônias investigadas. A pesquisa está em andamento, portanto, os resultados não são conclusivos. Percebe-se que as Colônias são entidades sociais que apresentam um apoio fundamental para as atividades da pesca artesanal, o cumprimento das regulações e preservação das memórias culturais. A arte pesqueira das Colônias é um modo de vida e atividade produtiva que necessita de fortalecimento das políticas públicas de apoio à pesca, tanto no âmbito cultural quanto econômico. O registro dos fatos históricos possibilitaram a preservação da cultura dos pescadores artesanais e indicam importante impacto na economia, social e econômico da região. A Colônia de Pescadores Z5 de Armação de Itapocoroy tem diversos pescadores artesanais atuantes na região da Penha. A Colônia de Pescadores e Fundação Cultural de Navegantes foi fundada em 1929, denominada Lauro Müller, atualmente é Z-6, uma instituição que uniu os pescadores e suas famílias, consolidando laços de solidariedade e fortalecendo a cultura local. A Colônia de pescadores de Balneário Camboriú é denominada Z7, fundada em 1925 no Bairro da Barra. Manoel Sinfrônio Rodrigues, é o pescador mais antigo do bairro da Barra. Ficou fechada por 20 anos após a fase conturbada da Segunda Guerra Mundial. O atual presidente da colônia é Levi Elias Vicente, que também é pescador desde os 8 anos de idade. A prática da pesca ocorre também na Barra Norte, com alguns barcos pesqueiros atracados na saída do rio do canal Marambaia. A pesca é uma tradição histórica e celebrada anualmente na Festa do Pescador em julho. Os registros das memórias culturais das colônias de pescadores possibilitaram o reconhecimento das condições de trabalho, de vida e arte pesqueira da nossa região e torna-se fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Patrimônio cultural; pescador

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



PROPRIEDADE INTELECTUAL NO ÂMBITO DOS JOGOS ELETRÔNICOS

Luiza Rodrigues Ferreira da Silva, Tarcisio Vilton Meneghetti

Direito - Direito Privado

A propriedade intelectual é um ramo do direito que visa proteger as criações e inovações criadas pelos desenvolvedores, programadores e demais profissionais envolvidos na criação de um jogo eletrônico. Essa proteção tem como objetivo garantir que estes profissionais sejam devidamente creditados e enumerados, e também auxiliam como estimulador para que outras pessoas comecem a inovar e criar seus próprios projetos dentro deste setor. Com grandes empresas de jogos, já é possível notar que há, de certo modo, uma proteção da propriedade intelectual quando falamos de marca e patente. Por exemplo quando se fala da empresa Nintendo, instantaneamente é possível lembrar de suas mais famosas criações, como o *Mario* e o *Donkey Kong*, ou quando falamos de *Blizzard Entertainment*, que é mundialmente conhecida por jogos como *Overwatch* e *World of Warcraft*. Contudo, por tratar-se de um ramo relativamente novo no âmbito jurídico, é possível notar uma falta considerável de legislações quando falamos de propriedade intelectual nos jogos eletrônicos, pois ela não abrange somente um aspecto, mas sim diversos processos artísticos e tecnológicos que vão ocorrendo durante a criação de um game. Por exemplo, pensando em um jogo de alta definição lançado recentemente, como a nova franquia de *God of War*, há centenas de pessoas diferentes envolvidas no projeto, e ainda mais âmbitos que devem ser protegidos pelo Direito. Em um jogo como esse é necessário criar uma trilha sonora, animação, softwares e demais patentes, mas nem todas essas etapas estão atualmente protegidas juridicamente, pelo menos não como um todo. Algumas empresas e desenvolvedores de jogos eletrônicos já criaram mecanismos para tentar proteger ao máximo suas propriedades intelectuais. Existem empresas, por exemplo, em que os funcionários responsáveis pelo processo criativo do game aceitam ceder seus direitos individuais de propriedade intelectual para a empresa, o que acaba se tornando importante principalmente em grandes empresas, onde diversas pessoas participam, de alguma maneira, do processo de desenvolvimento criativo. Além disso, outras grandes empresas de games utilizam-se de licenciamentos e parcerias, pois há uma grande demanda de mercadorias e outras formas de entretenimento que envolvem personagens desses jogos, como por exemplo a *Nintendo*, que já cedeu os direitos do *Mario* para a construção de uma área do personagem em parques temáticos, como também o filme lançado esse ano que tem o personagem como protagonista. Portanto, esse é o principal motivador da presente pesquisa, pois atualmente são pouquíssimos países que legislam sobre os direitos que devem ser resguardados acerca dos jogos eletrônicos e do mundo virtual, e é crescente a demanda de leis que consigam se adaptar à um universo que se expande tão rapidamente e de forma exponencial. Foram utilizadas diversos outros artigos e projetos de pesquisa para o embasamento da pesquisa, assim como alguns entendimentos já pré-existentes de países estrangeiros, e foi possível concluir que atualmente ao se falar sobre Propriedade Intelectual. A metodologia utilizada, portanto, foi a pesquisa bibliográfica, pois como ainda não existe um número significativo de doutrinas e jurisprudências que abordem o assunto, a fonte principal de dados e citações foram os artigos e livros que propõem mecanismos e soluções para que o desenvolvimento jurídico acerca da propriedade intelectual no âmbito virtual aconteça de forma que seja possível acompanhar o crescimento desse mercado, que inevitavelmente fica cada vez mais complexo e diverso, abrangendo cada vez mais áreas bastante pertinentes do ramo jurídico, e que visa a proteção de criadores e desenvolvedores para que os jogos eletrônicos, e todo o processo criativo envolvido, tenha o devido respaldo legal.

Palavras-chave: Propriedade; Patente; Jurídico

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

PROPOSTA DE IDENTIDADE VISUAL PARA PLATAFORMA DIGITAIS DE RASTREAMENTO: MEU PRIMEIRO ALÔ

Maeli Furtado do Nascimento, Eliel Henrique Gadotti, Giorgio Gilwan da Silva

Desenho Industrial - Programação Visual

As tecnologias digitais desempenham um papel crucial na atualidade, permitindo que os usuários acessem serviços de forma remota, independentemente de sua localização geográfica. Esse cenário demanda uma abordagem cuidadosa do design gráfico para comunicar efetivamente produtos e serviços. Este estudo tem como objetivo apresentar uma proposta de identidade visual para uma plataforma de rastreamento de testes da orelhinha realizados em recém-nascidos em ambientes hospitalares e maternidades. Esses exames, conhecidos como "emissões otoacústicas evocadas," têm o propósito de detectar precocemente problemas auditivos em bebês, consistindo na geração de estímulos sonoros e na captação de suas respostas por meio de uma sonda delicada introduzida na orelha do recém-nascido. Essa abordagem permite o diagnóstico e tratamento precoce de eventuais alterações auditivas. A plataforma foi desenvolvida com a finalidade de ser um sistema de rastreamento para crianças que apresentem suspeita de Deficiência Auditiva (DA) identificada durante os exames realizados em hospitais e maternidades. Ela desempenha um papel vital na coleta e gestão de informações relacionadas ao tratamento dessas crianças, armazenando esses dados em um banco de dados centralizado. A identidade visual desse sistema desempenha um papel fundamental, uma vez que é responsável por criar um reconhecimento sólido e transmitir o valor dos serviços oferecidos. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa é aplicada, qualitativa e descritiva. O estudo de caso permitiu a análise qualitativa dos dados coletados. Os resultados revelam o processo criativo que deu origem a um conjunto gráfico e visual que espelha a personalidade da plataforma de rastreamento de testes da orelhinha. Esse conjunto inclui imagens e símbolos cuidadosamente harmonizados para comunicar eficazmente o objetivo da plataforma. A identidade visual foi concebida com o propósito de facilitar o acesso, preservação e fluxo dos resultados dos testes e do acompanhamento do tratamento da Deficiência Auditiva (DA). Por meio de elementos visuais, como logotipos, cores e ícones, a identidade visual transmite uma sensação de confiabilidade, profissionalismo e dedicação à saúde auditiva infantil. Este estudo destacou a importância da identidade visual em uma plataforma de rastreamento de testes da orelhinha, enfatizando como ela desempenha um papel fundamental na comunicação eficaz do propósito e valor dos serviços oferecidos. A abordagem aplicada e qualitativa revelou um processo criativo cuidadosamente elaborado para transmitir a personalidade e missão da plataforma, contribuindo assim para o acesso, preservação e acompanhamento eficaz dos resultados dos testes e do tratamento da Deficiência Auditiva (DA).

Palavras-chave: Deficiência Auditiva; Plataforma digital; Identidade Visual

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

GOVERNANÇA E COOPETIÇÃO EM TURISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maeli Furtado do Nascimento, Thayele Oliveira dos Santos, Francisco Antonio dos Anjos

Turismo - Turismo

O objetivo deste estudo é efetuar uma revisão de literatura acerca da governança turística e da coopetição turística. A justificativa do estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão da relação entre governança turística e coopetição turística, explorando como esses constructos podem ser aplicados de forma complementar e sinérgica no contexto do setor turístico. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem quantitativa. Foi aplicada a pesquisa bibliométrica como técnica de coleta de dados para revisar a literatura utilizando indicadores bibliométricos. Para efetuar a revisão de literatura foram selecionadas duas bases de periódicos científicos: Web of Science e Scopus. A amostra coletada foi sistematizada e analisada com auxílio dos softwares Microsoft Excel e RStudio. A amostra tem média de 22,9 citações por documento e o montante de 93.557 referências utilizadas. Com uma taxa de crescimento anual de 16,6%, a distribuição dos estudos abrange um período de 1999 a 2023. A afiliação mais relevante da amostra está localizada no país mais produtor (China, 454), é a South China University of Technology (SCUT), uma das principais universidades da China, onde seus pesquisadores produziram 32 estudos da amostra. A amostra apresentou 2.920 autores, desses 84% produziram apenas um estudo enquanto 0,02 % dos autores produziram mais de cinco estudos. Os autores que mais publicaram foram: Sacha Kraus (20), Wojciech Czakon (14), Ben Niu (14), Frédéric Le Roy (12) e Paavo Ritala (11). Os autores possuem diferentes origens e afiliações, mas compartilham interesses de pesquisa. Embora suas abordagens e focos específicos possam variar, é possível identificar algumas semelhanças e sobreposições em seus campos de estudo. Com esta análise de frequência das palavras-chave é possível observar o distanciamento entre coopetição e governança, indicando que os pesquisadores ainda não trabalharam a relação direta entre os dois constructos. Os resultados mostram o desenvolvimento dos estudos sobre coopetição e governança. No entanto, ainda há um distanciamento entre os constructos que pode indicar uma lacuna proeminente de pesquisa. As limitações do estudo compreendem o uso de duas bases de dados, o que pode ter limitado a amostra e as análises. Outro ponto que influencia a representatividade dos resultados são os parâmetros da busca, que podem ser aperfeiçoados em uma busca futura para melhores resultados. A relação entre a governança turística e a coopetição turística é pouco explorada instiga muitas pesquisas futuras. A partir destes resultados novas pesquisas devem investigar a relação teórica entre governança e coopetição para avançar no conhecimento acerca destes constructos.

Palavras-chave: Turismo; Governança turística; Coopetição turística; Bibliometria

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI, COMO PRINCIPAL INSTITUIÇÃO DE APOIO NA FORMAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Maico Fachini, Lucas Silveira Tosi, Bruna Barbosa Mendes, Caroline Cristina Francez, Gustavo Daniel Soares, Thaynan Leite Fragoso, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

Ao longo de mais de cinco décadas, a Universidade do Vale do Itajaí vem contribuindo com a formação dos operadores de Direito em nosso país. Visando um melhor conhecimento do cenário, bem como das influências na formação dos Magistrados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para fins de mapeamento e compreensão de novas demandas, com a presente pesquisa de modo geral, objetiva-se efetuar um levantamento dos atuais magistrados que tiveram formação na graduação ou pós-graduação relacionada a UNIVALI. Como objetivos específicos indicamos: verificar quantos magistrados atualmente tiveram passagem em Cursos relacionados a UNIVALI; analisar quais os Cursos que tiveram maior quantidade de servidores como acadêmicos; pesquisar eventuais propostas de Cursos inovadores para uma melhor recepção no Ambiente Jurídico e fins sociais. A inserção comunitária da UNIVALI perpassa pela própria formação de operadores do Direito e ainda, atividades secundárias ao próprio Poder Judiciário, especialmente em conjunto com Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Sendo o Curso de Direito criado juntamente com a própria instituição, como podemos observar: o registro do primeiro documento oficial da Sociedade Itajaiense de Ensino Superior, que previa o funcionamento de duas faculdades: a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No dia 22 de setembro a Sociedade deixa de ser iniciativa privada para tornar-se, via Lei Municipal, uma instituição pública. Nesta toada, o Curso de Direito teve seu reconhecimento estabelecido pelo Decreto Federal nº 69.799, de 15/12/1971, demonstrando o comprometimento com os acadêmicos que puderam iniciar seu Curso na década anterior. Com os dados coletados, observa-se que do total de 78 magistrados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina analisados e lotados nas 40 comarcas que compõem as regiões administrativas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina do Extremo Oeste e Vale do Rio do Peixe, 43 não possuem currículo Lattes, sendo que destes, apenas 1 respondeu aos e-mails enviados às varas em que eram lotados, informando os dados pertinentes à pesquisa. Retirando da matriz os 42 magistrados que não foram encontradas as informações no currículo Lattes e que não forneceram os dados acadêmicos por e-mail, foram analisados dados de apenas 36 magistrados. Assim, quanto à formação acadêmica de magistrados que se graduaram e/ou se especializaram na UNIVALI, constatou-se que 6 (17%) se graduaram; nenhum (0%) cursou pós-graduação *lato sensu*; 1 (6%) cursou o mestrado; 1 (2,5%) cursou o doutorado e 1 (1,25%) cursou o mestrado e doutorado na instituição. Contata-se que 9 juízes realizaram parte de sua formação acadêmica na UNIVALI, o que representa 25%. Os 36 magistrados se formaram em 18 instituições de ensino superior diferentes, sendo 6 do estado de Santa Catarina; 4 do estado do Paraná; 2 do estado do Rio Grande do Sul; 2 do estado de Minas Gerais; 2 do estado de São Paulo; 1 do estado do Rio de Janeiro e 1 do Distrito Federal. Dos três juízes com doutorado, dois defenderam seus doutorados pela UNIVALI e um na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Infere-se que apesar dos dados serem promissores, estão incompletos, visto que no universo da pesquisa, apenas foi obtido informações referentes a 36 magistrados. Na Grande Florianópolis foi constatada a existência de 60 Magistrados. 10 Retornaram ou possuem Lattes, sendo com formação na UNIVALI; 01 frequentou a Graduação e outros dois o Mestrado em Ciência Jurídica. Na Região Norte do Estado, após a realização da pesquisa ficou evidente a influência da UNIVALI na formação acadêmica dos Magistrados, onde pode se verificar que dos 176 Juízes verificados, 64 juízes realizaram algum curso na UNIVALI, 67 não realizaram nenhum curso na UNIVALI e 45 não conseguimos os dados, pois os mesmos não tinham cadastro no Currículo Lattes e no Escavador e, além disso, não responderam os e-mails que foram encaminhados. Dessa forma, ficou indubitável a pertinência da Instituição na formação acadêmica dos Magistrados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O Método a ser utilizado na fase de Investigação será o indutivo.



Palavras-chave: Magistrados; Pesquisa

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



DEMOCRACIA E CIDADANIA SOB O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA E DA INTERNET DAS COISAS

Marcel Damo Starling, Matheus de Andrade Branco

Direito - Direito Público

Esta pesquisa possui como objetivo geral analisar o impacto da tecnologia, mais precisamente por meio da Inteligência Artificial e da Internet das Coisas, na ideia de Democracia e Cidadania digitais, no contexto do Mundo colaborativo proposto por Rifkin. Entre os objetivos específicos estão: 1) Analisar o fenômeno da Globalização, em suas diversas dimensões; 2) Demonstrar as interferências da Inteligência Artificial no âmbito do Direito e da Política; 3) Definir o conceito de mundo colaborativo; 4) Examinar os impactos da inclusão digital na Cidadania; 5) Examinar os impactos da inclusão digital na Democracia. Denota-se que a relevância científica está na demanda pelo entendimento dos impactos da tecnologia nas mais diversas áreas da ciência pois, ao passo que favorece a integração, exige compreensão e brio por parte das pessoas que irão utilizá-la. No tocante a relevância social, reside no fato de que fomenta a inclusão social, por meio de uma perspectiva tecnológica, empenhando-se na utilização dessa técnica para o fortalecimento da cidadania. A pesquisa em voga realiza-se embasada no seguinte problema: a inteligência artificial e a internet das coisas podem colaborar com os ideais democráticos da cidadania e da Inclusão, sob a perspectiva digital? que tange a metodologia, o método de pesquisa empregado varia conforme a fase do projeto: na fase de investigação, foi empregado o método indutivo além do cartesiano e, no texto final foi assentado a base de lógica indutiva. Em relação aos resultados encontrados, chegou-se, dentre outros apontamentos: a inclusão digital está afetando os processos democráticos, mesmo como a ampliação do acesso à informação e a possibilidade de participação direta dos cidadãos por meio de plataformas online; já há presença dos recém formados algoritmos de rede sociais na esfera política ao ponto de solidificar profundas mudanças para a dinâmica política, redefinindo a forma como as decisões são tomadas, as políticas são formuladas e a participação cidadã é exercida; a inclusão digital, ainda é um conceito utópico, visto que ainda não atinge todos os cidadãos e até mesmo uma parte que possui ferramentas de inserção neste mundo virtual ainda carecem de formação e educação para efetivamente se transformarem em Cidadãos Digitais e Prosumidores; para que se alcance, senão a totalidade, mas a maioria dos cidadãos, é necessário que haja esforço por parte do Poder Público par inserir os cidadãos, socialmente e digitalmente. A partir dessa inclusão, a sociedade pode almejar a mudança de paradigma, assumindo um maior protagonismo tanto nas relações quanto na participação política.

Palavras-chave: Internet; Direito; Algoritmo

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

MÍDIA E PODER: DO ESTRUTURALISMO A PÓS-MODERNIDADE

Marcelo Azeredo, Maria Eduarda dos Passos

História - História do Brasil

Os processos semânticos filológicos são axiomas elementares à comunicação que permite processo civilizatório para as comunidades humanas edificarem suas estruturas cívicas fundamentais, são complexos os meandros linguísticos consolidados ao longo da história, ao longo do estudo foram considerados como certo os processos de poder sociopolíticos econômicos e culturais intrínsecos a estas estruturas, sendo essenciais para a formação e consolidação do mundo atual, pós-moderno. Os estudos da semiótica em suas múltiplas possibilidades analíticas nos permitiram pensar a linguística como elemento de poder fundador entre as civilizações humanas, assim a mídia como complexo sistema de comunicação presta serviço fundamental a manutenção ou ruptura entre os discursos predominantes entre os atores sociopolíticos e culturais do meio humano. O estruturalismo foi pensado como edificante aos processos históricos constituídos que nos trouxeram até o presente para avançar nos estudos que nos permitem estabelecer relações compreensivas para as tratativas pós-modernas a qual estamos inseridos nos contextos contemporâneos, tendo em vista as características desse contexto histórico, seus impactos no presente e futuro. Os objetivos dispostos foram de realizar pesquisas analíticas de caráter revisional bibliográfico que permitiram evidenciar e conceitualizar os termos: Mídia - Sistemas de Poder - Pós-modernidade - em suas múltiplas possibilidades de interpretação no contexto de nossas sociedades contemporâneas, com foco à educação contemporânea no colégio de Aplicação da Univali. A metodologia para as pesquisas envolvidas no projeto deu-se pelo viés de revisões bibliográficas orientadas. As análises críticas provenientes do processo dialético de confronto ideológico e teórico permitiram resultados interpretativos e conseqüentemente propostas de intervenção à situação problema referida, tendo como desafio ao estudante orientando adequar suas perspectivas analíticas às normativas institucionais acadêmicas. O estudo proporcionou a evidência da crise mundial mais recente e suas causas, sendo entendido que o principal foco é o emocional humano, afetando diretamente a saúde social. Junto disso, o controle midiático sobre uma grande massa, compactua com os discursos manipuladores baseados nas referências bibliográficas, afirmando ideias, formas políticas e compactuando com a ruptura da democracia, demonstrando o poder existente na pós-modernidade a partir de processos estruturais, sendo pouco analisados em um mundo de rápidas mudanças. Assim, aceleração dos avanços tecnológicos e suas conseqüências na margem social afetam diariamente os processos intrínsecos falados no começo do estudo.

Palavras-chave: Mídia; Sistemas de poder; pós-modernidade

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



EXCLUSIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS JURÍDICOS A PARTIR DO RELATÓRIO DA JUSTIÇA EM NÚMEROS

Marcielen Roberta de Fátima Mello, Natan Ben-Hur Braga

Direito - Direito Público

Objetivando combater a improbidade administrativa, que diz respeito a atos corruptos, ímprobos e imorais no âmbito do Poder Público, foram estabelecidos diplomas normativos que determinam as fontes da regulamentação, definem as condutas ilícitas, bem como as penalidades e sanções aplicáveis. O primeiro diploma é a Constituição Federal de 1988, com destaque para o artigo 37, §4º, que trata das penalidades para atos ilegais. O segundo é a Lei 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, a qual descreve, sobremaneira, nos artigos 9º a 11º, as condutas que configuram a improbidade, classificando-as em três modalidades com base no objeto da violação ímproba. Referida norma sofreu alterações substanciais por meio da Lei 14.230/2021, principalmente no que se refere à caracterização da improbidade e à legitimidade ativa para a ação judicial por improbidade. Atualmente, a lei exige que a improbidade seja configurada apenas por condutas dolosas (art.1º, §2º). Quanto à legitimidade para a ação de improbidade, a Lei 8.429/92 originalmente permitia que tanto o Ministério Público quanto a pessoa jurídica interessada propusessem a ação (art. 17), isto é, o Ente Público que sofreu o ato, seja União, Estado ou Município. No entanto, a Lei 14.230/2021 alterou o texto para autorizar apenas o Ministério Público a propor a ação de improbidade. É importante mencionar que essa mudança foi declarada parcialmente inconstitucional pelas ADIs 7042 e 7043, restabelecendo a legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas. Embora as ADI's tenham impedido a restrição da legitimidade ativa, a manutenção dessa alteração no dispositivo legal poderia ter diversos impactos jurídicos negativos, perspectiva motivadora da presente pesquisa, levando-se em consideração os dados estatísticos do CNJ e do MPSC durante o lapso entre a alteração legislativa e o julgamento das ADI's, limitando referida análise aos impactos no estado de Santa Catarina. O problema da pesquisa é caracterizado pela análise das modificações legislativas na Lei de Improbidade Administrativa, sobremaneira, acerca da supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação de improbidade administrativa, hipótese que, se mantida, poderia representar grave limitação ao amplo acesso à jurisdição (CF, art. 5º, XXXV), violando a autonomia da Advocacia Pública e comprometendo a proteção da probidade pública. O estudo foi realizado, primeiramente, a partir de pesquisa aprofundada sobre improbidade administrativa, leitura das leis de regência, das decisões emanadas pelo STF, bem como da colhida de informações do MPSC, jurisprudências do TJSC e dos dados estatísticos do CNJ. Quanto à Metodologia, este estudo adotou predominantemente uma abordagem dedutiva. A coleta do conjunto de informações reunidas foi conduzida inicialmente para estabelecer uma base sólida de conhecimento. A partir desse ponto, as análises estatísticas expressas na pesquisa, bem como as observações de campo, seguiram uma lógica indutiva para obter conclusões específicas e fornecer uma análise abrangente do problema em estudo. Essa abordagem metodológica permitiu uma compreensão aprofundada dos impactos jurídicos referente a limitação da legitimidade ativa. Não obstante a limitação poderia concentrar expertise, promover uniformidade na aplicação da lei, reduzir a burocracia e economizar recursos, como principais resultados, conclui-se que essa limitação nas ações por improbidade administrativa ao Ministério Público apresenta preocupações negativas, como o monopólio de poder, a redução da participação da sociedade civil, ou seja, organizações e instituições, nos processos de combate à improbidade administrativa, sendo essa essencial para manter um governo mais transparente, mas, sobremaneira, uma grave violação ao combate a corrupção e improbidade, violação ao amplo acesso à justiça, a autonomia da Advocacia Pública e comprometendo a proteção da probidade pública, refletindo também nas ações já ajuizadas pelos entes públicos interessados, resultando em impactos jurídicos e financeiros.

Palavras-chave: Improbidade Administrativa; Legitimidade Ativa; Acesso à Justiça



A NATURALIZAÇÃO DE APÁTRIDAS COMO UMA POLÍTICA ESTATAL DE ACOLHIMENTO: UMA ANÁLISE COM BASE NOS CASOS DE PERDA DE NACIONALIDADE NO SÉCULO XXI

Maria Clara Batista, Marcos Vinicus Viana da Silva

Ciência Política - Políticas Públicas

O projeto de iniciação científica “A naturalização dos apátridas como uma política estatal de acolhimento: uma análise com base nos casos de perda de nacionalidade no século XXI.” tem como o objetivo verificar a existência de políticas públicas de naturalização dos migrantes sem pátria nos países de destino, verificar quais são os casos de perda de nacionalidade no século XXI e de modo geral, analisar, dentro do cenário da sociedade e do direito internacional, quais são os países destino dos migrantes sem pátria, e se eles criam mecanismos de naturalização, como mecanismo de políticas públicas. A Convenção Sobre os Estatutos dos Apátridas de 1954, designa “apátrida” como toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo sua legislação, como seu nacional. O direito à nacionalidade, geralmente definido constitucionalmente, gera para o Estado a obrigação de proteger seus súditos, garantindo, sob sua jurisdição, o respeito aos seus direitos fundamentais. No Brasil, assim como na maioria dos países, o critério de nacionalidade é geralmente definido pelas expressões em latim “jus solis” e “jus sanguinis”. Em português, entendem-se como “direito de sangue” e “direito de solo”. Indivíduos apátridas, porém, não se adequam a nenhuma categoria destas citadas e que são adotadas pela maioria dos países. Muito confunde-se o termo “refugiado” com o termo “apátrida”. “Refugiado” é o migrante que, além de sofrer perseguição, seja por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, não tem nacionalidade comprovada e não quer (ou não pode) voltar ao país onde tinha sua residência habitual. A condição de apátrida, por sua vez, surge da constatação, pelo Estado acolhedor, da inexistência ou da impossibilidade de comprovar o vínculo jurídico de nacionalidade entre uma pessoa e um Estado, nos termos da legislação aplicável do Estado de origem. Estima-se que em todo mundo, existam doze milhões de apátridas. O conjunto de acordos que regem a situação dos apátridas mundialmente estão estabelecidos principalmente na Convenção dos apátridas (1954); Convenção sobre a Redução dos Casos de Apatridia (1961); na Nova Lei de migração (2017) e pela ACNUR (Alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados). A Existência para este fenômeno pode ocorrer por diversos motivos, sendo eles a discrepância entre os modos de aquisição da cidadania do destino e da origem dos migrantes, o direito a nacionalidade estabelecido por cada país, as perseguições e punições de origem política e a complexibilidade de reconhecer como cidadãos as pessoas que habitavam um país que foi extinto, entre outras. Os materiais utilizados para esta análise foram, principalmente, bibliográficos e disponibilizados pelo professor orientador, bem como a base de dados online, como vídeos nas plataformas digitais e matérias sobre o tema. Ademais a isto, o método de investigação é o dedutivo, à medida que se partiu de um tema mais amplo para um mais restrito. A relevância da pesquisa encontra-se no fato de que atualmente, em todo o mundo, existem cerca de 4,2 milhões de pessoas sem nacionalidade ou passaporte vivendo em 76 países. Isso significa que este grande número de pessoas não pode ter acesso à educação, serviço básico de saúde, contas bancárias e principalmente, direitos básicos de cidadão e proteção do estado. Foi possível concluir que o Brasil tem assegurado, por meio de sua legislação, procedimentos de determinação de apatridia, assim como mecanismos para naturalização facilitada para pessoas reconhecidas como apátridas. Estes mecanismos propiciam às pessoas um status legal que permite residência e garante direitos humanos básicos e acesso aos serviços públicos. Além disso, a pesquisa possibilitou a análise do conjunto de tratados à respeito da apatridia pelo mundo e como o tema vem sendo tratado internacionalmente ao longo dos anos.

Palavras-chave: Apátridas; Naturalização; Políticas Públicas

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



A CRIAÇÃO DE VALOR E O MODELO DE GESTÃO HOTELEIRA DE INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL: UMA ABORDAGEM GERADA POR MEIO DA VISÃO DOS COLABORADORES E HÓSPEDES

Maria Fernanda Lima Manzi, Sara Joana Gadotti dos Anjos

Turismo - Turismo

O Setor Hoteleiro se depara com desafios cada vez maiores de administrar seus recursos e se manter competitivo, principalmente após período pandêmico e as crises econômicas subsequentes. Nesta perspectiva, a inovação é essencial, organizações no mundo complexo e ambíguo de hoje utilizam essa estratégia. Porém, se faz necessário uma reavaliação de seus modelos de gestão, verificando as capacidades de inovar e por consequência a geração de valor. O cliente que agora está mais informado, seletivo e exigente na busca de suas experiências de consumo, tendo maior capacidade de escolha, torna-se exige quanto a uma maior geração de valor das empresas. Embora a empresa não esteja mais no papel central de toda a criação de valor, é um catalisador por meio do qual a criação de valor pode ser ativada, moldada e acelerada. Com esse cenário apresentado, a pesquisa teve o objetivo de Analisar a Criação de Valor a partir do Modelo de Gestão Hoteleira de Inovação Organizacional por meio da visão de colaboradores e hóspedes. Foi aplicado um questionário com funcionários de cargo operacional e gerencial em 10 hotéis da região urbana de Manaus/AM. As dimensões investigadas de Liderança Transformacional, Comportamento Criativo, Capacidade de Inovação e Oferta de Valor foram avaliadas acerca de sua plausibilidade e confiabilidade. Após valores médios ponderados calculados, correlações de Spearman responderam a existência de correlações significativas. Em relação a percepção dos hóspedes, uma abordagem de classificação hierárquica descendente foi feita com os comentários dos hotéis no TripAdvisor. Emergiram sete classes que refletem aspectos da localidade, atrativos, relacionamento, excelência e qualidade de serviço, infraestrutura e comunicação.

Palavras-chave: Criação de valor; inovação organizacional; modelo de gestão; percepção do funcionário; percepção do hóspede

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI

A INCLUSÃO DIGITAL DE FORMA IGUALITÁRIA E A EFETIVIDADE DO ODS 16 À AGENDA 2030 DA ONU

Maria Fernanda Tabora Petersen, Matheus de Andrade Branco

Direito - Direito Público

O presente trabalho expõe a ideia da inclusão digital através da ODS 16 da ONU, sendo um direito fundamental e que apresenta suas influências no contexto atual. Com o surgimento, diante da evolução tecnológica no mundo, onde percebeu-se que vêm conquistando cada vez mais espaço no dia a dia das pessoas, de forma que alcançaram também o judiciário brasileiro. Esse cenário ampliou-se, devido a pandemia do Coronavírus trazendo significativas mudanças e tornando a Justiça cada vez mais eletrônica. Entretanto, não se pode esquecer que o fato apesar de benéfico como forma de acesso, pode limitar-se ao exercício do direito fundamental de acesso à Justiça, visto que, uma grande massa de brasileiros não possui acesso à internet ou se quer tem conhecimento de como é a sua funcionalidade para utilizar a fim de acessar a Justiça. Inicialmente, tem-se que o acesso à Justiça é um direito fundamental estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), que faz reverência no inciso XXXV de seu art. 5º o chamado Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional, também identificado como Acesso à Justiça ou direito de ação. De outra forma, significa ainda, dizer que além desse princípio os cidadãos esperam algo do Estado, pois o direito de ação, como toda a ordem jurídica, está intimamente ligado à ideia de Estado. Tendo isso, o Poder Judiciário implementou a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas). A agenda foi de fato aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018, nos termos da Resolução A/RES/72/279. Dentre os ODS da agenda, encontra-se aquele que buscará promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ODS 16). Considerando que o acesso à Justiça se dá, na atualidade, quase que exclusivamente pela via eletrônica, e que boa parte dos cidadãos ainda não possuem acesso aos meios eletrônicos e/ou não detêm as habilidades necessárias para o acesso à Justiça por essa via, faz-se necessária a promoção de uma inclusão digital do cidadão para esse fim, em atendimento, inclusive, aos comandos legais. Entretanto, não é suficiente que o cidadão saiba operar essas ferramentas, de modo que se deve analisar as necessidades específicas de cada âmbito da sociedade, para que o indivíduo seja capaz de desenvolver aplicações e processos. Nesse caso, a fim de que o cidadão saiba proteger seus direitos pelo acesso à Justiça eletrônica. Conclui-se, que o acesso à justiça deve ser respeitado e compreendido sendo direito básico dos direitos humanos. Com ele, é possível através do Poder Judiciário ter uma ordem justa. Ainda que não seja totalmente efetivo para uma parcela considerável da população brasileira, o Judiciário vem tentando de forma cada vez mais intensa proporcionar acessibilidade, justamente o Brasil aderiu à agenda 2030 da ODS, proposta pela ONU, de forma que dentre esses objetivos, encontra-se o de proporcionar acesso à justiça a todos os cidadãos e promover um Judiciário inclusivo.

Palavras-chave: Inclusão digital; ODS; Justiça

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, TEORIA EDUCACIONAL E TEORIA DEMOCRÁTICA: elementos para uma atribuição de sentido político ao que se ensina na escola

Maria Rafaella Costa Campos, Ewerton Colsani, GILMARA TEREZINHA DA SILVA, Leticia dos Santos, Juscilene Maria Soares, Rodrigo Mioto dos Santos

Direito - Direitos Especiais

Os últimos anos trouxeram para o debate público um movimento político intitulado “escola sem partido”, que no essencial defende a tese de que o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. Paralelamente e entrelaçado a tal movimento, surge a crítica ao que se convencionou denominar de “ideologia de gênero”, que seria algo como uma doutrinação de crianças e adolescentes em conceitos que contrariariam as visões de mundo dos idealizadores da crítica. Ocorre que a Constituição brasileira de 1988 estabelece não apenas a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (art. 206, II), mas também o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (art. 206, III), além de haver em nosso País todo um arcabouço normativo, que podemos dizer centrado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que conclama os educadores a trabalharem questões sensíveis dos Direitos Humanos e, portanto, da democracia. Ou seja, a pesquisa partiu da constatação de que há elementos normativos que obrigam a uma educação democraticamente engajada e embasada nos direitos humanos, o que envolveria, sim, o ingresso da escola em temas sensíveis do plano dos Direitos. Nesse sentido, a proposta formulou o seguinte problema de pesquisa: em que medida o arcabouço normativo referente à Educação em Direitos Humanos aponta para a necessidade, em um contexto de aproximação entre teoria democrática e teoria educação, de uma escola política e democraticamente comprometida? Para responder a essa questão, delimitou-se três grandes fases pautadas no método dedutivo: (a) identificação da concepção de educação em direitos humanos dada pelos marcos teóricos nacionais e internacionais; (b) o resgate histórico-teórico sobre o afastamento entre teoria democrática e teoria educacional (c) a densificação da educação em direitos humanos como elemento-chave de reaproximação entre teoria educacional e teoria democrática. A pesquisa se desenvolveu inicialmente com uma detida análise dos marcos legais (nacionais e internacionais) referentes à educação em direitos humanos e a uma síntese que deles extraísse a essência (ou elementos-chaves) da educação em direitos humanos. Esse trabalho foi conectado a normas constitucionais, gerando uma explicitação do dever normativo de educar em direitos humanos como elemento central do próprio direito à educação. Em seguida, mostrou-se como - no campo da subjetividade e da ação política - movimentos como “escola sem partido” e os críticos da “ideologia de gênero” situam-se no contexto de ataque aos avanços normativos ocorridos no Brasil pós-1988 em matéria de educação para a democracia, em um nítido processo de tentativa de retorno a uma educação conservadora, quando não reacionária. Por fim, a partir da análise de que teoria democrática e teoria educacional sofreram um afastamento na primeira metade do século XX, a pesquisa defende que é a educação em direitos humanos - por meio de todo o arcabouço normativo e teórico construído da segunda metade do século XX em diante, especialmente após a Conferência de Viena - que as reaproxima, exigindo uma educação democrática, que tem no preparo para o exercício da cidadania um de seus principais vetores, e que faz dos direitos humanos e dos direitos fundamentais elementos centrais e do processo de formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, colocando na inconstitucionalidade todo e qualquer processo educativo formal que não se centre em uma educação material voltada para os direitos humanos.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; Teoria democrática; Teoria educacional

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ESPAÇOS, TEMPOS E VIVÊNCIAS PELO OLHAR DAS CRIANÇAS

Maria Vitoria dos Santos Lueckmann, Daniela Gomes Medeiros

Educação - Planejamento e Avaliação Educacional

Desde a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB/9394/96) o ensino fundamental é obrigação do Estado e família. Com a obrigatoriedade de nove anos, a matrícula no ensino fundamental torna-se obrigatória a partir dos seis anos de idade por meio da Lei nº 11.274/2006. A partir dessa situação, essa pesquisa busca descortinar a educação infantil, o ensino Fundamental e sua transição a partir do olhar das crianças. Ao ouvi-las foi possível compreender suas vivências durante ambos os períodos e a transição entre eles, de maneira que pudesse ser analisado. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017) a interação das crianças em brincadeiras é uma característica do cotidiano da infância, trazendo muitos aprendizados e potenciais para o desenvolvimento da criança. Ainda segundo o documento normativo que orienta tanto a educação infantil e o ensino fundamental, verifica-se que o início da vida escolar não pode se tornar uma quebra de expectativas, gerada por conta de rupturas. Entendemos a partir da leitura do documento (BRASIL, 2017) que a transição entre essas duas etapas- educação infantil e ensino fundamental, ambas do ensino básico, necessitam de um equilíbrio entre elas. Tendo isso em vista, temos como questão condutora para esta pesquisa: Qual a perspectiva das crianças sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental? Com o propósito de compreender este processo, faz-se essencial a perspectiva das crianças sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Para este estudo traçamos como objetivos específicos: Conhecer as interações criança/criança e criança/adulto nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pelo olhar das crianças; Descrever as vivências realizadas nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pelo olhar das crianças; Conhecer o que se aprende nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pelo olhar das crianças; Identificar a concepção das crianças sobre como é viver a infância na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Para alcançar tais objetivos, foram realizados dois encontros, tendo seus instrumentos de intervenção uma entrevista semiestruturada e o desenho das crianças, que por referir-se a pesquisa com crianças, este foi o ponto principal da análise (CHRISTENSE/JAMES, 2005). O primeiro encontro ocorreu em dezembro de 2022 onde as crianças estavam no quarto ano da educação Infantil, e o segundo em abril de 2023, com as crianças já no primeiro ano do Ensino Fundamental. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univali segundo a resolução 466/12 da CONEP. Apresentou-se por meio da pesquisa e diante das falas das crianças que a transição da educação infantil para o ensino fundamental evidencia uma ruptura que é sentida quando expressam o desejo de um tempo maior para o brincar e se “sentir livre”, na educação infantil eles demonstram que as interações com seus pares, com os adultos e com espaços são de certa forma mais lúdicas, permitindo explorar mais livremente os ambientes, os objetos, o corpo, o movimento e a oralidade. O ensino Fundamental tem seu viés centralizado na alfabetização e letramento, a aprendizagem tem como foco a leitura e escrita o que permeia toda vida escolar da criança, restringindo os momentos livres, enfatizam práticas cotidianas determinadas pelos adultos organizando em tempos nos diversos ambientes escolares.

A pesquisa deixa claro que a criança ao ingressar no primeiro ano do ensino fundamental tem sua aprendizagem centralizada no ato de ler e escrever, esta prática se naturalizou diante disto pouco ou nada é discutido, o que sugere a necessidade de pensar uma nova perspectiva para que a ruptura não seja tão drástica.

Palavras-chave: Criança; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Transição educacional

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



A LEI DE MIGRAÇÕES E A REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL DE MIGRANTES: SUA EFETIVAÇÃO A PARTIR DO ATENDIMENTO DE MIGRANTES PARA REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA NO VALE DO ITAJAÍ

Mariana Zilli Dorigon Machado, Rafael Padilha dos Santos

Direito - Direito Público

Os direitos humanos são universais, aplicáveis em todos os países, independentemente de seu ambiente político ou social. A liberdade de ir e vir ou de movimento é compreendida como um direito humano, assegurado através de tratados e documentos internacionais além de legislações pertencentes ao ordenamento jurídico de nações democráticas. Portanto, quando debatemos ou discutimos sobre a liberdade de ir e vir reconhecendo ser um direito humano fundamental, é inevitável nos depararmos com a temática que envolve a migração internacional, sendo o termo Migrante a denominação utilizada a qualquer pessoa que se muda para outro país, no qual não seja seu país de origem em busca de melhores perspectivas de vida, objetivando escapar do desemprego, da pobreza, da guerra ou da perseguição política presentes em seu país. Esses migrantes chegam ao novo país em sua maioria sem saber falar a língua local, vindos de uma cultura diferente, o que dificulta a eles obterem informações necessárias, fragilizando seu processo de integração e consequentemente essa situação acaba favorecendo situações de discriminação, exploração e exclusão social. Conforme o que é preconizado pelos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e incorporadas a legislação nacional, o Brasil prevê a inclusão dos migrantes em programas que possam auxiliá-los a aprender a língua portuguesa, adquirir habilidades profissionais e ter acesso a serviços sociais oferecidos no país, assegurando o direito à vida e à integridade pessoal, o acesso a serviços sociais e de saúde, e o direito ao trabalho a todos os migrantes estrangeiros que residem no país. E a regularização de documentos passa a ser compreendida como uma das formas de Inclusão social do migrante, é através dela que se garante o acesso aos serviços básicos e essenciais oferecidos no país, como saúde e educação, além de oferecer proteção contra qualquer tipo de discriminação, violência e exploração. Portanto, a regularização documental exerce a função social de incluir socialmente esses imigrantes a sociedade ao oportunizar o acesso aos direitos garantidos na Constituição. O Núcleo de Atendimento ao Migrante (NAM) na UNIVALI em Itajaí/SC, realiza atendimento a migrantes, tendo como foco de trabalho a Lei de Migrações e a regularização documental de migrantes no qual são residentes das cidades pertencentes ao Vale do Itajaí/SC. Através do serviço são atendidos migrantes de diversas nacionalidades, principalmente vindos de países no qual o Brasil tem acordo, como o Mercosul e países que fazem fronteira com o Brasil. Durante o ano de 2022, segundo dados extraídos da planilha de atendimentos, foram realizados 652 atendimentos a migrantes. Destes, tivemos três países com maiores registros de atendimentos, 65% são de nacionalidade Venezuelana, 14% Haitianos, e 8% Argentinos. Dos 652 atendimentos, 44% foram para solicitação de autorização de residência, ou seja, migrantes que estão solicitando a emissão Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) pela primeira vez. Portanto, a regularização de documentos para migrantes é de fundamental relevância para que o mesmo possa viver e trabalhar legalmente no Brasil. Sem esses documentos, os migrantes estarão vivendo à margem da sociedade, podendo enfrentar problemas legais sem nenhuma cobertura e acesso a serviços e benefícios do qual têm direitos, tendo em vista que é através da regularização que o migrante adquire esses direitos, como é o caso do direito ao trabalho, além do acesso aos serviços sociais e a livre circulação dentro do país.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Lei de Migrações, Regularização Documental.

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



40 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

Marina Horn dos Santos Espíndola, Camilly Vitoria Costa Roedel, Jaqueline Espíndola, Charles Alexandre de Souza Armada

Direito - Direito Público

O presente trabalho se desenvolveu a partir do projeto de pesquisa, que tem como coordenador o Professor Charles Armada, no âmbito do programa UNIEDU. A escrita desse trabalho se deu pela observação da grande importância que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) possui em nosso arcabouço jurídico ambiental. Além disso, em 2021, completaram-se 40 anos da sua publicação, evidenciando a pertinência de estudar como essa política impactou nosso contexto, evidenciar sua importância e compreender quais foram e, ainda são, os seus desafios para a proteção do nosso meio ambiente. Diante disso, a pesquisa se propôs a analisar a importância e os desafios da PNMA durante os 40 anos de vigência da lei. Assim, o estudo foi separado em cinco partes, sendo a primeira a introdução. Após, abordou-se a crise ambiental global, em seguida, a terceira parte contempla a temática dos biomas brasileiros. O quarto tópico aprofundou-se no estudo sobre a PNMA, perpassando a evolução da legislação ambiental, as inovações da PNMA, instrumentos e o que esperar para o futuro. Por fim, tem-se as considerações finais. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo e exploratório, sendo consultados livros, artigos científicos e legislações. Após a realização da pesquisa, percebeu-se que desde a vinda da coroa portuguesa, havia interesse nos recursos naturais do Brasil. Não de preservá-los, mas, sim, sobre o seu valor econômico. A partir da década de 60, especialmente, há uma mudança de pensamento. Começa-se a pensar no desenvolvimento desenfreado sem considerar as consequências ambientais. Ainda hoje, continua-se a alertar sobre os perigos do desenvolvimento sustentável, há diversos problemas que alarmam a sociedade e são parte do que se considera como crise ambiental global, por exemplo, a poluição do ar, os desmatamentos, as queimadas, a defaunação. Todos esses aspectos e muitos outros influenciam na perda do nosso ecossistema e, também, da biodiversidade mundial. Especificamente, quando vira-se o olhar para o Brasil, vê-se uma imensa biodiversidade, seis biomas que são extremamente importantes para o bem-estar do ser humano e para o controle do ecossistema. O Brasil possui 15% a 20% da biodiversidade mundial (PNUMA, 2019). Ao relacionar o progresso humano e a importância do meio ambiente, infere-se que a existência de legislações que regulam as ações humanas é fundamental. É nessa perspectiva que nasce a PNMA, com o objetivo de preservar o meio ambiente e de legislar acerca das ações do homem na natureza. Entre as suas inovações, pode-se citar treze instrumentos, em especial, o licenciamento ambiental, ou o seu art. 3º que traz conceitos para melhor compreensão e aplicação destes. Por outro lado, destaca-se algumas dificuldades encontradas ao implementar a política, como Problemas com a aplicação da lei, falta de capacitação dos profissionais, falta de fiscalização e problemas no desenvolvimento da função do CONAMA, entre outros. Como reflexão sobre essas dificuldades, fica a necessidade do Poder Público capacitar mais os seus profissionais. Além disso, se faz necessário uma constante vigilância nas novidades e inovações dos setores que atuam diretamente no meio ambiente, a fiscalização se faz imprescindível. Portanto, é impossível não observar a relevância da Política Nacional do Meio Ambiente e a sua importância para o Direito Ambiental. A lei nº 6.938/81 junto às demais legislações que a complementam tentam regular a ação do homem e frear o desenvolvimento desregrado. Tudo isso na tentativa de preservar o meio ambiente e reverter a situação que vivemos hoje. Há ainda muito a ser feito e cabe à sociedade civil, ao Poder Público e à iniciativa privada colaborarem entre si para que cada vez mais a biodiversidade do Brasil e os seus seis biomas sejam preservados.

Palavras-chave: Biodiversidade; Crise global; Legislação Ambiental

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E AS PROPOSIÇÕES DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Matheus Dal Carobo Rigatti, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

O artigo científico trata-se sobre os estudos da função social da propriedade e a sua constitucionalização. O tema proposto possibilitou a ampliação do que é a propriedade fazendo um panorama histórico e filosófico como também política, o estudo foi além do que fora ensinado nas disciplinas de direitos de posse e propriedade e direitos constitucional, pois as propedêuticas ampliaram o entendimento sobre a propriedade e o porquê de sua constitucionalização, indo além de mero aspecto econômico. Daí que o estudo se aprofundou para ir além do entendimento da propriedade e olhar para a sua função dentro de uma sociedade, sendo a partir deste estudo o aprofundamento na constitucionalização da função social da propriedade, onde fora pesquisado o que se entende como função social e quais as implicações de uma propriedade que não se classifica como social e até contrário ao social. Utilizou-se o método dedutivo por meio da pesquisa bibliográfica com base em obras clássicas, periódicos e artigos científicos. O objetivo do artigo visou o entendimento da propriedade e de sua inscrição como função social nas Constituições. O artigo está estruturado desde a origem da propriedade com o seu aspecto religioso e de seu direito na historicidade romana, da propriedade inserida nas gerações de direito, bem como constitucionalização da propriedade e seu atrelamento com a função social. Exatamente a função social é o estudo chave, pois a sua constitucionalização tira o caráter egoístico da propriedade e coloca entre fatores primordiais para a liberdade e geração de riquezas, assim, o artigo científico se resume na seguinte linha: Desde a origem da propriedade, desde a pré- civilização até a sociedade pós-moderna, após verifica-se que o direito de propriedade reside em todos os seios das gerações de direito, influenciando tanto na liberdade individual, como na harmonia e desenvolvimento da sociedade. Existindo a afirmação como um direito fundamental durante o modernismo, refletindo determinado direito fundamental na Constituição do recente país independente Brasil, surgindo como um direito fundamental ainda individualista inspirado nas Constituições européias até inserir o termo função social e a sua interpretação visando sempre o interesse social nas Constituições posteriores até a atual. Chegando ao resultado que a propriedade só deve existir dentro dos parâmetros de sua função social na sociedade no qual está inserida.

Palavras-chave: Direito de propriedade; Constituição; Direitos humanos; função social

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL: ENTRE O TOMBAMENTO E O USO EM CIDADES DE SANTA CATARINA

Maykon Daniel Hundenski, Charlene Brum Del Puerto, Francisco Antonio dos Anjos

Turismo - Turismo

Este trabalho foi desenvolvido por um docente orientador e uma doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria- PPGTH, em alinhamento à sua tese de doutorado, e um graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Em uma análise prévia, obtiveram-se o registro dos bens tombados, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste e Norte e o arrolamento dos diferentes marcos normativos de proteção ao patrimônio material. O patrimônio cultural, em sua esfera material no Brasil, dispõe de políticas públicas de proteção e preservação que visam sua perpetuação. Para tanto, a forma mais usual de manter um bem patrimonial, se dá através do tombamento, um ato administrativo, realizado pelo poder público, previsto no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Porém, seu uso é mediado por relações de poder, que corroboram para a construção de determinadas narrativas. Logo, tomar é um ato político, mas também, identitário. Diante desse cenário, surge a indagação sobre até que ponto a utilização do patrimônio histórico tombado pelo IPHAN para fins turísticos e hoteleiros contribui ou não para a salvaguarda dos bens culturais em Santa Catarina. No âmbito conceitual, essa relação, que aparenta ser contraditória, efetivamente existe e demanda uma ampliação da concepção de patrimônio adotada, bem como a necessidade de requalificação por parte das entidades oficiais responsáveis pela preservação do patrimônio nacional, em suas diversas instâncias. Nesse contexto, o objetivo primordial deste estudo consiste na análise dos bens históricos tombados pelo IPHAN em Santa Catarina e como suas utilizações, tanto positivas quanto negativas, relacionadas ao turismo e hotelaria, podem desempenhar um papel na preservação e conservação do patrimônio cultural. A pesquisa que dá origem ao texto tem abordagem qualitativa, é do tipo exploratória com procedimento técnico de pesquisa bibliográfica documental e pesquisa de campo. Metodologicamente, realizou-se uma análise, dos Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas), no estado de Santa Catarina, compreendendo as cidades de Itaiópolis (SC), Laguna (SC) e São Francisco do Sul (SC), devido sua importância histórica, e seus respectivos patrimônio tombados pelo IPHAN. Ambas as cidades sediaram importantes eventos históricos que, somados aos fluxos migratórios dos diferentes grupos étnicos ocorridos a partir do século XIX, culminaram no desenvolvimento econômico e político do estado. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sendo possível inferir que o uso de edifícios, a serviço da sociedade em função turística e hoteleira, promove, mesmo que de maneira involuntária, a conservação preventiva dos patrimônios históricos, com base na perspectiva teórica de Le Goff (2013), Nora (1992), Pollak (1989 e 1992), Abreu e Chagas (2009), Gonçalves (2015), Hartog (2006), Choay (2017) e Hall (2019).

Palavras-chave: IPHAN; Turismo e Hotelaria; Patrimônio Cultural

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

CRIANÇAS E TELAS DIGITAIS: A COMPREENSÃO PARENTAL SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS E REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nathalia Martins Rocha, Josiane da Silva Delvan da Silva

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

O presente estudo buscou analisar como os pais compreendem o uso das tecnologias digitais pelas crianças identificando quais interferências do uso percebem sobre o desenvolvimento infantil. Através de objetivos específicos, buscou-se conhecer quais e como os pais fazem uso das tecnologias digitais atualmente; identificar o tipo de tecnologia digital, o tempo de uso e os conteúdos acessados pelas crianças na internet; caracterizar as formas de monitoria utilizadas pelos pais para a definição do tempo de tela e acesso aos conteúdos e descrever as consequências, segundo os pais, do uso das telas para o desenvolvimento das crianças. Os participantes da pesquisa foram pais e mães de crianças com idade até 4 anos, que utilizavam o Ambulatório de Pediatria de uma Unidade Especializada de Saúde, localizada no litoral norte catarinense. Para coleta de dados, foi utilizado um questionário sociodemográfico para a caracterização do perfil e a entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas. Em relação ao procedimento de coleta, os dados foram captados enquanto os pais aguardavam pela consulta em Pediatria. Os dados oriundos da entrevista foram analisados a partir da análise temática categorial e as informações obtidas pelo questionário sociodemográfico receberam tratamento estatístico por frequência simples. Em vista disso, ao analisar o perfil dos participantes, considera-se que as mães entrevistadas na pesquisa estão de acordo com as estatísticas brasileiras no que tange a idade para se tornar mãe, sendo que a média foi de aproximadamente 32 anos. Ainda, mais da metade dos participantes declaram estarem casados, assim como notou-se que os participantes possuem um bom grau de escolaridade. No quesito empregabilidade, denota-se que grande parte dos participantes alegam não exercer atividade laboral fora de casa neste momento, ocupando-se com os cuidados domésticos. Os resultados indicaram que a introdução e reforçamento do uso dos aparelhos digitais se dá, principalmente, em virtude de demandas dos pais, na medida em que mencionam utilizar-se da tecnologia para entreter a criança enquanto realizam outra atividade, ou para manejar comportamentos de birra dos filhos. Somado a isso, observou-se que o comportamento da criança é um fator o qual influencia no oferecimento das telas como forma de entretenimento, visto que os aparelhos digitais são utilizados como estratégia para regular o humor dos infantes. Quanto à mediação do uso das tecnologias digitais, apesar do reconhecimento de malefícios para o desenvolvimento infantil, observa-se a dificuldade na imposição de limites no tocante ao tempo de uso das telas. À vista disso, pode-se visualizar que tanto aspectos ligados às práticas parentais e as características da criança interferem no manejo das tecnologias digitais pelas crianças pequenas.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Parentalidade; Tecnologias Digitais.

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



DIRETRIZES PARA O DESIGN DE NEWSGAMES

Nicole Ewellin Tenorio de Oliveira, Eduardo Napoleao

Comunicação - Jornalismo e Editoração

Com a ascensão dos Newsgames, uma nova abordagem para a disseminação de informações sobre eventos na sociedade, tanto históricos quanto contemporâneos, se tornou evidente. Os Newsgames oferecem uma maneira visual e imersiva de absorver dados, tornando o processo informativo interativo, educativo e lúdico. Este artigo busca aprofundar a compreensão das características dos Newsgames, explorando o que define um jogo como sendo um Newsgame. A motivação para esta pesquisa surgiu da necessidade de entender com mais precisão as diferenças entre os Newsgames e outros tipos de jogos, além da narrativa, e abordar a falta de conteúdo disponível para teste, entre outros motivos. Para atingir esses objetivos, uma variedade de métodos de pesquisa foi empregada, incluindo pesquisa exploratória, explicativa, bibliográfica, descritiva e estudo de caso. A pesquisa exploratória ajudou a familiarizar-se com o tema, abrangendo sua história e impacto na sociedade. A pesquisa bibliográfica foi baseada em fontes confiáveis, como o livro "*Newsgames: Journalism at Play*" de Ian Bogost, Simon Ferrari e Bobby Schweizer. A pesquisa descritiva coletou dados quantitativos sobre os diferentes tipos de Newsgames e sua popularidade em diferentes países. Por fim, o estudo de caso comparou seis jogos, analisando suas interfaces, conteúdo, mecânica e jogabilidade. Os resultados da pesquisa destacaram as características distintivas dos Newsgames, enfatizando seu foco na apresentação de eventos reais da sociedade, em oposição à criação de uma narrativa fictícia, como é comum em outros tipos de jogos. O artigo também examinou individualmente seis Newsgames, revelando suas características específicas e como cada um aborda questões sociais de maneira única. Por exemplo, "September 12th" coloca os jogadores no papel de um soldado americano enfrentando dilemas éticos durante os bombardeios no Afeganistão após o 11 de setembro; "Missão Bioma" envolve os jogadores na defesa dos biomas brasileiros, educando-os sobre questões ambientais. Em resumo, este artigo aprofunda nossa compreensão das características distintivas dos Newsgames e sua influência significativa no campo do jornalismo e na sociedade como um todo. Ele fornece *insights* valiosos para os interessados na criação de jogos dessa categoria, sublinhando a relevância de adotar uma abordagem informativa e envolvente durante o processo de desenvolvimento de Newsgames.

Palavras-chave: Newsgames; Características; Desenvolvimento

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



RELAÇÕES EDUCATIVAS ENTRE TEXTO E IMAGEM: ANÁLISE SEMIÓTICA DE UM LIVRO DIDÁTICO SOBRE A HISTÓRIA DE UM MUNICÍPIO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ/SC

Nicole Ramos da Cunha, Laura Seligman, Rafael Jose Bona

Educação - Ensino-Aprendizagem

Os livros didáticos (LD) têm sido utilizados há muitas décadas no processo de ensinar e aprender nas escolas de todo o país. Nesse contexto, o município de Ascurra, pertencente ao Médio Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, tem narrado a história do município por meio de imagens e textos num livro didático intitulado História de Ascurra para a sala de aula, de autoria de Gabriel Dalmolin. Ascurra é um município com aproximadamente 8.021 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), com população, em sua maioria, descende de imigrantes italianos que chegaram à região por volta da década de 1870. A partir desse cenário foi definido o objetivo desta pesquisa que é analisar o livro didático História de Ascurra para a sala de aula por meio dos signos entre texto e imagem e suas relações educativas. Seus objetivos específicos são: (i) analisar as mensagens plásticas, icônicas e linguísticas do LD; e (ii) promover reflexão sobre o ensino da história do município de Ascurra por meio do LD. A pesquisa se classifica como documental e descritiva, de abordagem qualitativa e utiliza a técnica de análise semiótica observando a imagem a partir de três dimensões: plástica, icônica e linguística. Para a amostragem foram selecionadas, de forma aleatória, intencionais, quatro imagens de cada uma das quatro unidades do livro totalizando 16 imagens. Foi criado um quadro com quatro dimensões: uma delas com a imagem e o texto selecionado, uma com a descrição dos signos plásticos, uma com o dos icônicos e outra com a dos linguísticos para, em seguida, fazer o tratamento. Os principais resultados apontam que o livro didático possui consistência, em partes, nos signos entre texto e imagem. Foram percebidas também algumas lacunas de determinados conteúdos relacionados às imagens, as quais poderiam ser mais bem exploradas na obra. De uma forma geral, percebe-se, por meio das imagens analisadas, uma narrativa que constrói uma personalidade conservadora de seus antecedentes - corajosa, trabalhadora, religiosa, mantenedora das tradições e da família, capaz de enfrentar os mais árduos desafios e que, quando erra, o faz dentro de um contexto natural. Assim são representados os imigrantes e os líderes do município de uma forma geral. Em suma, podemos considerar que as imagens e textos estão em sincronia com o contexto apresentado no LD a partir da análise metodológica. Além de propor reflexões sobre as diferentes possibilidades de trabalho, o LD produzido pela Prefeitura Municipal cumpre com suas funções educativas relacionando texto e imagem e desperta o interesse para o estudo da história local.

Palavras-chave: Educação; Comunicação; Livro didático

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA CRIATIVA IDADE: UMA ANÁLISE E PROPOSIÇÕES PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PÓS PANDEMIA

Pamella Cristina Rodrigues da Silva, Larissa Cristina Aliberti Santos, Gabriela dos Santos Silva, Jade Braga dos Santos, Josias Machado da Silva, Yasmin Bento, Matheus do Nascimento, Letícia Bella Cruz Kneidl, Ademar Felipe Mendonça, Ana Julia Selhorst, Ana Paula da Silva Soares, Karine Raquel dos Santos, Maria Beatriz da Rosa, Karina Elisa Machado

Educação - Ensino-Aprendizagem

Extensão universitária é uma atividade acadêmica que promove a integração entre a sociedade e a comunidade acadêmica através de programas, projetos, eventos, cursos, entre outros. Existe uma relação intrínseca entre ensino e extensão, que busca levar a experiência à realidade social local, envolvendo os alunos e propondo a troca de conhecimento com a sociedade. Neste contexto, destaca que a relação entre ensino e extensão leva a mudanças no processo pedagógico, pois ambos são sujeitos do mesmo ato: o ato de aprender. No entanto, esse conhecimento precisa ser constantemente atualizado através da pesquisa. Portanto, entende-se que ensino, pesquisa e extensão são complementares e interdependentes, e a ausência de um deles compromete a evolução. A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) possui diversos projetos e programas de extensão que visam promover o intercâmbio de conhecimentos entre a comunidade e a universidade. Um desses programas é o Programa de Extensão da Universidade da Criativa Idade, no Campus de Florianópolis. Criado em 2015 com o objetivo de ampliar o potencial humano, o programa atende pessoas com mais de 50 anos. Em março de 2020, quando a pandemia foi oficialmente declarada pela OMS, o SARS-CoV-2 foi uma das maiores crises de saúde já enfrentadas na história, trazendo novos desafios para as extensões universitárias, que tiveram que se adaptar à nova realidade e atender às necessidades emergentes para combater a pandemia, assim as aulas presenciais do Universidade da Criativa Idade, foram adaptadas para o ambiente online. Neste contexto, através de um estudo de caso de natureza crítica e descritiva, com abordagem qualitativa, este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento das participantes do Programa de Extensão Universidade da Criativa Idade, no retorno as atividades presenciais após quase dois anos de atividades online, devido a pandemia do COVID-19. Os resultados demonstraram que seguindo as medidas de prevenção à Covid-19, o programa passou a realizar suas atividades remotamente a partir de maio de 2020, com bate-papos online para os participantes. Estima-se que mais de 400 pessoas participaram dos encontros virtuais realizados através da plataforma virtual Blackboard, disponibilizada pela UNIVALI. Em 2021, seguindo as recomendações para conter a propagação do vírus da Covid-19, o programa continuou online, retornando à presencialidade apenas em 2022, com o lançamento do curso "Cultura e Turismo" no primeiro semestre. No decorrer das atividades, as alunas foram extremamente participativas e assíduas, demonstrando interesse e satisfação pelo retorno à presencialidade, sendo que o tema escolhido para as aulas foi Paris. A partir do tema, foram ofertadas aulas sobre Paris, experiências gastronômicas de comidas típicas, brechó das criativas, sarau literário e passeios como viagens e idas ao cinema, museus e restaurantes. Devido aos resultados positivos, no segundo semestre de 2022 iniciou-se o curso "Bem-estar e Beleza", tendo como tema das aulas psicanálise, fotografia criativa, medicina e saúde, gestão do envelhecimento, psicologia sistêmica, yoga e felicidade, que também foi bem recebido pelas alunas. Esses resultados demonstraram que o projeto gera novos conhecimentos por meio da interação dialógica entre a sociedade e a comunidade acadêmica, promovendo impactos positivos na formação acadêmica, aproximando a extensão do ensino e da pesquisa. Conclui-se que, em conjunto, esses dados demonstraram que o Programa de Extensão Universidade da Criativa oportunizou às pessoas a construção de novos conhecimentos e habilidades, gerando satisfação e crescimento social.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Universidade da Criativa Idade; Atualização

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA GARANTIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Pollyanna Maria da Silva, Sofia Carolina Danielli Suffiatti, Luana Primon Morineli, Eduardo Souza Plentz

Direito - Direito Público

A efetivação das políticas públicas de segurança envolve uma série de fatores, dentre eles o policiamento. Tendo em vista os avanços da tecnologia e a possibilidade utilizá-los para prevenir a ocorrência de práticas ilícitas, o objeto da pesquisa são as inovações tecnológicas aplicáveis à segurança pública. Adota-se como objetivo geral: investigar as contribuições e os limites do uso de recursos tecnológicos no que tange à segurança pública, com ênfase ao policiamento preditivo. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: pesquisar as características e o modo de funcionamento do policiamento preditivo; conhecer experiências de policiamento preditivo no Brasil e no mundo; investigar criticamente a presença de práticas seletivas nas atividades de segurança pública. Pesquisar os possíveis impactos decorrentes do uso de tecnologia nas atividades de segurança pública em relação às práticas discriminatórias e seletivas. Quanto à metodologia empregada na investigação, utilizou-se o Método Indutivo, amparado pela técnica da pesquisa bibliográfica e do fichamento. Vislumbra-se na tecnologia uma maneira de auxiliar significativamente na garantia do direito fundamental à segurança pública. O policiamento preditivo envolve o uso de algoritmos e análises de dados para prever onde e quando crimes podem ocorrer, a fim de otimizar os recursos policiais e prevenir atividades criminosas. No policiamento preditivo as autoridades policiais passam a concentrar esforços não mais no que acontece e sim no que vai acontecer e em como antecipar a ação. Verificou-se que a Administração Pública, ao integrar novas tecnologias à Segurança Pública, deve respeitar os direitos individuais e evitar práticas discriminatórias. Além disso, é preciso cautela para que os algoritmos não reforcem estereótipos ao identificar determinadas áreas ou grupos como propensos a crimes, gerando um ciclo autossustentável de policiamento concentrado em determinadas áreas, assim como, a potencial criminalização de comunidades marginalizadas. Também é preciso levar em consideração que os algoritmos preditivos são falíveis, motivo pelo qual deve-se evitar a confiança excessiva em tais ferramentas. Diante do pesquisado, verificou-se que os algoritmos preditivos podem contribuir para garantia da segurança pública. Contudo, é preciso atentar-se para que as tecnologias não diminuam a experiência humana, afastando abordagens sensíveis e contextualizadas. O desenvolvimento e a implementação do policiamento preditivo, com uso de ferramentas tecnológicas inovadoras, devem ser realizados com supervisão rigorosa, transparência, considerações éticas e a participação de especialistas em diversas áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Segurança Pública; Policiamento Preditivo; Tecnologia

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



MAPEAMENTO DAS PESQUISAS APRESENTADAS NO GP COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (2018-2022)

Rafael Jose Bona, Taila Tainá de Lima Ramos, Erika Reis da Silva, Laura Cargnelutti Pires, Daniel Azevedo da Costa Soares, Pedro Henrique Cavichioni, Ariane Rocha Theiss

Educação - Tópicos Específicos de Educação

As duas áreas, Comunicação e Educação, permitem articulações e desenvolvimento de possibilidades, reflexões e pesquisas interdisciplinares que ampliam o conhecimento de ambas. Desde o surgimento dos produtos de mídia, tem-se discutido a respeito das possibilidades de seu uso em sala de aula. A utilização do cinema, do rádio, da televisão e até mesmo dos jogos tem sido debatida com frequência nos estudos que envolvem a comunicação e a educação. Outro cenário, como o das práticas digitais, tem fortalecido o debate em torno da interrelação de áreas como a comunicação e a educação, nas quais existe uma filosofia e um exercício baseados em diálogos e na participação ativa dos envolvidos. Isso não se limita apenas à utilização de tecnologias, mas sim, a uma interação de práticas e ideias educacionais de maneira independente, visando a uma parceria entre diferentes áreas e um diálogo que transcende e integra disciplinas. Um dos eventos da área da Comunicação Social mais antigos no país, o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), realizado desde 1977, reúne pesquisadores da graduação e da pós-graduação, nos quais são debatidas diferentes temáticas interdisciplinares acerca do jornalismo, da publicidade, do cinema, da televisão, entre outros. Dentre as divisões temáticas dos grupos de pesquisa, existe o grupo Comunicação e Educação, que reflete sobre as interfaces das duas áreas no que diz respeito, principalmente, aos processos comunicacionais no contexto educacional. O Intercom tem desempenhado um papel fundamental no progresso dos estudos científicos em comunicação, e ao analisar os debates intrincados, surgem oportunidades para questionamentos sobre a natureza do conhecimento, possibilitando a criação de um ambiente teórico que sustenta a formação de indivíduos. A partir de uma observação nos anais do evento Intercom, por meio do GP Comunicação e Educação, surgiram algumas questões relacionadas ao perfil das pesquisas apresentadas. Assim, surgiu o objetivo da pesquisa, que foi mapear os trabalhos do GP Comunicação e Educação apresentados no Intercom entre os anos de 2018 e 2022. A pesquisa se classifica como exploratória e documental. O universo são todos os estudos apresentados nos anais da Intercom ocorridos entre os anos de 2018 e 2022, tendo como amostra os trabalhos apresentados no GP Comunicação e Educação. Os eventos de números 41 ao 45 ocorreram nas seguintes cidades: Joinville/SC (2018), Belém/PA (2019), Salvador/BA (2020), Recife/PE (2021) e João Pessoa/PB (2022). Em suma, foram verificados: o gênero dos pesquisadores, assim como a titulação desses autores e a instituição de origem. Cada artigo foi analisado, nos quais foram extraídas informações pertinentes para compreender de que forma têm sido discutidas as interfaces entre a Comunicação e a Educação em um dos mais importantes eventos da área de Comunicação Social do país. Conforme as normas regimentais dos grupos de pesquisa (GPs) da Intercom, esses fazem parte de uma estrutura da própria instituição que tem a finalidade de reunir pesquisas acadêmico-profissionais ou temas emergentes. Todos os GPs são constituídos por pesquisadores que atuam na área das Ciências da Comunicação. Em suma, o principal resultado alcançado foi perceber que a maior parte das pesquisas é oriunda de programas de pós-graduação, principalmente os de Comunicação. São trabalhos realizados, em sua maioria, por mestrandos e doutorandos e seus respectivos orientadores; entretanto, a maior titulação dos autores é de doutorado. A maior parte das pesquisas é publicada por mulheres e a maioria dos trabalhos é de universidades do estado de São Paulo, principalmente da USP. A pesquisa ainda abriu possibilidades de continuidade de expansão, que já estão sendo trabalhadas em um novo estudo.

Palavras-chave: Comunicação; Educação; Mapeamento

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



DEMOCRACIA E CIDADANIA SOB O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA E DA INTERNET DAS COISAS

Raissa Lopes de Barbas, Matheus de Andrade Branco

Direito - Direito Público

O projeto de pesquisa intitulado “Democracia e Cidadania sobre o Impacto da Inteligência e da Internet das Coisas” detém como objetivo geral a análise da Inteligência Artificial e da Internet das Coisas relativamente à democracia e ao exercício da cidadania, uma vez que a Internet das Coisas surge como um modo de interconexão entre as pessoas e os dispositivos, e ainda, entre os próprios dispositivos e aparatos tecnológicos em uma relação inteligente, de modo que a realidade virtual é vislumbrada como mecanismo de colaboração no que concerne à participação democrática no âmbito social, fomentando uma cidadania digital que, por sua vez, reflete em um mundo colaborativo, na percepção do economista Jeremy Rifkin. Diante do exposto, e visando melhor desenvolvimento do projeto de iniciação científica os objetivos específicos consistem em: 1) Analisar as dimensões da Globalização; 2) Demonstrar as interferências da Inteligência Artificial no âmbito do Direito e da Política; 3) Conceituar o mundo colaborativo; 4) Analisar os impactos da inclusão digital na cidadania e democracia. Para tanto, a metodologia utilizada na fase de Investigação corresponde ao método indutivo, na fase de Tratamento dos Dados o cartesiano, e, o texto final foi assentado na base lógica indutiva. Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as Técnicas do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica. Por fim, ressalta-se que a busca pelo resultado da pesquisa visa compreender os impactos ocasionados pela inteligência artificial e internet das coisas na desenvoltura dos ideais democráticos relativamente à cidadania e perspectiva de um mundo digital, haja vista que a tecnologia facilita a integração e a participação dos cidadãos, mas, também a compreensão e o senso, em inúmeros âmbitos. À vista disso, demonstra-se relevante também perante as questões sociais, uma vez que se demonstra como um mecanismo de ascensão da inclusão e conexão entre indivíduos. Entretanto, no que tange aos resultados encontrados, tem-se que o desenvolvimento da tecnologia e, por conseguinte, da inteligência artificial tem grande impacto e se associa à democracia, uma vez que os cidadãos encontram na tecnologia maiores possibilidades de estarem presentes tanto de forma passiva, como leitores, pesquisadores e curiosos pela informação, bem como de forma ativa, como comentaristas, produtores de conteúdos e participantes de debates, discussões e questionamentos em inúmeras e variadas plataformas. Tanto é verdade, que atualmente grandes decisões cotidianas e, até mesmo jurídicas, são influenciadas pelas manifestações realizadas nas redes sociais que acabam por ter ainda mais impacto do que àquelas realizadas de forma presencial. Portanto, evidenciou-se que há vultosas modificação na conjectura social que refletem diretamente na seara política e jurídica, através da influência e acesso das redes sociais. Em que pese a tecnologia e a inteligência artificial ainda não seja um fator presente a todos os cidadãos e, tampouco, seja utilizada apenas por aqueles que detém faculdades, capacidades e competência para o exercício da cidadania digital, já é notório uma mudança de perspectivas, de modo que se faz necessário a colaboração também dos poderes públicos para a inserção digital dos cidadãos, de modo que a sociedade possa vislumbrar no futuro maior participação no exercício da cidadania, ampliando os ideais de democracia e materializando o protagonismo do povo na seara política, conforme dispôs Jeremy Rifkin em sua obra “La sociedade de coste marginal cero - El internet de las cosas, los bienes comunes y el eclipse del capitalismo”, em que os campos da inteligência das coisas, tecnologia, cidadania e democracia, converge para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das integrações e decisões políticas na sociedade.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Direito; Democracia

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

O PROJETO DE VIDA NO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO

Renata Krüger Galarça, Naiara Gracia Tibola

Educação - Fundamentos da Educação

A reforma curricular proposta pela Lei nº 13.417/2017 e materializada na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento normativo e obrigatório para elaboração de currículos no âmbito nacional brasileiro, e no Currículo Base do Território Catarinense, documento curricular elaborado a partir da BNCC e utilizado nas escolas estaduais de Santa Catarina, transformaram o currículo ofertado para o Ensino Médio. A nova matriz curricular propõe a formação geral básica e integra como um novo componente curricular o Projeto de Vida, que trata do desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais e a complexificação das dimensões pessoal, cidadã e profissional. O novo currículo para o ensino médio, altera o tempo de permanência dos jovens estudantes do ensino médio noturno de três para quatro anos, o que leva jovens a abndarem a escola e a permanecerem apenas no mercado de trabalho. A nova morfologia do trabalho a partir de quem é a nova classe trabalhadora hoje, evidencia jovens estudante da educação básica do período noturno, que tem sua inserção profissional precoce para antes de tudo, atender às suas múltiplas necessidade devido a necessidade de auxiliar financeiramente suas famílias. A pesquisa tem por objetivo, analisar as relações dos jovens estudantes do ensino médio noturno com o Projeto de Vida e sua interface com a educação e o trabalho. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com instrumento de coleta de dados como questionário, e para análise será utilizado do método da análise de conteúdo. A pesquisa é realizada no Brasil, Estado de Santa Catarina, nos municípios de Itajaí e Navegantes, com estudantes que estudam no período noturno, com faixa etária entre 16 a 18 anos de idade. Os resultados evidenciam através da falas dos jovens, suas preocupações quanto a melhorias, mudanças e incentivos para permanência na escola do estudante que também é trabalhador, atendendo então as suas necessidades e anseio. As respostas relacionadas sobre projeto de vida, educação trabalho, nos tempos atuais, mostram que na percepção destes jovens as relações estabelecidas entre educação e trabalho giram principalmente em torno da necessidade de capacitação para inserção profissional e os malabarismos acarretados pela falta de políticas públicas de incentivo e permanência na escola, dos jovens que precisam conciliar a educação e o trabalho.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Projeto de Vida; Educação e Trabalho

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

MANDA QUEM PODE. OBEDECE QUEM TEM JUÍZO. ADVOGA QUEM É PERSISTENTE.

Rodrigo Derossi Bogo, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

O presente artigo visa explorar o empreendedorismo como forma de inovação na atividade do advogado, tendo em vista que a alta concorrência encontrada no mercado atual, demonstra a necessidade da busca de novas formas para o negócio. Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação foi utilizado o Método Indutivo, na Fase de Tratamento de Dados o Método Cartesiano. O artigo destaca a relevância da atuação do advogado não apenas como um profissional do direito, mas também como um empreendedor. Para alcançar esse propósito, são abordados diversos pontos. Inicialmente, explora-se a origem histórica da busca pela justiça e sua evolução até os moldes atuais da legislação brasileira. Em seguida, enfoca-se a importância intrínseca do advogado nesse processo de busca pela justiça, ressaltando seu papel fundamental na garantia dos direitos individuais e coletivos. Adicionalmente, o artigo analisa a atividade advocatícia sob a perspectiva do empreendedorismo, considerando a crescente competitividade no contexto contemporâneo. Através de uma análise histórica, o artigo contextualiza a trajetória da busca pelo direito desde os primórdios da sociedade até os dias atuais, marcados pela complexidade das legislações vigentes. Nesse contexto, destaca-se a importância do papel do advogado como intermediário entre o indivíduo e a justiça, contribuindo para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Em uma sociedade cada vez mais regulamentada, a atuação do advogado se torna indispensável para garantir o acesso à justiça e a defesa dos direitos de todas as partes envolvidas. Ainda mais crucial é o papel do advogado como empreendedor dentro desse cenário. A análise considera a natureza competitiva do ambiente jurídico atual, no qual os profissionais do direito não apenas fornecem serviços legais, mas também precisam gerir suas práticas como negócios bem-sucedidos. Isso implica na compreensão de estratégias de marketing, gestão financeira, desenvolvimento de clientela e uso eficiente das tecnologias disponíveis para otimizar a prestação de serviços jurídicos. Assim, o advogado não só busca vitórias legais para seus clientes, mas também assegura a sustentabilidade e o crescimento contínuo de sua própria carreira. O artigo ressalta a necessidade de os advogados adotarem uma mentalidade empreendedora, indo além das demandas cotidianas e considerando o aspecto de negócio de sua prática profissional. Ao entender a evolução da busca pelo direito e a importância de sua função intermediária, o advogado se capacita para oferecer um serviço jurídico de qualidade enquanto enfrenta os desafios do mercado competitivo. Dessa forma, não apenas contribui para a justiça e os direitos individuais, mas também assegura sua própria realização profissional e sucesso em um mundo jurídico em constante evolução.

Palavras-chave: Advocacia; Empreendedorismo; Inovação

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA: BALANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A ÁREA (2003 - 2020)

Rosângela Pereira, Naiara Gracia Tibola

Educação - Planejamento e Avaliação Educacional

A pesquisa tem por objetivo, analisar as políticas públicas educacionais para a educação profissional e técnica, no âmbito federativo e as proposições no período de 2003 a 2020. As políticas públicas educacionais profissionais e técnicas fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país. No ano de 2003 e 2004 Ministério da Educação/SEMTEC, organizou dois seminários que foram o marco da discussão da integração para elaboração de políticas públicas educacionais voltadas para o ensino médio profissional e técnico. A perspectiva de integração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional, trouxe o objetivo de aumento da escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem trabalhador. A expansão da educação profissional e técnica foi derivada de um plano coordenado de ampliação dos investimentos na educação e teve origem com o advento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e o Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302/2007) e, posteriormente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC (Lei nº 12.513/2011). Após a amplificação desta proposta outras alterações na legislação aconteceram ao longo dos anos em relação às propostas. A Educação Profissional e Técnica é uma modalidade prevista na Lei 9.394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em seu Art. 36-A a qual regulamenta a preparação para o mundo do trabalho de jovens que estejam cursando o Ensino Médio e em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), que em sua Meta 11 prevê o aumento de 50% de matrículas da educação profissional e técnica para o ensino médio. Este tema é recorrente nas pesquisas, estudos e debates em nosso país, e se faz presente nas agendas de governança política existentes, pois abrange Juventudes, Educação e Políticas Públicas para a Educação. O tema ganha força novamente com a publicação da Lei 13.415 de 2017, que propõe o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC voltada para essa etapa da Educação Básica. A proposta é uma formação integrada para que os jovens que concluem o ensino médio possam estar inseridos no mercado de trabalho com uma formação inicial. Para Ciavatta (2005) faz uma reflexão sobre a formação integrada em um sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. A metodologia adotada para a pesquisa é embasada na abordagem qualitativa, os métodos qualitativos auxiliam na discussão dos dados que serão mapeados a partir das categorias analíticas que serão desenvolvidas no decorrer da pesquisa. Os materiais necessários para a presente pesquisa serão as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação Profissional e Técnica, disponíveis no site do Ministério da Educação e outras instituições que atuam nesta área, livros e artigos disponíveis em formato digital e pdf. Os resultados apontam uma valoração das políticas para formação técnica e profissional ao longo dos anos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Técnica e Profissional; Juventudes

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



REGULAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL PAGA IMPULSIONADA EM REDES SOCIAIS: LIMITES AO ABUSO DO PODER POLÍTICO E DO PODER ECONÔMICO FRENTE AO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Samuel Adauto Vascolo, Marcio Ricardo Staffen

Direito - Teoria do Direito

Diante do constante desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, é expressiva a migração das campanhas eleitorais para o espaço virtual. Indispensável para a concretização dos ideais democráticos, a propaganda eleitoral foi o tema da pesquisa que teve por objetivo geral investigar de que forma o sistema normativo que rege este tipo de propaganda na Internet pode ser aplicado de modo a controlar situações de abuso de poder econômico e abuso de poder político, notoriamente refletidas na propagação de fake news no ambiente online, considerando Inteligência Artificial (IA). Quanto aos objetivos específicos, priorizou-se pela análise das medidas adotadas para o combate ostensivo às fake news e aos fake eleitores (eleitor sem título), que circulam nas redes sociais manipulando a opinião dos verdadeiros eleitores; considerando ainda, meios de combate às fake news geradas de forma totalmente automatizada, situação que caracteriza o mau uso da Inteligência Artificial (IA). Neste ponto foi realizado o estudo pormenorizado da resolução vigente para as eleições de 2022: Resolução nº 23.671 de 14 de dezembro de 2021, a qual dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Segundo a norma, a livre manifestação de pensamento do eleitor na internet pode ser passível de limitação se ofender a honra ou a imagem de candidatas e candidatos, partidos, coligações ou federações, ou ainda se divulgar notícias falsas. Com relação ao impulsionamento de conteúdo, é necessário frisar que, de acordo com a resolução, a prática foi permitida a partir da pré-campanha, desde que não houvesse o disparo em massa - ou seja, envio, compartilhamento ou encaminhamento de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários(as) por meio de aplicativos de mensagem instantânea. Além disso, não poderia haver pedido explícito de votos, e o limite de gastos deveria ser respeitado. Reitera-se, que apenas as empresas cadastradas na Justiça Eleitoral é que poderiam realizar o impulsionamento de propaganda eleitoral, devido à necessidade de identificar quem contratou os serviços. Por meio dos estudos realizados foi possível constatar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou uma série de ações, programas e campanhas voltadas ao combate à desinformação que buscaram ressaltar a credibilidade da Justiça Eleitoral, a segurança, auditabilidade e a transparência do sistema de votação, bem como das urnas eletrônicas. No intuito de combater de forma mais efetiva a desinformação nas Eleições 2022, o Tribunal endureceu as regras sobre compartilhamento de informações inverídicas, com responsabilização mais severa. Outro objetivo específico da pesquisa relacionava-se à regulação de marcos para fins de padrões de IA e a possibilidade de conciliar regras de estímulo e proteção quanto ao uso indevido de Inteligência Artificial. Nesse sentido, destaca-se o Projeto de Lei 21/20 aprovado em setembro de 2021 na Câmara dos Deputados e posteriormente encaminhado ao Senado Federal. Em fevereiro de 2022, foi criada uma comissão de juristas no Senado para elaborar um substitutivo aos PLs 5051/19, 872/21 e 21/20. O Relatório finalizado em dezembro de 2022 apresentou-se como um ponto de partida “superior” em relação ao PL 21/20. Como método de abordagem, utilizou-se o método dedutivo, com técnicas do referente e pesquisa bibliográfica; na fase de tratamento dos dados o método cartesiano e como método de procedimento utilizou-se o método observacional.

Palavras-chave: Regulação; Propaganda Eleitoral; Fake News; Inteligência Artificial

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

CONHECIMENTO HISTÓRICO E NETFLIX - O USO DA HISTÓRIA COMO INSTRUMENTO PARA A PRODUÇÃO DE FILMES E SÉRIES

Sara Viana Mormul, Sidney Jose Setubal

Artes - Cinema

Este projeto propõe aos estudantes do ensino médio o acesso à pesquisa e produção científica. Para isso, foram levantados dados estatísticos e analisados de forma quantitativa e qualitativa sobre a importância da utilização da disciplina de História na produção cinematográfica, mais precisamente, na produção de filmes e séries distribuídos pela plataforma de streaming da Netflix. Professores podem selecionar conteúdo relevante para enriquecer a aprendizagem, estimulando discussões em sala de aula e tornando o ensino mais envolvente. Isso pode ajudar os alunos a visualizarem conceitos abstratos, explorarem diferentes perspectivas e se conectarem melhor com o material de estudo. No entanto, é importante que os educadores escolham cuidadosamente o conteúdo para garantir sua adequação e precisão. Semanalmente, esta plataforma disponibiliza as 10 obras mais vistas pelos assinantes, o que nos permite um conhecimento sobre quais conteúdos o público mais consome. O intuito foi saber quantas dessas produções têm no conhecimento histórico a base necessária para a construção de personagens, roteiros e cenários e demonstrar por meio desses dados, a relevância do embasamento histórico e o quanto essa ciência pode se relacionar com outras disciplinas e com outros âmbitos da sociedade em que vivemos. Esta investigação destacou a necessidade de uma educação que não apenas ensine os fatos históricos, mas também capacite os estudantes a analisar criticamente as representações históricas que encontram nas produções de entretenimento. Isso ajudará a moldar uma identidade cultural e social fundamentada em uma compreensão um pouco mais precisa do passado, permitindo que os jovens compreendam a complexidade da história e, ao mesmo tempo, forjem uma visão mais inclusiva, respeitosa e consciente das diversidades culturais presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Netflix; Produção de filmes e séries; Instrumento de estudo

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



O DIREITO À MORADIA NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA: ELEMENTOS PARA O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

Sarah Tayná Bachmann, João Pedro Guimarães, Lara Medeiros Jaques, Rodrigo Miotto dos Santos

Direito - Direitos Especiais

Essa pesquisa origina-se a partir de solicitação da Defensoria Pública de Santa Catarina no contexto de termo de cooperação entre a Instituição e a Clínica de Políticas Públicas do Curso de Direito do Campus Kobrasol São José da Universidade do Vale do Itajaí, no seguinte contexto: apesar do avanço da posituação dos direitos econômicos, sociais e culturais, que surgem nos documentos internacionais, essa institucionalização não veio apoiada pelos equivalentes meios de efetivação, em especial no plano do direito à moradia. Assim, o objetivo geral do presente trabalho foi realizar um estudo sobre a justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais, analisando-se como se dá a sua aplicação no âmbito das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com vistas a dessa jurisprudência extrair elementos que permitam uma ampliação dessa justiciabilidade no confronto com a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no tema do direito à moradia. Com esse fim, foram estabelecidos como objetivos específicos da pesquisa: (a) conceituar, a partir da doutrina, os direitos econômicos, sociais e culturais com ênfase no direito à moradia; (b) delimitar o alcance, o sentido e a justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais no sistema interamericano; (c) verificar a existência de elementos que contribuam para ampliar a justiciabilidade no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos; e (d) verificar se, e em que medida, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina referente ao direito à moradia coaduna-se com os referentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A fim de cumprir os objetivos de pesquisa, foi adotado predominantemente o método indutivo tendo em vista que os standards interpretativos que poderiam contribuir para a ampliação da justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais foram extraídos a partir de análises de decisões da Corte Interamericana, bem como de pareceres e relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Os objetivos propostos em (a) e (b) foram atingidos por meio da revisão da literatura - especialmente artigos científicos dedicados ao tema - e de análises de algumas decisões do sistema interamericano. Não foi possível, porém, extrair maiores elementos acerca do direito à moradia na jurisprudência do sistema, tendo esta servido mais à própria caracterização dos direitos econômicos, sociais e culturais como humanos. Em um segundo momento e no contexto do trabalho da Clínica de Políticas Públicas com a Defensoria de Santa Catarina, o trabalho reformula os objetivos para, em vez de extrair um sentido de direito à moradia da jurisprudência do sistema interamericano, fazê-lo a partir de alguns marcos legais internos ao ordenamento brasileiro, especialmente o Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, de 2008, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, bem como a Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos. Com tais referenciais e o trabalho de pesquisa da Clínica de Políticas Públicas, que analisou 23 (vinte e três) decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para dele extrair elementos de obediência aos parâmetros normativos anteriormente citados, a constatação final foi de que (1) em que pese o consenso sobre a justiciabilidade dos direitos sociais, dentre os quais o direito à moradia, (2) bem como o processo de densificação operado internamente em nosso ordenamento (no sentido de fixar balizas e delineamentos sobre o sentido e o alcance da proteção à moradia, (3) ainda há acentuada dificuldade pelo Poder Judiciário catarinense em seguir tais delineamentos na condução de processos judiciais sensíveis envolvendo o direito fundamental à moradia.

Palavras-chave: Direitos sociais; econômicos e culturais; Direito à moradia; Controle de convencionalidade.

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

A PROPRIEDADE PRIVADA E O DIREITOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DE LUIGI BONIZZATO E OUTROS AUTORES

Sidnei Fraga de Souza, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

O presente trabalho foi elucidado a partir do contexto da propriedade privada e sua conexão com a sociedade e a cidadania atual das cidades. Elencamos a partir daí os fragmentos que envolvem a temática com todos os foros de interligação a pergunta proponente. O espaço e a propriedade deve ser realinhado a melhoria da perspectiva de vida da cidadania em todo seu contexto emergente. Efetuamos um diagnóstico a partir da relação estrita entre violência urbana e o uso do espaço urbanístico pela viés propriedade traduzindo os efeitos destas na realidade social. O presente estudo teve como fundamento entender as premissas que envolvem a questão da propriedade e a relação desta com a emancipação do indivíduo no espaço urbano, passando pelos sucessivos déficits habitacionais que o autor referência que se dá na atualidade, em face a toponímia do indivíduo, pois requer-se sempre a identificação do sujeito a partir do espaço que ele ocupa na cidade, seja para classifica-lo ou até mesmo para rotulagem e estereótipos que não atende a dignidade da pessoa humana. Por tudo isso a propriedade é ainda um lugar de muita discussão na área de políticas públicas, dentre outras coisas. Preliminarmente é importante destacarmos que a propriedade privada no contexto de nossa realidade atual, passou por uma série de relativizações desde as etapas primordiais que a compuseram no contexto de seu ideal divino (Contrato social) século XVIII, no qual era a mesma entendida como direito as premissas de liberdade e propriedade absoluta, direito inalienável dentre outros. Todavia na modernidade essa tematização passa a ser revisitada a partir do ideal do espaço urbano, dentre eles os contexto de aplicação no direito urbanístico, no direito ambiental, no contexto da sustentabilidade socioeconômica e por finalidade atender os quesitos da formulação das políticas públicas, dentre elas destacamos os planos diretor, a legislação nacional para as cidades dentre outros aspectos que a tornam enviesadas e precisam de um conteúdo mais efetivo para sua significação com a realidade atual da cidadania. Em nossa pesquisa perfilhamos os seguintes resultados que urge na propriedade e na realidade social, que são necessárias as seguintes implementações: a) O espaço urbano precisa atender sua função social; b) Justiça social perpassa dentro do contexto urbanístico da sociedade. c) A propriedade tem que ser objeto de referência para o indivíduo, deixando de ser algo especulativo e ressignificando seu papel na atualidade social. Utilizamos o método indutivo e as técnicas bibliográfica e documental que nos auxiliaram no levantamento da pesquisa. Constatamos por fim que coexiste uma relação direta entre a cidadania e a titularidade da propriedade privada com a eficácia dos direitos sociais e urbanos na realidade das cidades no espaço urbano com a sociedade do século XXI.

Palavras-chave: Propriedade Privada; Direitos sociais; Cidadania

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



TECNOLOGIAS INOVADORAS COM INTERAÇÃO NATURAL PARA ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR

Silvia Aparecida Meurer, Adriana Gomes Alves

Educação - Tópicos Específicos de Educação

O projeto é vinculado à linha de pesquisa de Políticas de Educação Básica e Superior e ao grupo de pesquisa Observatório de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí, em parceria com pesquisadores - Rede Grupos de Pesquisa de SC e RJ (UNIVALI, UDESC, UERJ e UFRRJ). Tem-se como objetivo desenvolver tecnologia digital acessível para inclusão psicossocial e acadêmica de estudantes com autismo no ensino superior. Como recorte dessa pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática da literatura para embasar os pressupostos necessários à elaboração das tecnologias. A revisão teve por objetivo identificar pesquisas relacionadas com o uso de tecnologias para a inclusão de estudantes universitários com autismo no ensino superior, no Brasil e exterior. Metodologia: Planejamento do protocolo de busca: consistiu na definição das questões de pesquisa, elaboração dos critérios de inclusão e exclusão, definição das bases de dados de pesquisa. A busca na literatura foi realizada nas bases de dados a seguir: Scielo, Portal Regional da BVS, Periódicos da Capes e Scopus. Foi definido espaço temporal no qual para as bases nacionais foram selecionados artigos de 2021 a 2022 e para as bases internacionais dos últimos cinco anos. Também foram definidas palavras chaves para as buscas; b) Execução da revisão: consistiu na busca sistemática de artigos científicos conforme protocolo definido na etapa anterior; extração dos dados para análise. Após a coleta de dados nas bases citadas os artigos foram enviados para a ferramenta Mendeley. Como esta ferramenta não tem a opção de selecionar, excluir artigos, eles foram baixados na ferramenta Rayyan que auxilia na revisão sistemática. A próxima etapa consistiu na exclusão dos artigos repetidos. Em seguida foram excluídos aqueles que não eram voltados ao tema em estudo. A pesquisa foi realizada com duplos avaliadores, dessa forma, uma segunda bolsista aplicou os critérios de inclusão e exclusão aos mesmos artigos. A resolução de conflitos foi realizada pela coordenadora do projeto e um professor do mestrado em psicologia, participante da pesquisa. Ao final obtivemos o conjunto de artigos selecionados para a análise revisão sistemática. c) Apresentação dos resultados: consistiu na análise dos dados coletados nas etapas anteriores. Os artigos foram lidos e alguns ainda precisaram ser excluídos, pois não estavam de acordo com o tema. Foi realizado o fichamento destes artigos, e depois a síntese com informações relevantes para auxiliar na finalização da revisão sistemática. Resultados: Foram encontrados 891 artigos nas bases pesquisadas, dos quais, após aplicados todos os critérios de inclusão e exclusão, nove (9) foram analisados. A análise revela que há poucos estudos voltados ao uso de tecnologia para o público universitário autista. De forma geral são adotados softwares já reconhecidos no mercado, como Blackboard, Zoom e redes sociais. Somente um dos trabalhos propõe uma ferramenta desenvolvida para esses estudantes. A análise completa será publicada em artigo científico.

Palavras-chave: Autismo; Ensino Superior; RSL

Apoio: FAPESC - Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação no Estado de Santa Catarina

DISPERSÃO URBANA EM DESTINOS TURÍSTICOS E AÇÕES CONVERGENTES DE ARQUITETURA, URBANISMO E TURISMO PARA A AGENDA 2030 DA ONU

Silvia Luiza Chiminelli Lofhagen, Clara Bardini dos Anjos, Eduardo Baptista Lopes, João Felipe Amaral, Sarah Nascimento Costa, Bruna Goin Ferreira

Arquitetura e Urbanismo - Projeto de Arquitetura e Urbanismo

A expansão urbana é um processo de crescimento que está se tornando cada vez mais comum na construção de cidades em várias partes do mundo, principalmente como resposta ao avanço da mobilidade. Isso se caracteriza pelo alargamento da área urbana por uma vasta extensão do território. No entanto, embora permita maior democratização dos deslocamentos, também prejudica o desenvolvimento sustentável das cidades, uma vez que ocorre de forma dispersa pelo território, substituindo ecossistemas originais, especialmente em Destinos Turísticos no Brasil. A expansão urbana desenfreada tem sido um desafio para o desenvolvimento sustentável das cidades. Ela implica na destruição de áreas naturais e ecossistemas importantes para o equilíbrio ambiental. Além disso, a expansão urbana dispersa dificulta a criação de infraestruturas eficientes, gera problemas de mobilidade e aumenta o consumo de recursos naturais. É importante, portanto, buscar alternativas que possam conciliar o crescimento urbano com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a ONU desenvolveu a Agenda 2030, que consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo é estabelecer Cidades e Comunidades Sustentáveis, entre outros. Esses objetivos visam promover a igualdade social, econômica e ambiental, buscando alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Para alcançar esses objetivos, é necessário que sejam adotadas ações convergentes de diferentes áreas, como arquitetura, urbanismo e turismo. A pesquisa em questão tem como objetivo estabelecer essas ações convergentes de Arquitetura, Urbanismo e Turismo para a Agenda 2030 da ONU, especialmente em relação ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis. Com uma abordagem qualitativa, ela busca contextualizar o fenômeno da dispersão urbana em destinos turísticos, identificar ações convergentes já existentes e propor novas ações que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades. Ao analisar a literatura existente, foi possível identificar diversas ações convergentes entre arquitetura e turismo, principalmente no que diz respeito à preservação da vida terrestre, evidenciada no ODS 15. Essas ações incluem a promoção de práticas sustentáveis na construção civil, como o uso de materiais eco-friendly e técnicas de arquitetura bioclimática, além da valorização da cultura e da preservação do patrimônio histórico. Esta pesquisa tem um papel relevante no planejamento urbano e turístico dos destinos, fornecendo informações e diretrizes importantes para gestores e para a comunidade científica. Ela pode contribuir para a tomada de decisões mais conscientes e sustentáveis, visando o desenvolvimento equilibrado das cidades e o cuidado com o meio ambiente.

Palavras-chave: Arquitetura; Turismo; Sustentável; ODS, Agenda 2030; ONU

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA CRIATIVA IDADE SOB A PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Suelen Gheller Francisco, Elaine Regina de Paula Martins, Isadora Kersting Regis, Laissa Faial, Leonara Klaumann Momm, Ana Paula Lisboa Sohn

Turismo - Turismo

No atual contexto demográfico, dentre as mudanças mais marcantes, está o avanço de uma crescente população de idosos. Frente ao envelhecimento populacional no mundo, a Agenda 2030, que reúne os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, traz como preocupação a aprendizagem ao longo da vida (lifelong learning). A aprendizagem constante promove o crescimento pessoal, estimulando a mente e mantendo-a ativa. Isso contribui para a ampliação do conhecimento, aquisição de novas habilidades e o aperfeiçoamento de talentos, permitindo que as pessoas explorem diferentes áreas de interesse. Especificamente para os idosos, a aprendizagem ao longo da vida pode proporcionar oportunidades de interação social e colaboração, criando laços com pessoas de diferentes idades e origens. Isso contribui para a construção de uma rede social diversificada e para a troca de ideias e experiências. Além disso, o desenvolvimento de habilidades cognitivas pode prevenir o declínio mental associado ao envelhecimento. A Universidade da Criativa Idade, projeto de extensão da UNIVALI, desenvolve suas atividades baseadas nas premissas da aprendizagem ao longo da vida para pessoas em processo de envelhecimento. Diante deste contexto, a presente proposta de pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do projeto de extensão Universidade da Criativa Idade sob a perspectiva do lifelong learning. Para o alcance do objetivo proposto, a metodologia adotada foi a de estudo de caso descritivo. Foram aplicadas técnicas de pesquisa qualitativa e de pesquisas em redes sociais. Os resultados da pesquisa destacam a importância do aprendizado ao longo da vida. Foi observado que idosos devem estar abertos à aprendizagem para acompanharem o ritmo intenso das transformações do mundo contemporâneo. A aprendizagem ao longo da vida promovida pela Universidade da Criativa Idade trouxe mudanças positivas e contribuiu para a qualidade de vida dos idosos. A pesquisa identificou que a Universidade da Criativa Idade promove a aprendizagem ao longo da vida por meio da página do projeto no Instagram. Lá, divulga maneiras de que as pessoas possam sempre estar em contínuo desenvolvimento, trazendo dicas úteis para o dia a dia. Na página do projeto, pode-se encontrar conhecimentos que permitem a ampliação do potencial humano e a divulgação das atividades realizadas (cursos e eventos). A página do projeto foi considerada bastante informativa, ajudando a divulgar as atividades e a atrair e se relacionar com os participantes do projeto e com a comunidade em geral.

Palavras-chave: Universidade da Criativa Idade; Envelhecimento; Aprendizagem ao longo da vida

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



DEPARTAMENTOS DE ARQUITETURA E ENCONTROS CRIATIVOS

Taise Daiane Adriano Morgan, Timoteo Schroeder

Arquitetura e Urbanismo - Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo

Os departamentos de arquitetura (construções) que possuem áreas de convívio comum com inclinação a produção, são espaços capazes de receber encontros criativos, através da transformação de um ambiente intangível e tangivelmente mais propício para o desenvolvimento de interações criativas e produtivas. O fenômeno da criatividade é um processo complexo que envolve a geração de ideias inovadoras, sua avaliação e seleção para transformá-las em ações concretas. Nesse contexto, as relações de díade, ou seja, as parcerias entre indivíduos, desempenham um papel crucial ao estimular a criatividade. Quando duas pessoas compartilham um vínculo, esse relacionamento pode fortalecer o ambiente corporativo, proporcionando uma base sólida para a promoção da criatividade. A base desse fenômeno reside na diversidade do conhecimento. Quando duas mentes diferentes se unem em uma díade, ocorre uma expansão do potencial criativo devido à variação cognitiva resultante da junção de conhecimentos e experiências pessoais. Além disso, a motivação intrínseca e uma atitude positiva por parte dos indivíduos em relação à tarefa são fatores fundamentais. Elementos como envolvimento, curiosidade, disposição para enfrentar desafios e satisfação com o processo desempenham um papel vital na promoção da criatividade. Cada relação de díade contribui para a geração de ideias criativas, mas esse processo é fortemente influenciado pela individualidade e pela maneira como a interação é conduzida. A diversidade de perspectivas, o apoio mútuo e o cenário propício são elementos que favorecem a criação de ideias inovadoras. Vale ressaltar que o que um indivíduo considera criativo pode não ser necessariamente percebido da mesma forma por outras organizações, devido à facilidade de difusão de informações e ações no mundo atual. Um fator que impacta positivamente a geração de ideias criativas é a amplitude do conhecimento compartilhado no relacionamento de díade. A frequência da comunicação e a proximidade no ambiente de trabalho são influências significativas nesse contexto. É importante ressaltar que os indivíduos gerem ideias de forma independente oferecendo uma ampla gama de opções de conhecimento para o foco corporativo, trabalhar em conjunto com motivação compartilhada tende a resultar em ideias mais valiosas. A colaboração em um ambiente de brainstorming, onde várias pessoas se dedicam a pensar sobre uma mesma questão, pode gerar resultados ainda mais úteis e inovadores.

Palavras-chave: Diversidade; Conhecimento; Comunicação; Frequência; Comunidade

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



AS DEMANDAS ÉTICAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A RELEVÂNCIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tales Medeiros Martins, Douglas Weege

Filosofia - Ética

Esta pesquisa investigou os principais dilemas humanos do mundo contemporâneo no que se refere as relações interpessoais, aos anseios individuais e aos desafios da nova geração de crianças, adolescentes e jovens frente as inúmeras mudanças proporcionadas pelo avanço da tecnologia e o processo cada vez mais intenso de integração social mundial. Tais transformações emergem demandas éticas que se configuram em problemas sociais, econômicos, políticos, educacionais, culturais, entre outros. As Gerações Z e, mais acentuadamente, Alpha manifestam questões que sem soluções resultam em problemas capazes de afetar a família, a aprendizagem e, mais adiante, a performance no mundo do trabalho. Discussões relativas a liberdade, igualdade, justiça, tolerância e respeito, bem como acerca do meio ambiente, da política e da religião são algumas que ocupam a atenção destas gerações. Mal refletidas e debatidas essas demandas resultam em dificuldades de aceitação de si e do outro, transtornos de ansiedade, tristeza e, até mesmo, depressão. Neste contexto, as aprendizagens essenciais da filosofia mostram-se relevantes e parceiras para o desenvolvimento de competências requeridas cada vez mais no âmbito pessoal e, também, profissional. Curiosidade, autonomia, criticidade, proatividade e inteligência emocional são algumas das capacidades que podem ser desenvolvidas na Educação Básica em prol de uma cultura de paz e de uma sociedade justa, livre e igualitária. Tais questões foram investigadas através de uma revisão bibliográfica sobre a sociedade contemporânea, utilizando-se do método dialético qualitativo em conjunção com o método histórico para melhor vincular as demandas éticas ao necessário ensino de filosofia. Um ensino, que por ter na criticidade seu principal elemento, traz à tona como uma das grandes referências o pensador alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche. Neste sentido, a filosofia nietzscheana surge como um excelente modo de instigar a geração presente e futura para o exercício da autonomia e formulação de seus próprios valores.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Educação Básica; Competências

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI

JUSTIÇA DIGITAL: O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO NO SÉCULO XXI SOB A INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS, DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS

Talia Madalena de Lima Dias, Matheus de Andrade Branco

Direito - Direitos Especiais

A tecnologia vem mudando rapidamente o mundo pelo qual vivemos, sendo a maior parte da mudança o aumento exponencial da capacidade computacional, a difusão de técnicas de inteligência artificial. O direito sendo uma grande ciência social aplicada, a mudança será profunda nas formas de fazer e de viver em sociedade o que a afeta. Nesses “tempos estranhos” é extremamente difícil de mencionar o grande aumento exponencial da capacidade computacional, um grande avanço no direito podemos mencionar o site Eproc que tem facilidade tanto para os advogados quanto para os juristas, com a locomoção podendo ser feita a audiência de onde estiver, podendo citar também a inteligência artificial, que ao invés de organizarmos e inserirmos toda a informação disponível em computadores com a capacidade autônoma de aprendizado. Um processo educacional verdadeiramente transformador e significativo é aquele que capacita o jurista a ser protagonista da mudança que já vem acontecendo no Direito, e não uma vítima dela.

O artigo enfatizou sobre os sistemas de inteligência artificial (IA), por meio de utilização de mecanismos de soft law e da consolidação de um standard global. Abordou-se a expansão da aplicação da IA e o uso da soft law como instrumento regulatório, chegando-se, por fim, na análise do embate entre regulação nacional ou global da IA. Constatou-se a necessidade de que o sistema regulatório extrapole o tradicionalismo normativo e as limitações territoriais e de soberania, tendo em vista o interesse e aplicação global do tema. Adotou-se o método indutivo e a técnica da pesquisa bibliográfica. Por fim, apresentar a influência dos algoritmos no exercício democrático relativo às eleições e a participação popular. Os destaques selecionados tem como entendimento a análise geral do impacto dos algoritmos, visando que a democracia tem sido replicada na maior parte dos estados em âmbito global. Encaminhando como uma de suas premissas. Visando que na modalidade representativa, os indivíduos podem e devem escolher aquele representante que legisla e defende os interesses da coletividade. Contudo com a vinda das novas formas de comunicação, há de certa forma uma grande falta de confiança na Democracia, pelo abundante sentimento de falta de representação. A tecnologia, por intermédio dos processos comunicacionais virtuais, das redes sociais online, e da velocidade e fluxo das informações, tem ajudado na socialização do cidadão, que dispõem de uma nova ferramenta de participação pública, além da oportunidade de expor sua opinião de forma mais rápida, com maior alcance e, por vezes, anônima, mas também pode enfatizar ainda mais a crise representativa, visto que a divulgação e disseminação de informações falsas coloca em grande ameaça o exercício democrático.

Palavras-chave: Justiça Digital; Algoritmos; Governança; Paidéia

TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO EM CLUSTERS TURÍSTICOS

Talita Palhares dos Santos Souza, Kamila Rodrigues Faustino, Ana Paula Lisboa Sohn

Turismo - Turismo

O conceito de cluster empresarial está intrinsecamente ligado às particularidades da indústria do turismo. Desempenha um papel adaptativo às atividades cujos produtos estão vinculados a uma base local e à colaboração coletiva de atores relacionados à oferta turística. A abordagem analítica dos clusters se torna cada vez mais relevante para o desenvolvimento do setor e de regiões turísticas. A transmissão de conhecimento emerge como uma das externalidades positivas da clusterização, materializando-se por meio da cooperação tecnológica. Tanto no cenário mundial quanto brasileiro, o início de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19, que impactou significativamente a mobilidade das pessoas e reverberou em múltiplos setores, incluindo o turismo. Dentro desse contexto, o propósito deste projeto de pesquisa reside na análise dos efeitos da pandemia nas vias de disseminação de conhecimento no cluster turístico de Balneário Camboriú durante a pandemia COVID-19. Utilizando uma abordagem qualitativa e coletando dados primários, foi realizada uma pesquisa que buscou explorar os efeitos da pandemia no setor do turismo de Balneário Camboriú, especialmente no que tange à disseminação de conhecimento. Para tanto foi elaborado um roteiro de entrevistas. Foram entrevistados empresários, funcionários de empresas e líderes de associações ligados turismo da cidade. Os resultados da pesquisa evidenciam que a pandemia representou uma das mais profundas crises para o turismo global e local, com impactos relevantes em vários segmentos. As entrevistas revelaram que a demanda turística diminuiu consideravelmente durante a pandemia, influenciando diretamente os rendimentos do setor. Porém, notou-se efeitos positivos em nichos específicos, como o turismo náutico. A pesquisa apontou alguns desafios enfrentados pelas empresas turísticas de Balneário Camboriú, desde a gestão do novo ambiente até a manutenção de um clima organizacional positivo. A adaptação às novas normas de controle sanitário emergiu como uma medida de combate a pandemia. No âmbito da disseminação de conhecimento, um desafio foi alcançar o público em geral com informações relevantes sobre medidas sanitárias. A comunicação das medidas ocorreu por diversos canais, porém, foram observadas barreiras para uma comunicação efetiva. Os canais de transmissão de conhecimento adotados pelas empresas incluíram grupos de WhatsApp, YouTube e plataformas de reuniões online. A pesquisa também revelou esforços coordenados entre as empresas e outras organizações para minimizar os impactos da pandemia. As entrevistas destacaram desafios como as informações desencontradas e falsas, fechamentos de empresas e aumentos de preços, especialmente combustíveis. Em síntese, o projeto ressalta a dinâmica dos clusters turísticos, bem como os desafios e esforços conjuntos da indústria do turismo de Balneário Camboriú em meio à pandemia. Os resultados da pesquisa contribuem para uma compreensão mais profunda das adaptações necessárias e das estratégias adotadas para enfrentar os impactos desse período singular.

Palavras-chave: Cluster Turístico; Transmissão de Conhecimento; Desenvolvimento Regional

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE O USO DE TELAS NA INFÂNCIA E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Tamires Villas Boas Custodio, Josiane da Silva Delvan da Silva, Gerusa Helena Abreu Radziminski

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Com o desenvolvimento exponencial da tecnologia nas últimas décadas, são evidentes as mudanças na sociedade que impactam na educação das crianças e na dinâmica familiar. O presente trabalho teve por objetivo analisar como os pais compreendem o uso das tecnologias digitais pelas crianças, identificando quais as interferências do uso percebem sobre o desenvolvimento infantil. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre o tema procedendo-se à busca de artigos indexados simultaneamente nos seguintes portais: CAPES, EBSCO, Biblioteca A, Saraiva, Vlex, Portal de Periódicos Univali, Scielo Livros, Scielo Periódicos, Diretórios de Acesso Aberto, Repositórios Internacionais de Teses e Dissertações. Os descritores utilizados foram: “*desenvolvimento infantil e tecnologia digitais*”, “*desenvolvimento infantil e tecnologias da informação e comunicação*”, “*parentalidade e tecnologia digitais*” e “*parentalidade e tecnologia da informação e comunicação*”. Os critérios de inclusão utilizados na busca dos artigos consistiram em: A) acesso aos resumos acompanhados dos textos completos nos idiomas português, inglês ou espanhol; B) publicados no período de 2017 a 2022; C) artigo indexado em periódico científico; D) sobre temas relacionados à compreensão parental e o uso de tecnologias digitais. Os critérios para exclusão: a) textos de livros, jornais e revistas não científicas, teses e dissertações; b) artigos não disponibilizados na íntegra e distintos dos idiomas elencados, c) artigos que não se relacionassem ao tema; d) artigos com acesso restrito. No resultado total das buscas nas plataformas de dados foram encontrados 77 materiais considerados relevantes para a pesquisa, sendo 61 artigos, 9 livros, 4 dissertações de mestrado, 2 teses de doutorado e 1 informativo. Realizou-se a organização e tabulação dos materiais por meio do programa Mendeley Desktop 1.19.8 e do programa Microsoft Excel 365. Após, adotando-se os critérios de inclusão e exclusão descritos, verificou-se que dos 61 artigos, foram identificados 17 duplicados, os 9 livros foram excluídos sendo que 1 deles era duplicado, as 4 dissertações foram excluídas sendo que 1 delas era duplicada, as 2 teses de doutorado e 1 informativo também foram excluídos, remanescendo 44 artigos para leitura. Foi realizada a leitura na íntegra de todos os 44 artigos, buscando-se descrever os dados de identificação da obra a partir dos autores, revista e ano de publicação, objetivos, delineamento do estudo, participantes, técnica utilizada para a coleta dos dados e resultados encontrados. Todo esse procedimento até esse ponto foi realizado através de dois juízes que identificaram algumas publicações não atendiam os objetivos desta revisão integrativa da literatura, e, por isso, foram excluídas, restando 27 publicações para a análise e discussão dos resultados. Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, percebe-se que não existe uma unanimidade em como os pais compreendem o uso das tecnologias digitais, sendo muito variável de acordo com a cultura e localidade e a própria educação que os pais receberam quando crianças. Porém, os estudos analisados mostram que os pais ficam mais preocupados com o tempo de tela quando percebem os impactos negativos na saúde infantil, tais como problemas físicos, obesidade, dificuldades para dormir e falta de concentração. Desta forma, mesmo tratando-se de um tema relativamente recente, percebe-se a importância de novas pesquisas a fim de aprofundar quais os impactos o avanço da tecnologia digital pode ocasionar na educação e dinâmica familiar das próximas gerações.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; parentalidade; tecnologias digitais; tecnologias da informação e comunicação

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



PUBLICAÇÕES E PRÁTICAS RELACIONADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁVEL EM NEGÓCIOS SOCIAIS NO BRASIL

Tatiani Schmitt, Anete Alberton, Daniel Mendes de Almeida, Lorryne Gelsleicher

Administração - Administração de Empresas

Os negócios sociais (NS) possuem o papel de promover mudanças culturais e minimizar os problemas sociais. O Brasil, com sua vasta diversidade cultural e desigualdade social, é um ambiente propício para estudar essa temática, além disso, os NS podem contribuir para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030. Este estudo teve como objetivo verificar as publicações e as práticas relacionadas aos ODS em NS, mapeando negócios sociais existentes no Brasil, identificando suas características e particularidades, bem como as práticas sustentáveis relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este projeto é parte integrante dos estudos desenvolvidos pelo GESeG - Grupo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão, com foco nas teses de dois doutorandos. Além do levantamento de artigos científicos para suporte aos estudos do grupo, foi realizada pesquisa exploratória com levantamento de informações de sites e plataformas on-line para acesso a NS no Brasil. Realizou-se levantamento de dados secundários, disponíveis em relatórios e sites de instituições privadas (Vox Capital, Potencia Ventures, Artemisia, PIPE Social, e Instituto de Cidadania Empresarial - ICE), identificando NS existentes no país. Foi criado banco de dados, em planilha Excel e outros dados (dos sites e páginas dos NS) incorporados à planilha. A coleta de dados englobou informações como: CNPJ, ano de abertura, capital social e informações ligadas à atuação do NS em relação aos ODS. Do levantamento realizado, identificou-se uma amostra de 625 NS, dos quais excluídos 22 pois não possuíam informações referentes à localização. A base de dados final conta com uma amostra de 603 NS. Alguns desses negócios (115), não declaravam os ODS atendidos pelo negócio, desta forma, a partir das práticas identificadas, foram definidos os objetivos relacionados. Foi utilizada análise descritiva e de conteúdo. Os NS foram mapeados e agrupados por região e em seguida, associadas suas práticas relacionadas ODS. Dos 603 NS analisados, a maioria está sediada na região Sudeste (57,07%), principalmente na cidade de São Paulo, seguida pela região Norte (14,48%) com Pará e Amazonas com mais NS. As regiões Nordeste e Sul apresentaram número semelhante de NS (12,31% e 11,81%, respectivamente). A região Centro-Oeste apresentou o menor número de NS (4,66%). Os resultados evidenciaram uma forte tendência de atuação dos negócios sociais em educação, saúde e tecnologia. Os principais ODS atendidos pelos NS são: ODS 12 (“Consumo e Produção Responsáveis”), ODS 8 (“Emprego Digno e Crescimento Econômico”) e ODS 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”). Grande parte dos negócios se utilizam da tecnologia, como plataformas digitais, aplicativos, inteligência artificial, para realizar seu propósito e transformar a vida dos brasileiros. Os resultados demonstraram ainda o impacto positivo que os negócios têm gerado, principalmente a capacidade de desenvolvimento nas comunidades em que estão inseridos. Porém, percebe-se a necessidade de maior fomento e incentivos para esses negócios, principalmente por parte do Estado e da comunidade local, promovendo ainda mais a inclusão de pessoas em situações de vulnerabilidade e a captação de recursos para suas atividades. Neste sentido, o estudo contribui com as pesquisas na área de NS, especialmente vinculando à Agenda 2030 e aos ODS. Em termos de limitações, não foram considerados os NS existentes no Brasil em sua totalidade, devido à falta de dados e dificuldade em localizar informações sobre os mesmos. Outra limitação diz respeito ao fato de as informações estarem espalhadas em diversos locais distintos para a busca, o que demandou muito tempo para a coleta dos dados da pesquisa. Para pesquisas futuras, sugere-se estudos teóricos-empíricos, associando a teorias como Responsabilidade Social Corporativa, Teoria dos Stakeholders, Ecologia da Organizações, Teoria Baseada em Recursos, e casos práticos de NS no país, especialmente focados no desempenho desses negócios sociais.

Palavras-chave: Negócios Sociais; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Publicações Científicas



Apoio: Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), através do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC), de acordo com a Portaria CAPES nº. 149/2017; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e UNIVALI



NEGÓCIOS SOCIAIS: INVESTIGANDO RELAÇÕES COM DESEMPENHO, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, VALOR SOCIAL E STAKEHOLDERS

Tatiani Schmitt, Anete Alberton, Icaro Roberto Azevedo Picolli, Francisco de Assis lung Henrique Neto, Vanessa Bittencourt, Anthony Marcos Carvalho Silva

Administração - Administração de Empresas

Os negócios sociais visam gerar impacto social, minimizando os problemas sociais ao mesmo tempo em que mantém a sua sustentabilidade financeira, o que os torna cooperadores importantes na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030. O equilíbrio entre o elemento social e econômico é necessário para o desempenho adequado dos negócios sociais. A abordagem dos stakeholders tem sido, desde a década de 1980, uma das teorias mais relevantes para compreender a relação estabelecida entre os diferentes grupos que se entrelaçam no cotidiano e nas práticas de gestão de uma organização, sendo relevante para compreender a promoção de valor social em negócios sociais, visto que esses negócios são constituídos por stakeholders que almejam ter suas expectativas atendidas. O objetivo geral do projeto foi analisar as publicações relacionadas ao desempenho, aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), ao valor social e aos stakeholders em negócios sociais, dando suporte ao GESeG - Grupo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão em suas pesquisas. O projeto foi desenvolvido em duas etapas distintas: - análise bibliográfica em bases de referências nacionais (Spell e SciELO) e internacionais (Scopus e Web of Science) com investigação da produção científica nacional e internacional sobre os temas negócios sociais, desempenho, objetivos de desenvolvimento social, valor social e stakeholders; - identificação de negócios sociais brasileiros e principais áreas de atuação. Foram identificados 241 artigos relacionados aos temas negócios sociais, desempenho e coletados dados sobre mais de 603 negócios sociais, nos quais identificou-se as características, particularidades e as práticas sustentáveis desses negócios. Os resultados revelam um crescente interesse por esse campo de pesquisa nos últimos anos, em especial no período de 2017 a 2020 com a maior parte dos estudos sobre desempenho e negócios sociais está concentrado na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos. Existe uma variedade de medidas de avaliação de desempenho e se direcionam a mensurar por exemplo o Desempenho Econômico, a Eficácia Social, a Legitimidade institucional, o Desempenho da comunidade, o Desempenho social, mas não existe consenso na literatura sobre a melhor medida ou forma de mensurá-la. A pesquisa proporciona uma perceptiva sobre o avanço dos estudos sobre desempenho dos negócios sociais, com medidas objetivas e subjetivas que estão sendo adotadas na produção científica da área, bem como uma panorama da área de atuação de negócios sociais existentes no Brasil.

Palavras-chave: Negócios sociais; Desempenho; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Apoio: Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), através do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC), de acordo com a Portaria CAPES nº. 149/2017; Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO RIO TIJUCAS COMO SUBSÍDIO AO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

Thais de Oliveira Chaves, Graziela Maziero Pinheiro Bini

Geografia - Geografia Regional

O desconhecimento das potencialidades e das fragilidades do sistema ambiental de uma bacia hidrográfica, integradas das relações da sociedade com a natureza, podem inferir numa má gestão e ordenamento do território. Com o objetivo de evitar essa situação, o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE aparece como um instrumento legal para orientar quanto ao planejamento e gestão do território. Sua construção ocorre a partir de uma análise integrada do ambiente físico natural, social, econômico e de infraestrutura de uma região. No estado de Santa Catarina, o ZEE tem como base o estudo das regiões hidrográficas, a qual engloba várias bacias hidrográficas, cada qual como um sistema que permite a construção e a elaboração de um diagnóstico que pode apontar as potencialidades e fragilidades da região estudada. Assim como acontece no estado, o presente projeto de pesquisa apresentou um estudo integrado dos componentes da bacia hidrográfica do rio Tijucas, em escala regional e municipal, a fim de oferecer subsídio para a construção do ZEE no que diz respeito a parte da região hidrográfica 8, a qual a bacia do rio Tijucas pertence. Além da contribuição com o levantamento e a organização de dados e informações sobre características naturais e socioeconômicas, também foram gerados alguns mapas temáticos, os quais podem servir de material cartográfico tanto para Santa Catarina, quanto para os municípios da bacia. O diagnóstico aponta áreas para onde os municípios podem expandir, respeitando as declividades mais acentuadas para evitar áreas de riscos a movimentos de massa, bem como áreas muito próximas a canais, as quais podem sofrer com episódios de inundação. A pesquisa apresenta os municípios mais vulneráveis da bacia nos sentidos de economia, com base no Produto Interno Bruto - PIB, a exemplo dos municípios de Canelinha, Major Gercino e São João Batista, desigualdade social, a exemplo dos municípios de Leoberto Leal, Itapema e Major Gercino, e de ocupações consideradas como zonas de risco, tais como margens de rio, áreas úmidas e encostas instáveis da bacia, com o propósito de haver a utilização e conservação dos recursos naturais de forma mais proveitosa e adequada para aqueles que merecem maior atenção quanto aos indicadores socioeconômicos.

Palavras-chave: Ordenamento e gestão do território; Zoneamento ecológico econômico; Bacia do rio Tijucas - SC

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM/CNPq e UNIVALI



AGENDA 2030 E OS ODS: UM ESTUDO EM COOPERATIVAS

Thamyris Schmitt, Tatiani Schmitt, Anete Alberton, Francisco de Assis lung Henrique Neto

Administração - Administração de Empresas

As cooperativas são conhecidas por serem entidades com forte participação junto às comunidades nas quais estão inseridas e esse modelo de organização é regido por princípios e valores que servem de diretrizes para a condução de gestão de ações. O objetivo geral do projeto é analisar práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em cooperativas, dando suporte ao GESeG - Grupo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão em suas pesquisas. O projeto é desenvolvido em duas etapas distintas: a) análise bibliográfica em bases de referências nacionais (Spell e SciELO) e bases internacionais (Scopus e Web of Science), para investigar o panorâma da produção científica nacional e internacional sobre os temas ODS e cooperativas; b) levantamento das práticas relacionadas aos ODS desenvolvidas e divulgadas pelas cooperativas do estado de Santa Catarina. Com uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) a pesquisa é classificada como descritiva quanto ao seu objetivo e bibliográfica e documental com relação aos procedimentos utilizados. A estratégia adotada para a coleta de dados da primeira etapa assume critérios bibliométricos e para a segunda se trata de pesquisa documental pública, através dos sites das cooperativas identificadas. Com relação a primeira etapa, foram identificados 444 artigos relacionados aos temas 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável' e 'Cooperativas'. Foram coletados dados de 239 cooperativas, nos quais indetificou-se os segmentos de atuação, produtos e demais características. Quanto a coleta das práticas relacionadas aos ODS, optou-se por levantar apenas das cooperativas do segmento de crédito. Como resultado, percebeu-se uma grande preocupação por parte das cooperativas analisadas em atender aos obejtivos propostos pela ONU, visto que a maioria tem buscado auxiliar, de certa forma, na implementação de todos os 17 ODS, em algumas de suas metas. Espera-se que esses resultados sirvam de subsídio para novos estudos e para avanço do conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Cooperativas.

Palavras-chave: Cooperativas; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Práticas sustentáveis voltadas aos ODS

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

DIREITO URBANÍSTICO: DIÁLOGOS ENTRE CONDOMÍNIOS EDIFÍCIOS E SUSTENTABILIDADE URBANA

Tilara Dias Matias, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

Como Objetivo Geral pretende-se estudar a relação da exploração da propriedade por meio de condomínios edifícios em ambiente urbano como indicar de Sustentabilidade. O Método a ser utilizado na fase de Investigação será o indutivo; na Fase de Tratamento dos Dados serão acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica. Na última década é notável a mudança no meio ambiente urbano, ou seja, foi instituído novas modalidades de moradias. O condomínio edilício é a copropriedade numa edificação da qual constam unidades privativas autônomas, de uso exclusivo, e partes que são propriedade comum dos condôminos, regulamentado na Lei n. 10.406/2002, nos artigos 1.331 a 1.358 do Código Civil e na Lei n. 4.591/1964. É também a maneira mais utilizada nas grandes e médias cidades na atualidade, visto que é uma forma de monetização alta e também aproveitamento do solo para alocação de várias famílias, porém com divisão das áreas comuns e privadas e todas com individualização de matrículas, assim garantindo seu direito de propriedade. Cada condômino terá os deveres e direitos resguardados conforme adotado em Lei. Há várias modalidades, decorrentes das origens que levam à constituição do condomínio, ou seja, de vários atos pode se originar ou formar um condomínio edilício, que é um edifício ou prédio constituído de múltiplas unidades e de áreas comuns. Mediante a constituição, resultará uma copropriedade na coisa comum, operando-se a individualização de unidades e a propriedade comum de áreas específicas, destinadas a todos os titulares. Evidentemente, deverá haver uma convenção, aprovada em assembleia, que será o diploma que regerá a utilização e os direitos e deveres dos condôminos. Quanto a natureza jurídica, existe uma fusão de propriedade individual e propriedade comum no condomínio. Em relação aos apartamentos, salas, lojas e sobrelotas, depósitos, são consideradas autônomas e individuais e também de uso privativo dos proprietários. Dessa maneira, essas partes juntam-se com as áreas comuns, totalizando uma fração ideal, por isso, o condomínio equivale a uma junção de propriedade individual e de propriedade comum. O condomínio é regido por alguns princípios, como a proibição na alteração ou na transferência da posse, do uso ou gozo, sem o consentimento dos demais condôminos, obrigação de dar preferência aos demais condôminos, no caso de alienação do quinhão, e sendo indivisível a coisa comum, e caráter de transitoriedade do condomínio. A instituição do condomínio dar-se-á por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, com algumas exigências disposta no artigo 1.332 do Código Civil. Como resultado da pesquisa, foi possível verificar que o aproveitamento do solo para a instituição de condomínios foi a solução perfeita para o crescimento da população mundial e a agressividade do uso do meio ambiente no apoderamento de espaços, é necessária uma única área para ocupação de várias famílias. Contudo, os direitos de propriedade continuam assegurados contanto que seja seguido as normas e deveres.

Palavras-chave: Condomínio; Instituição; Deveres; Modalidades

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI, COMO PRINCIPAL INSTITUIÇÃO DE APOIO NA FORMAÇÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA: LEVANTAMENTO DE PROMOTORES DE JUSTIÇA DA REGIÃO NORTE DE SANTA CATARINA

Vanessa Fontana Pacheco, Beatriz Zimmermann, Caroline Cristina Francez, Thaynan Leite Frago, Tuany Zulmira Rosa de Araujo Miranda, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

Este resumo tem como base um projeto que visa uma melhor compreensão do cenário, bem como das influências na formação dos membros do Ministério Público de Santa Catarina através da UNIVALI. De modo Geral objetiva-se efetuar um levantamento dos atuais membros do Ministério Público que tiveram formação na graduação ou pós- graduação relacionada a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Como objetivos específicos indicamos: verificar quantos membros do Ministério Público atualmente tiveram passagem em Cursos relacionados a UNIVALI; analisar quais os Cursos que tiveram maior quantidade de servidores como acadêmicos. A pesquisa foi iniciada com o mapeamento das Promotorias de Justiça do Estado de Santa Catarina, bem como, posteriormente, a busca do Lattes desses promotores, com o intuito de verificar quais haviam participado de alguma atividade na UNIVALI. Como vários dos promotores não havia seu currículo disponibilizado em nenhuma das plataformas, houve a tentativa de busca via e-mail e em contato com as promotorias e assessores. O mapeamento foi dividido em quatro regiões: Grande Florianópolis, Sul, Norte e Oeste do Estado. Na grande Florianópolis dentre os 102 Promotores de Justiça, 33 deles realizaram alguma atividade na UNIVALI, sendo 17 (dezessete) graduações em Direito, 6 (seis) Especializações em Direito Penal e Processual Penal, 5 (cinco) Mestrados em Ciências Jurídicas, 3 (três) Mestrados em Direito, 1 (um) Especialização em Direitos Difusos e Coletivos e 1 (um) Mestrado em Gestão de Políticas Públicas. Os promotores que não realizaram nenhuma atividade na UNIVALI são 55 (cinquenta e cinco) e 14 (quatorze) não tiveram interesse em participar da pesquisa. Na Região Sul foram levantados os Promotores de justiça que estavam em pauta sendo um total de 87 localizados de um total geral de 130 Promotores do Norte de SC. Destes 87 Promotores localizados, 37% estudaram na Universidade do Vale do Itajaí. Na Região Oeste foram encontrados 41 Promotores, dos quais 13 possuem Currículo Lattes e três deles tiveram formação na UNIVALI. Seguida da Região da Grande Florianópolis, a Região Norte é que mais possui servidores com formação na UNIVALI. Dos 130 Promotores de Justiça mapeados no norte do estado de Santa Catarina 32 possuem algum tipo de vínculo com a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, sendo graduações, mestrados e doutorados. Assim, observa-se uma grande quantidade servidores com formação vinculada a UNIVALI. Neste momento é necessário seguirmos com o Projeto para alcançarmos os demais objetivos, com nosso banco de dados atual avançando na busca de novas informações e tratamento dos dados levantados para uma melhor exploração deste conteúdo. O Método a ser utilizado na fase de Investigação será o indutivo; na Fase de Tratamento dos Dados serão acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Promotor; Justiça; norte

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



CONVENIAMENTO ENTRE SME (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARTICULARES DE ITAJAÍ: CONHECENDO A REALIDADE DESSAS CONTRATADAS

Victoria Rocha Axt Poleza, Valeria Silva Ferreira

Educação - Tópicos Específicos de Educação

No contexto mundial o fenômeno de privatização da educação pública tem ocorrido sob diferentes configurações, esta é uma evidência trazida por pesquisas produzidas no Brasil. Com o advento da municipalização do ensino fundamental e as possibilidades do FUNDEB e outros motivos não identificados, levam as secretarias municipais a aderirem a parcerias educativas com instituições privadas. Atualmente a estratégia utilizada para os governos municipais atenderem a demanda reprimida de vagas na Educação Infantil é a compra de vagas nas instituições particulares. Esta pesquisa problematizou: Como se deu o processo de expansão de vagas da educação infantil públicas em escolas privadas no município de Itajaí em 2021 e 2022? A parceria entre o público e o privado é característica do Estado moderno, diferenciando-se nos anos 70 e consolidando-se nos anos 80 e expandindo-se para todo o mundo a partir da década de 90. Objetivamos mapear a situação do município de Itajaí, Santa em relação a compra de vagas em Centros e educação infantil particulares para as crianças via conveniamento. Trata-se de uma pesquisa documental. As escolas foram identificadas em sites ou similares e por meio de indicação do conselho municipal de educação de Itajaí. Foram 37 unidades conveniadas e em 2021 houve um momento de excepcionalidade, por conta da pandemia da pandemia de corona vírus (COVID-19), e o conseqüente não cumprimento de contratos firmados na área da educação, fez o Município de Itajaí estudar medidas legais para preservar convênios vigentes. Neste sentido, a administração municipal firmou um novo contrato emergencial com creches particulares que prestam atendimento a crianças matriculadas na rede municipal de ensino na educação infantil. A proposta, aceita por todos os 37 conveniados, busca dar seqüência a pelo menos parte da prestação do serviço nesta situação de isolamento social e, com isso, garantir a continuidade das matrículas das crianças, possibilitando que essas unidades mantenham vínculos empregatícios de profissionais que atuam na rede terceirizada. Neste momento, os estudantes foram atendidos na modalidade de aulas não presenciais, por meio da plataforma de estudos online desenvolvida pela Secretaria de Educação. Foram 3.400 vagas contratadas pela Secretaria de Educação para atender gratuitamente crianças de zero a cinco anos em diversos bairros da cidade. Onovo contrato, que estabelece repasses, em média, de 1/3 do valor anteriormente praticado, determina aulas não presenciais e prioriza recursos para a manutenção das matrículas das crianças. A medida auxiliará as conveniadas a honrar despesas com folha de pagamento e demais tributos trabalhistas, visto que outros custos operacionais, como materiais de uso direto para a atividade fim (alimentação, por exemplo) e outros gastos (fraldas, produtos de limpeza, água, energia elétrica etc) estarão ausentes ou foram minimizados com a paralisação. Em 2022 o ato de conveniamento que era uma ação emergencial continuou aumentando. Passou de 37 escolas conveniadas para 57. O bairro com maior número de conveniadas é o bairro São João com 9 escolas seguidos por Cordeiros e Espinheiros com 7. Observamos uma crescente de escolas que expandiram seus serviços para receberem o dinheiro público, como é o caso da “Recanto do Saber” com 11 unidades conveniadas. Por terem um caráter privado é impossível acessar as informações sobre essas escolas e o conselho não disponibiliza muito informação, já que cabe a secretaria de educação fazer a fiscalização delas. Ao que parece escolas estão sendo criadas somente para receber as crianças do convênio, já que o lucro e o recebimento são certos. Segundo o conselho essas escolas “deveriam” funcionar nas mesmas obrigações de terem professores formados e atendimento de qualidade que as escolas municipais. A questão que fazemos é: com aumento crescente das conveniadas, a secretaria de Educação tem conseguido fiscalizar e acompanhar as questões pedagógicas necessárias a qualidade da educação de nossas crianças? Será que as crianças do convênio recebem o mesmo tratamento e materiais que as outras crianças. A efetivação da iniciativa privada na atividade educacional do Estado não tem demonstrado grandes avanços para a democratização da educação em todo o país, que sofre amargamente com a



desigualdade social e com as gestões municipais repassando suas obrigações educativas para a iniciativa privada.

Palavras-chave: Educação infantil; políticas públicas; convênio

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

A BREVE IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS NOTORIAIS E DE REGISTROS, E SEUS POSTERIORES VÍCIOS

Vyvianne Josete Firmino Silva, Murilo Justino Barcelos

Direito - Direito Privado

O presente artigo trata-se diretamente a respeito dos registros de imóveis cartorários presentes por todo o país, que por sua vez, constituem espaço de grande relevância e importância em todo o território nacional, sendo demonstrados suas exigências e demais características para a implementação dos Registros. Nisso, os Registros de imóveis por si só, englobam uma série de requisitos e particularidades pertencentes tão somente ao seu meio, sendo que, são detalhadamente organizados e classificados em atenção as normas que por eles são seguidas no intuito de proporcionar uma maior segurança jurídica aos procedimentos elaborados e efetuados nos Registros, a fim também de aprimorar sua aplicabilidade e funcionalidade. Para tanto, a legislação brasileira implementou a necessidade de escrituras públicas para os bens imóveis, inseridas mediante na lei n. 6.015/73, a qual dispõe diretamente dos regulamentos inseridos nos registros de imóveis e cartórios espalhados pelo país, tão somente no intuito de aprimorar seus registros e demais especialidades. Ademais, imperioso destacar que com o passar dos anos, outros registros legais foram constituídos para que se tornasse possível a fiscalização dos registros Notoriais, bem como seu pleno funcionamento. Para isso, escritores consagrados como Pedro Paiva transcrevem as normas vinculadas aos cartórios, expondo para tanto, uma série de regras e determinações utilizadas tão somente para a correta incrementação de imóveis nos sistemas cartorários, bem como a consonância a respeito a suas normas, em virtude de suas escrituras e demais atos que devem ser realizados nos tabelionatos e outros. Ocorre que, por mais que existam meios jurídicos e instrumentos que possibilitam a adequada inspeção do atos e procedimentos efetuados nos registros Cartorários, ainda assim, estes não são suficientes, tampouco estão livres de práticas criminosas, sendo facilmente visados pelo mercado criminal, visto que são inerentes a negócios de bens com grande potencial econômico. Assim, os Registros de imóveis são constantemente vinculados a práticas viciosas, e conseqüentemente, criminosas que atuam tanto dentro desses cartórios, como também por fora. Os registros de imóveis são um tipo de estabelecimento primordial, estabelecido em lei e determinante, mas que não está isento das diversas e inúmeras irregularidades e/ou vícios cometidos por terceiros, ou até mesmo agente públicos inseridos neste meio. Diante disto, os Registro de imóveis são também parte de um esquema corrupto que sorrateiramente cresce no Brasil, por meio de fraudes e de demais esquemas ardis, devendo, portanto, ser tratado com certa importância para que os delitos cometidos no meio cartorário sejam minimizados. Neste interim, o presente artigo buscou demonstrar por meio de normas as funcionalidades impostas aos Registro de Imóveis, bem como, apontar alguns dos delitos cometidos nos cartórios que, apesar de possuírem normas próprias, são também alvos de práticas delituosas. Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi utilizado o método indutivo, além de fichamentos literários que durante a construção da presente peça.

Palavras-chave: Registros; Vícios; Direito

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



PARENTALIDADE E COPARENTALIDADE EM FAMÍLIAS COM FILHOS NA ADOLESCÊNCIA ANTES E APÓS O GRUPO DE PARENTALIDADE POSITIVA: ANÁLISE DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Weliton da Silva, Carina Nunes Bossardi, Daniela Frederico, Lucas Monteiro dos Santos, Luiza Cardozo Malhão, Adriana Bollmann Soares, Caroline Signori Feix

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Esta pesquisa faz parte de um projeto maior, desenvolvido pelo Mestrado Profissional em Psicologia da UNIVALI em convênio com outras duas Universidades (UFSC e UFES) que trata do desenvolvimento de um Programa de Parentalidade Positiva, na modalidade online. Tem como objetivo comparar parentalidade e coparentalidade em famílias com filhos adolescentes de desenvolvimento típico em diversas configurações familiares pré e pós-intervenção, verificando a eficácia do programa, com foco na prevenção a transtornos mentais e distúrbios do comportamento em adolescentes. O desenvolvimento e a aplicabilidade de grupos de intervenção para parentalidade positiva envolvendo pais de adolescentes com desenvolvimento típico prevê o delineamento de uma pesquisa-intervenção, com aplicação de instrumentos pré e pós e a intervenção desenvolvida de forma remota. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o parecer de número 4.887.930. A análise ocorreu por meio de estatística descritiva e inferencial, com o uso do pacote estatístico SPSS. Participaram 22 famílias heteroafetivas, com no mínimo um filho ou filha com idade entre 11 e 17 anos, residentes em cidades do norte de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, com aplicação de instrumentos pré e pós-intervenção. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados desta pesquisa especificamente foram um questionário sociodemográfico, a Escala da Relação Coparental (ERC), Inventário de Estilos Parentais (IEP), além de entrevista de feedback dos participantes sobre o funcionamento do programa. Os dados do questionário sociodemográfico indicaram que do total de participantes da pesquisa, 20 eram mães e 2 eram pais. A proposta de intervenção consistiu em um programa on-line de parentalidade positiva, com encontros prévios para a realização do pré-teste e entrevista, estruturação do programa em 8 encontros com grupos de pais de adolescentes em formato de oficinas, e realização do pós-teste para avaliação, após a conclusão da intervenção. Após a análise dos resultados obtidos no pós-teste, verificou-se que a maioria dos pais participantes obteve escores positivos, classificando os estilos parentais entre ótimo e bom (N=15). Sobre a relação coparental, houve aumento nas médias em Acordo (M=4,58), Reconhecimento da Parentalidade do Parceiro (M=4,52), Proximidade (M=4,18), Suporte (M=4,06) e Divisão de Tarefas (M=3,57). As menores médias apareceram em Sabotagem (M=2,83) e Conflito (M=0,86). Ao comparar os resultados obtidos nas respostas dos participantes antes e após o grupo de intervenção, foi possível observar que houve diferenças estatisticamente significativas em todas as dimensões. Foi possível perceber que programas na modalidade on-line podem ser eficazes para a promoção de parentalidade positiva, especialmente no que se refere a famílias com filhos adolescentes. A busca de dados sobre programas de parentalidade positiva, tanto nacional quanto internacionalmente, demonstrou que as pesquisas têm avançado consideravelmente relação à infância, mas no que diz respeito à parentalidade e coparentalidade em famílias com filhos adolescentes, as pesquisas e publicações ainda são escassas e encontram um vasto caminho a ser explorado. Além disso, a inovação está também na possibilidade de avançar os conhecimentos sobre programas na modalidade remota. Como produto final, está apresentada a versão revisada e remota do programa de parentalidade positiva para pais com filhos adolescentes após os ajustes e adaptações para esta população. Espera-se fornecer subsídios para validação desse tipo de intervenção no formato remoto, dirigidas a pais ou cuidadores de adolescentes brasileiros, bem como, oferecer às famílias participantes oportunidades de aprendizado de recursos importantes para promoção do desenvolvimento de seus filhos. Centra-se também na produção de conhecimento e no desenvolvimento de estratégias e ferramentas para promoção de relações funcionais em famílias, bem como da identificação e atuação no campo das vulnerabilidades e da violência intrafamiliar com vistas à promoção de desenvolvimento adolescente saudável.



Palavras-chave: Relações Familiares; Parentalidade; Adolescência; Intervenção

Apoio: FAPESC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

SERVIÇO DE SAÚDE VOLTADO ÀS PESSOAS TRANS: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM AMBULATÓRIO DE CUIDADOS

Wellington Sanchez Abdou, Carina Nunes Bossardi, Danielle Baptista, Lucas Vinício Bittencourt, Maria Julia Córdova Platt, Angelica Garcia Couto, Pablo Sebastian Velho

Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Sexualidade e identidade de gênero são assuntos negligenciados e pouco explorados na atualidade. Apesar do tema estar em evidência, ainda é preciso trabalhar para que o contexto entre no quesito da “normalidade” como imagina-se num cenário ideal. Neste sentido, esta pesquisa centra-se no cuidado à saúde da população transexual. O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior, envolvendo o Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e esteve organizado em dois planos de trabalho gerenciados em torno do objetivo de acompanhar a implantação do protocolo voltado ao cuidado dessa população, bem como a descrição das articulações administrativas necessárias para a formalização de um ambulatório interprofissional num serviço de ensino e atendimento à comunidade de uma Universidade da Região Sul do Brasil. A pesquisa ocorreu por meio de análise documental descritiva do processo de execução, com utilização de diário de campo, grupos focais semiestruturados e coleta de dados em prontuários. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, exploratória e transversal que aconteceu por meio de uma abordagem qualitativa, de modo a caracterizar a metodologia da implantação do serviço especializado e, logo em seguida, construir um documento demonstrando todos os seus procedimentos até o produto final. A pesquisa ocorreu com realização de três grupos focais e coleta de dados em prontuários. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o parecer de número 5.273.837. Participaram a representante da gestão da Unidade em que o ambulatório estava sendo implantado, os coordenadores de cada dos cursos da saúde envolvidos diretamente (medicina, fonoaudiologia e psicologia), bem como os professores responsáveis (um de cada curso) pelos estágios curriculares e um representante de cada grupo de acadêmicos que estavam realizando os atendimentos em nível de estágio supervisionado. O serviço foi chamado de AMIGU (Ambulatório Multiprofissional de Identidade de Gênero UNIVALI) tendo suas atividades ocorrendo inicialmente durante os meses de agosto a dezembro de 2022, contando com um total de 20 pacientes acompanhados. As interconsultas foram realizadas a pelos acadêmicos conforme registrado, tendo o período de discussão e a proposta terapêutica construída em equipe multiprofissional. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível viabilizar, além dos atendimentos o planejamento estratégico e o relatório técnico proposto neste trabalho. Espera-se que os resultados deste projeto possam, para além de colocar em prática o protocolo de cuidados proposto, também proporcionar qualificação da formação de profissionais da saúde neste campo e promover a equidade de oportunidades em saúde para àqueles que ainda não são considerados pessoas em vulnerabilidade. Os resultados desta pesquisa tiveram desdobramentos em uma dissertação de mestrado e na implantação do ambulatório na Universidade.

Palavras-chave: Pessoas transgênero; ambulatório de cuidado; Serviços de saúde para pessoas transgênero

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

COMER EM BOMBINHAS: UM RESGATE SÓCIO DOCUMENTAL BIBLIOGRÁFICO DOS ALIMENTOS CULINÁRIOS E TERAPÊUTICOS LOCAIS

Yolanda Flores e Silva, Amanda Civinski

Antropologia - Antropologia Urbana

A presente proposta é parte das ações realizadas nos cursos de Gastronomia, Turismo e Hotelaria e Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho com foco na alimentação saudável cujos ingredientes são cultivados segundo os preceitos agroecológicos e as tradições da população nativa do município de Bombinhas. O tema tem sua importância na atualidade havendo investimentos de vários municípios no sentido de mostrar que a alimentação ‘étnica - cultural’ é fundamental não apenas para o sentido de pertencimento de um povo como também tem sua relevância enquanto arranjo produtivo econômico que pode ser integrado ao turismo. Nesse sentido, o objetivo desta investigação foi “caracterizar o patrimônio agroalimentar de Bombinhas - SC observando a sua contribuição para a saúde e a valorização da culinária luso - açoriana com base nas ações e atividades desenvolvidas no Museu Comunitário Engenho do Sertão (MCES)”. O percurso metodológico foi de natureza qualitativa, exploratória e descritiva com uso de técnicas de coleta e análise de documentos, bibliografias e observação de eventos e ações de domínio público voltados para a culinária- gastronômica em Bombinhas no contexto das atividades e ações do MCES. Para esta pesquisa em particular se fez uso do método de pesquisa virtual em um modelo que se assemelha a Netnografia contudo, sem o contato com pessoas de forma direta. A ideia foi fazer seleções de obras bibliográficas de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias com projetos de extensão e/ou pesquisas com temática semelhante a que expomos nessa proposta. Os critérios para seleção destas bases de dados considerou primeiro as bases eletrônicas reconhecidas academicamente. Não se fez acesso a mídias anônimas que não tenham vínculo com as pesquisas acadêmicas, embora se tenha acessado as mesmas nos casos em que havia uma indicação em alguma obra de pesquisa acadêmica. Também se fez uso de documentos oficiais e públicos que tratavam sobre as temáticas relacionadas a proposta da pesquisa. Ao final foi possível caracterizar e apresentar os alimentos deste território na perspectiva de saúde e também como patrimônio agroalimentar de natureza culinária e também terapêutica, importantes não apenas como alimentos saudáveis, mas, também como uma fonte de renda para seus residentes. Estes patrimônios, enquanto elementos da cultura local têm contribuído no desenvolvimento do município de uma forma mais equilibrada, favorecendo a geração de trabalho e renda além da divulgação e valorização das tradições e costumes locais que são importantes indicadores de qualidade de vida pertencimento sociocultural.

Palavras-chave: Culinária Luso Açoriana;. Turismo; Vida Saudável

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI



COZINHA ÉTNICA - CULTURAL: UMA VOLTA AO MUNDO NA CULINÁRIA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC

Yolanda Flores e Silva, Andrey dos Santos, Cintia Gandin Durigon, Patricia Ramos da Silva Duarte

Antropologia - Antropologia Urbana

A culinária de Balneário Camboriú não é unicamente de Santa Catarina, uma vez que o município abriga pessoas oriundas de outras regiões do Brasil e do mundo. Nesse sentido, BC é hoje um espaço de relações culturais e comensalidades com muita diversidade cultural, com a associação dos recursos alimentares regionais mais frugais com os novos recursos que passam a ser parte das gôndolas de feiras, mercados e comércios alimentares maiores, estes as vezes mais sofisticados, que servem para criar outras formas de consumir os alimentos de origem animal e vegetal. Considerando o contexto apresentado o objetivo dessa pesquisa foi o de “Mapear pratos/receitas dos grupos tradicionais catarinenses e de moradores oriundos de outros lugares do Brasil e do mundo que hoje residem em BC e mesclam costumes, temperos e histórias a culinária da cidade”. O percurso metodológico foi qualitativo com uso de informações disponibilizadas de forma gratuita em sites, blogues e redes sociais voltados para a alimentação no município de Balneário Camboriú. Se fez uso do método de pesquisa virtual em um modelo que se assemelha a Netnografia contudo, sem o contato com pessoas de forma direta. A ideia foi fazer seleções de obras bibliográficas de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias com projetos de extensão e/ou pesquisas com temática semelhante a que expomos nessa proposta. Os critérios para seleção destas bases de dados irão considerar primeiro as bases eletrônicas reconhecidas academicamente. Não acessaremos mídias anônimas que não tenham vínculo com as pesquisas acadêmicas, embora possamos acessar as mesmas caso sejam uma indicação de alguma obra de pesquisa acadêmica. Também faremos uso de documentos oficiais e públicos que tratem sobre as temáticas relacionadas a proposta desta pesquisa. Também se fez uso de trabalhos divulgados pela Fundação Cultural do Município de BC, que anualmente abre editais voltados para a Cultura Alimentar. A análise de informações seguiu o modelo de Cooperação Textual de Umberto Eco do livro ‘Lector in Fabula’ com análise de conteúdo através da interpretação do material coletado com os conhecimentos da equipe de pesquisa, documentos e referenciais bibliográficos com base temática semelhante e/ou igual a da pesquisa em curso. Ao final os resultados confirmam que a culinária de BC neste milênio representa uma cultura alimentar globalizada e inclusiva do ponto de vista humanitário, porque representa um novo modelo cultural: aquele que prega a generosidade e a aceitação dos legados históricos alimentares do mundo dos migrantes que chegam no território para fixar residência e construir suas vidas.

Palavras-chave: Culinária Étnica; Cultura Alimentar; Tecnologia Social

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI

HORTAS COMO APOIO ALIMENTAR E SOCIOEMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Yolanda Flores e Silva, Rosane Laçoli

Antropologia - Antropologia Urbana

Esta proposta de pesquisa teve como base o projeto de extensão ‘Cozinha Cidadã’ e seu objetivo geral foi “Analisar os agravos de natureza alimentar e socioemocional apresentados como relevantes no relatório do projeto de extensão ‘Cozinha Cidadã’ e em trabalhos de extensão e pesquisa realizados com objetivos semelhantes no período da pandemia, observando a organização de estratégias que podem ser consideradas tecnologias sociais / educacionais de apoio as pessoas”. A metodologia utilizada se caracterizou como qualitativa com abordagem antropológica e uso de técnicas e instrumentos para coleta e análise dos dados veiculados nos relatórios da proposta de extensão de 2020 a 2022, associados com dados de outros projetos de extensão e pesquisa coletados em bases de dados de acesso livre de material bibliográfico e documental (artigos científicos, teses, dissertações, monografias, cartilhas, blogs instrucionais acadêmicos, entre outros veículos educacionais que estejam em base de dados eletrônicas de domínio público). É importante descrever que nesta pesquisa em particular se fez uso do método de pesquisa virtual em um modelo que se assemelha a Netnografia contudo, sem o contato com pessoas de forma direta. A ideia foi fazer seleções de obras bibliográficas de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias com projetos de extensão e/ou pesquisas com temática semelhante a que expomos nessa proposta. Os critérios para seleção destas bases de dados levaram em consideração primeiro as bases eletrônicas reconhecidas academicamente (SCIELO - Scientific Electronics Library Online; Portal de Periódicos CAPES; BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Google acadêmico; EBSCO - Search Research Database; Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; e SCOPUS -Medline, PubMed, Lilacs, Web of Science etc.). Não se fez acesso a mídias anônimas que não tenham vínculo com as pesquisas acadêmicas. Também se fez uso de documentos oficiais e públicos que tratassem sobre as temáticas relacionadas a proposta desta pesquisa. Os resultados compreenderam: informações e conhecimentos sobre a organização das hortas como fonte de apoio alimentar e socioemocional as pessoas em tempos de pandemia; a demonstração do papel das hortas enquanto tecnologias sociais / educacionais que durante o isolamento social frente a COVID-19, serviram de suporte alimentar, econômico e emocional. E finalmente, o valor e reconhecimento patrimonial das hortas, dos alimentos, dos modos de cultivo como forma de aumentar a segurança alimentar e a sustentabilidade do planeta, tal como preconizam os ODS da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Cuidado socioemocional; Hortas; Pandemia

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI